



O evento destina-se a Magistrados e Servidores e será realizado no Fórum João Mendes Junior, 16º e 17º andares, com recepção unificada no 16º andar – sala 1629, **conforme Programa abaixo, sem qualquer ônus para os participantes.**

### **Dia 19 de julho de 2012**

**Horário: 10:00 às 12:00 hs**

**10:00 horas**

**Tema: “Competição X Cooperação”**

**Palestrante: Doutor Gabriel Chalita**

**11:00 horas**

**Tema: “Stress, Equilíbrio e Superação”**

**Palestrante: Doutor Ricardo Sayeg**

Os interessados deverão inscrever-se por meio da INTRANET TJSP, na área de destaques, pelo link CETRA, observados os seguintes critérios:

- As inscrições são limitadas a até 3 (três) servidores do Quadro Funcional de cada unidade.
- Podem ser feitas inscrições para uma e/ou as duas palestras, na mesma oportunidade.
- Será relevado o atraso de até 60 minutos para a entrada ao serviço, a contar do término do evento do dia, constante no certificado de participação (das 10 às 12h), conforme determinação da E. Presidência.
- Eventual ausência deverá ser justificada até dois dias úteis subsequentes ao dia do evento, através do e-mail de contato do CETRA.
- A falta injustificada acarretará o cancelamento automático das inscrições para o próximo dia do Simpósio.
- Não há impedimento de participação por juízes e servidores de outras Comarcas, entretanto não há autorização para dispensa do ponto, bem como não serão pagas diárias ou ressarcimentos de qualquer natureza.
- Aos participantes será fornecido certificado eletrônico.

### **DÚVIDAS PODERÃO SER DIRIMIDAS PELO CETRA:**

Capital: aulacetra.joaomendes@tjsp.jus.br

Interior: aulacetra.interior@tjsp.jus.br

### **VAGAS LIMITADAS**

(12, 16 e 18/07/2012)

### **COMUNICADO CG. Nº 1007/2012**

**Processo 2012/90541 – DICOGE 2.1**

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo **DETERMINA** a todos os Magistrados com Competência Criminal que, haja vista o artigo 12 da Resolução TRE/SP nº 244/2012 o qual dispõe que “fica impedido de votar o preso que, no dia da eleição, tiver contra si sentença penal condenatória com trânsito em julgado”, remetam **COM A MÁXIMA URGÊNCIA À JUSTIÇA ELEITORAL**, a relação de presos e a “comunicação do trânsito em julgado para que seja consignado na folha de votação da respectiva seção eleitoral o impedimento ao exercício do voto do eleitor definitivamente condenado”.

(16, 18 e 20/07/2012)

### **DICOGE 1.1**

### **CONCURSO EXTRAJUDICIAL**

## **8º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **EDITAL Nº 04/2012 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 8º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador RICARDO CINTRA TORRES DE CARVALHO, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito das Provas de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizadas em 08/07 e 15/07/2012:

### **CRITÉRIO REMOÇÃO (PROVA REALIZADA AOS 08/07/2012)**

### **VERSÃO 01**

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **REGISTROS PÚBLICOS**

**01.** Sobre a escritura de inventário extrajudicial, pode-se afirmar que

(A) qualquer herdeiro pode ser representado por procuração com poderes tácitos.

(B) é inadmissível sua utilização para verba decorrente de PASEP do falecido.

(C) os documentos apresentados para o ato de lavratura da escritura devem ser em cópia autenticada.

(D) é desnecessária autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para lavar-se a escritura, no caso de herdeiro estrangeiro.



**02.** Sobre a lavratura de escritura pública, é correto afirmar que

(A) em ato de interesse de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da Lei n.º 6.435/77, deve obrigatoriamente comparecer a Curadoria das Fundações.

(B) em escritura declarada incompleta, por falta de assinatura de uma das partes, por culpa dela, é devida a metade do valor previsto na tabela.

(C) na instituição de direito de superfície em imóvel de valor menor que trinta salários mínimos, é obrigatório o instrumento público.

(D) na escritura cujo objeto for bem imóvel urbano objeto de transcrição, ficam dispensadas sua descrição e caracterização.

**03.** Sobre a procuração, é correto afirmar que

(A) mandato redigido por notário francês necessita consularização para ser utilizado em escritura pública.

(B) procuração outorgada a sociedade de advogados deve conter, como mandatária, a própria pessoa jurídica, com seu registro na OAB.

(C) excetuados os casos previstos em lei, o mandato de origem estrangeira utilizado em escritura deverá ser trasladado previamente no Registro de Títulos e Documentos.

(D) a informação de ato revocatório de procuração deve ser obrigatoriamente comunicada à serventia que lavrou o ato original, vedada a cobrança do interessado da despesa postal decorrente.

**04.** Sobre autenticação de cópias, é lícito afirmar que

(A) o Tabelião, ao autenticar cópias e para fornecer segurança jurídica ao ato praticado, deverá restringir-se à conferência do texto e do aspecto morfológico da escritura.

(B) sempre que possível, o instrumento de autenticação deverá constar no verso da cópia, para não prejudicar a legibilidade do documento.

(C) em cópias de diversas folhas, que constituam um único documento, o escrevente autorizado poderá apor seu carimbo individualizado apenas na primeira e na última cópias.

(D) é excepcionalmente permitida cópia autenticada de conjunto de cópias, desde que estas constituam documento originário.

**05.** Sobre os livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial, pode-se concluir que

(A) o livro de registro por extrato é dispensado para as serventias que utilizarem sistema de microfilmagem.

(B) no livro de trasladação integral de títulos e documentos, quando em folhas soltas, pode ser reservada uma folha para cada registro.

(C) os livros terão no máximo trezentas folhas, devendo ter-se o cuidado para que o início de ato que ultrapasse esse limite fique para o livro posterior.

(D) é facultado o desdobramento desses livros, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente, adotando-se numeração de protocolo própria para cada um deles.

**06.** O reconhecimento espontâneo de paternidade, no registro do nascimento, pelo genitor relativamente incapaz, com menos de 18 (dezoito) anos de idade,

(A) pode ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.

(B) depende da assistência de seus pais ou tutor, mas dispensa autorização judicial.

(C) depende de autorização judicial.

(D) só pode ocorrer depois de atingida a maioridade.

**07.** Sobre as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal, **não** é correto afirmar que

(A) o registro é feito no lugar de residência do interessado.

(B) é dispensada a assinatura das 2 (duas) testemunhas no requerimento de registro, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

(C) o Oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente; persistindo a suspeita, o Oficial encaminhará os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

(D) se o requerimento for formulado, em hipótese que o permita, pelo próprio registrando, o estabelecimento de sua filiação dependerá da anuência dos apontados pais.

**08.** De acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, o assento de conversão da união estável em casamento é lavrado no

(A) Livro "B" – de registro de casamento.

(B) Livro "B" - Auxiliar – de registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.

(C) Livro "D" – de registro de proclama.

(D) Livro "E".

**09.** O registro de óbito é feito na circunscrição

(A) do lugar do falecimento.

(B) do último domicílio do falecido.

(C) do lugar do falecimento ou daquele do último domicílio do falecido.

(D) do lugar do sepultamento.

**10.** No que concerne ao expediente das serventias notariais e de registro, a jornada de trabalho para atendimento ao público obedecerá ao horário ininterrupto nas unidades que contarem, no mínimo, com

(A) dois prepostos.

(B) dois escreventes.

(C) três prepostos.

(D) três escreventes.

**11. A sentença de interdição**

- (A) não é passível de inscrição no registro civil.
- (B) é averbada no registro de nascimento e de casamento do curador.
- (C) é registrada no Livro "E", salvo quando desdobrado, pela natureza dos atos, em livros especiais, do 1.º Subdistrito da sede da Comarca e anotada no assento de nascimento e de casamento do interdito.
- (D) é averbada no registro de nascimento e de casamento do interdito.

**12. Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o Oficial**

- (A) fará constar do registro apenas o prenome do registrado.
- (B) lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe.
- (C) prorrogará o prazo da declaração por 45 (quarenta e cinco) dias.
- (D) submeterá o caso por escrito à decisão do juízo competente.

**13. Assinale a alternativa **incorreta** sobre a adoção de criança e de adolescente.**

- (A) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado.
- (B) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, omitindo-se os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.
- (C) A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado perante o Oficial de Registro Civil do Município de sua residência.
- (D) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

**14. O Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais pode, de ofício, após manifestação conclusiva do Ministério Público,**

- (A) averbar o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.
- (B) averbar a alteração do nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.
- (C) averbar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que haja expressa concordância destes, no registro de nascimento do enteado ou da enteada.
- (D) corrigir os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção.

**15. Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de suspensão por**

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
- (C) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
- (D) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

**16. Para o protesto, conforme previsto nas Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, é obrigatória a comprovação do endereço do emitente, pelo apresentante, se apresentado o cheque mais de**

- (A) 6 (seis) meses após a sua emissão.
- (B) 1 (um) ano após a sua emissão.
- (C) 2 (dois) anos após a sua emissão.
- (D) 5 (cinco) anos após a sua emissão.

**17. A respeito da Declaração Sobre Operações Imobiliárias (DOI), pode-se afirmar que**

- (A) os Tabeliães de Notas e Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos estão obrigados a fazer comunicação à Receita Federal do Brasil dos documentos lavrados e registrados em suas serventias e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, exceto quando tiver origem em título por autoridade judicial (adjudicação, herança, legado ou meação).
- (B) será considerado valor da operação imobiliária o que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ou do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.
- (C) os Oficiais de Registro de Imóveis ficam dispensados de preencher a DOI quando a transferência do imóvel se der por usucapião.
- (D) o preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos, quando promover registro de documentos que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular, fazendo constar do respectivo documento a expressão "EMITIDA A DOI".

**18. Assinale a alternativa correta sobre arrolamento fiscal no registro de imóveis.**

- (A) O arrolamento fiscal de bens será registrado no Livro de Registro das Indisponibilidades (LRI) e averbado nas matrículas onde o arrolado figure como titular de domínio.
- (B) Seu ingresso no Registro de Imóveis depende de mandado judicial contendo todos os elementos necessários.
- (C) Destina-se a produzir efeito de publicidade registral, porém não impede eventual alienação ou oneração dos bens arrolados.
- (D) Poderá ser adotado sempre que houver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens e será requerido por quem tiver interesse na conservação deles.

**19. Sobre locação de prédios urbanos, pode-se afirmar que**

- I. os contratos de locação são registrados no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, sem prejuízo de serem também levados ao registro imobiliário, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;
- II. os contratos de locação nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada serão registrados na matrícula do imóvel, mediante apresentação de qualquer das vias do contrato, assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas, bastando a coincidência entre o nome de um dos proprietários e o do locador;
- III. a base de cálculo dos emolumentos do Registro de Imóveis em relação aos contratos de locação com prazo determinado



será o valor da soma dos alugueres mensais. Se o prazo for indeterminado, tomar-se-á o valor de 12 alugueres mensais.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa III está incorreta.

**20.** Sobre certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, em atendimento à solicitação feita na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), pode-se afirmar que

I. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e poderá ser remetida ao interessado por correio eletrônico (e-mail), desde que este esteja assinado com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil A-3, ou superior;

II. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias, vedada a remessa ao interessado por correio eletrônico (e-mail);

III. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias;

IV. a postagem, o download e a conferência das mencionadas certidões em documentos eletrônicos far-se-ão apenas no endereço da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados referida, vedadas as suas remessas, pelo Oficial do Registro de Imóveis, por correio eletrônico (e-mail).

- (A) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

**21.** Com relação à escrituração do livro Registro Diário da Receita e da Despesa, pode-se afirmar que

I. ao final do ano, será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o "déficit" de cada unidade do serviço notarial e de registro no exercício, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

II. o livro Registro Diário da Receita e da Despesa será escriturado pelo notário ou registrador ou por seu substituto legal, sendo pessoal a sua responsabilidade, ainda que a tarefa seja entregue a outro preposto;

III. a receita será lançada no livro Registro Diário da Receita e da Despesa no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço notarial e de registro não tenha ainda recebido os emolumentos; IV. nos casos em que se admitir depósito prévio, este deverá ser provisoriamente escriturado no livro de Registro Diário da Receita e da Despesa, para o controle dessas importâncias recebidas a esse título, até que sejam os depósitos convertidos em pagamento dos emolumentos, ou devolvidos, conforme o caso.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente a afirmativa II está correta.
- (C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

**22.** O Protocolo do Registro de Imóveis será encerrado

- (A) diariamente.
- (B) semanalmente.
- (C) no último dia útil de cada mês.
- (D) quando esgotada a última folha do respectivo livro, admitindo-se a continuidade de folhas até o encerramento do expediente.

**23.** Sobre o selo de autenticidade, pode-se afirmar o seguinte:

I. É obrigatória a aplicação de um selo de autenticidade o qual integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, de reconhecimento de firmas e de certidões.

II. Os documentos eletrônicos receberão selo eletrônico, no modelo previamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

III. A contratação da distribuição e da fabricação de selos constitui encargo do Colégio Notarial do Brasil – Seção de São Paulo e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG-SP, que deverão escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos os requisitos de segurança e idoneidade. A escolha das empresas fabricantes será submetida à homologação da Corregedoria Geral da Justiça, apenas para a verificação dos requisitos acima assinalados.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

**24.** Extinguir-se-á a delegação a Notário ou a Oficial de Registro por

I. morte, aposentadoria facultativa e aposentadoria compulsória por implimento de idade;

II. aposentadoria facultativa, invalidez e renúncia;

III. perda da delegação, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão final decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente;

IV. descumprimento, comprovado, dos benefícios da gratuidade decorrente de assistência judiciária gratuita decretada em autos judiciais.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.



**25.** Para prestação dos serviços de pesquisa online para a localização de bens imóveis, bem como de visualização eletrônica de matrículas imobiliárias, as unidades de registro imobiliário do Estado de São Paulo

I. integram a Base de Dados Light (BDL) da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Central ARISP), ou utilizam solução de comunicação via WebService com a Central ARISP, ou publicam sua página na Internet, oferecendo esses serviços;

II. diariamente, a base de dados deverá ser atualizada pelas Serventias que não optaram por solução de comunicação via WebService, que se obrigam a depositar os dados e imagens nos repositórios eletrônicos da Central ARISP até as vinte e quatro horas de cada dia útil;

III. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

IV. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas a partir do nome ou do número de contribuinte da pessoa física (CPF), ou da firma ou denominação social, ou do número de contribuinte da pessoa jurídica (CNPJ).

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

**26.** As Cédulas de Crédito Rural, Cédulas de Crédito Industrial, Cédulas de Crédito Comercial, Cédulas de Crédito à Exportação e Cédulas do Produto Rural deverão ser registradas, a contar da apresentação do título, no prazo máximo de

- (A) 5 (cinco) dias úteis.
- (B) 3 (três) dias úteis.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 10 (dez) dias.

**27.** Sobre atos societários envolvendo imóveis, pode-se afirmar o seguinte:

I. Os atos de transferência de imóveis para empresas comerciais, decorrentes de integralização de quota de capital social, serão objeto de registro.

II. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de fusão ou cisão de empresa, serão objeto de registro.

III. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de incorporação total de empresa, serão objeto de registro.

IV. A alteração do nome ou denominação social das pessoas jurídicas e a transformação do tipo societário serão objeto de averbação.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**28.** Na celebração de casamento civil, o Oficial do Registro Civil deverá observar o seguinte:

I. Quando o casamento for celebrado na própria Unidade de Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, as portas devem estar abertas e presentes, pelo menos, 2 (duas) testemunhas, parentes ou não dos contraentes.

II. Quando o casamento for celebrado em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, caso algum dos contraentes não saiba escrever, serão 3 (três) as testemunhas.

III. Se algum dos nubentes não puder comparecer ao ato, poderá ser representado por pessoa devidamente autorizada, mediante declaração feita por instrumento público ou particular; neste caso, no original, com reconhecimento de firma por autenticidade.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente a afirmativa I está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**29.** O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais deverá anotar o óbito

(A) nos assentos de casamento e nascimento do falecido.

(B) nos assentos de casamento e nascimento e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(C) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(D) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no Certificado de Alistamento Militar (CAM) do falecido; estes, facultativamente, quando forem apresentados pelo declarante.

**30.** A transcrição de penhor comum sobre coisas móveis e contrato de parceria agrícola ou pecuária será feita no

- (A) Registro de Títulos e Documentos ou Registro Imobiliário, a depender do objetivo do interessado.
- (B) Registro Imobiliário.
- (C) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (D) Registro de Títulos e Documentos.

**31.** Dúvida é

(A) pedido de natureza administrativa, formulado pelo Oficial, a requerimento do apresentante de título imobiliário, para que o Juiz competente decida sobre a legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido.

(B) pedido de natureza administrativa, formulado pelo interessado no registro do título, para que o Oficial esclareça as exigências por ele feitas.

(C) pedido de natureza judicial, formulado pelo Oficial, direta e unilateralmente, ao Juiz competente, para que este decida acerca da legitimidade das exigências que fez, como condição de registro pretendido.



(D) pedido de natureza judicial, pelo qual o interessado em registro de título dirige-se ao Juiz competente para que este decida acerca de exigências feitas pelo Oficial, como condição de registro pretendido.

**32.** No processo de dúvida,

(A) em entendendo necessário, poderá o Juiz Corregedor Permanente determinar a produção de provas, inclusive testemunhal e pericial.

(B) não se produzem provas, verificando-se apenas o aspecto regulamentar dos registros públicos.

(C) somente será julgada por sentença se o interessado apresentar impugnação no prazo legal.

(D) cabe ao Oficial a interposição de recurso de apelação, junto à Corregedoria Geral da Justiça, em sendo julgada improcedente a dúvida por ele suscitada.

**33.** Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:

(A) civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.

(B) civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.

(C) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.

(D) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**34.** “No Brasil tivemos, até hoje, 8 (oito) Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, muito embora alguns autores não considerem a emenda constitucional de 1969 como uma nova Constituição”. O texto

(A) está totalmente incorreto.

(B) está totalmente correto.

(C) está correto só quanto às datas, estando incorreto quanto à ressalva sobre a emenda constitucional de 1969.

(D) apresenta conteúdo que se baseia na doutrina do constitucionalista italiano Máximo Saleme, já superada. Só as datas estão corretas.

**35.** “O princípio da igualdade admite discriminações que podem ser, portanto, lícitas. Mas, para ser lícita, a discriminação deve ser genérica e fundamentada.” O raciocínio em foco está

(A) totalmente equivocado.

(B) parcialmente correto. Está incorreta a parte que afirma a necessidade de a discriminação ser genérica.

(C) totalmente correto.

(D) parcialmente correto. É algo que já existiu, mas não existe mais, eis que se trata de raciocínio tipicamente totalitário, já superado em nosso ordenamento jurídico e também em nossa doutrina.

**36.** Assinale a alternativa cujo conteúdo traz somente elementos integrantes do princípio do devido processo legal.

(A) Ampla defesa; vedação a tribunais de exceção e direito de petição.

(B) Inocência presumida; direito ao contraditório e direito de perícia.

(C) Direito de petição; argumentação imediata; decisões judiciais devem ser fundamentadas.

(D) Exclusividade de julgamento por autoridade competente; direito plenipotenciário; vedação a tribunais de exceção.

**37.** Como se sabe, os direitos fundamentais experimentaram uma evolução ao longo do tempo, constituindo as chamadas gerações de direitos. Neste sentido, assinale a alternativa que **não exprime** a verdade.

(A) Direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos negativos em relação ao poder estatal.

(B) Direitos fundamentais de segunda geração são direitos sociais, econômicos e culturais.

(C) Direitos fundamentais de terceira geração possuem um viés mais coletivo e subjetivo, como direito à paz, a um meio ambiente sadio ou à comunicação.

(D) Direitos fundamentais de primeira e segunda geração foram contemplados, pela primeira vez, na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, na França.

**38.** “O Poder Legislativo Federal brasileiro é do tipo bicameral-federativo, sendo composto de duas casas legislativas, sendo uma delas composta por representantes do povo brasileiro, chamada Câmara, e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal, denominada Senado.” Pode-se dizer que o conteúdo do texto está

(A) totalmente incorreto.

(B) parcialmente correto. Não é apenas o poder legislativo federal que se organiza dessa forma. Os estados-membros também estruturam seus poderes legislativos da mesma maneira.

(C) parcialmente correto. O Senado também tem a função constitucional de representar o povo brasileiro, a partir do momento em que são escolhidos por voto popular, livre e secreto.

(D) totalmente correto.

**39.** Cada um dos itens seguintes traz duas afirmações. Leia-as e depois indique qual alternativa oferece a resposta correta.

I. Os magistrados adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, seja em que instância for, e a inamovibilidade dos juizes pode ser excepcionada pelo interesse público, nos termos do artigo 93, VII, da Constituição Federal.

II. O ingresso na carreira de juiz será feito mediante concurso público, e um dos requisitos impostos aos candidatos, além da formação em direito, é o exercício prévio de atividade jurídica por, pelo menos, três anos, e a irredutibilidade de subsídios torna os juizes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

III. O juiz titular deverá residir na respectiva comarca, mas tal disposição poderá ser alterada pelo tribunal competente e não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

(A) O item I traz uma primeira afirmação correta e uma segunda afirmação incorreta.

(B) A primeira afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a segunda afirmação do item I, e ambas estão incorretas.

(C) O item III está completamente correto.

(D) A segunda afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a primeira afirmação do item III, e ambas estão corretas.



- 40.** Com relação aos limites para a auto-organização dos municípios, a Constituição Federal fixou a regra pela qual
- (A) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do município.
  - (B) o prefeito é sempre julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual competente, mesmo quando se tratar de crime de competência da justiça federal.
  - (C) o município pode gastar, no máximo, 5% (cinco por cento) de sua receita com a remuneração dos vereadores.
  - (D) é de 5% do eleitorado municipal o *quorum* para a propositura de lei que vise a atender interesse do próprio município, de bairro ou de distrito contíguo.

- 41.** Relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que
- (A) dois advogados serão indicados por dois estados da federação, havendo rotatividade entre os estados na indicação a cada novo mandato.
  - (B) um juiz do trabalho será indicado por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT), havendo rotatividade entre os TRT's na indicação a cada novo mandato.
  - (C) um desembargador de tribunal de justiça será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
  - (D) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, e outro pelo Senado Federal.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**42.** Quanto ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) A aplicação conjunta de punição disciplinar e criminal resulta em *bis in idem*.
- (B) As penas decorrentes das punições disciplinar e criminal têm a mesma natureza jurídica.
- (C) O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva punição.
- (D) Os atos administrativos disciplinares são praticados de acordo com a conveniência e oportunidade, sem motivação.

**43.** Analise as proposições a seguir.

- I. Toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, contudo, se incompatível com a natureza do contrato, há a inexigibilidade dessas formalidades.
- II. A formalização da Investidura de uma área pública se faz, obrigatoriamente, por escritura pública ou termo administrativo, sendo facultado o registro imobiliário.
- III. Os bens imóveis de uso especial e os dominiais adquiridos de qualquer forma pelo Poder Público ficam sujeitos ao registro imobiliário.
- IV. Os bens de uso comum do povo estão dispensados de registro enquanto mantiverem essa destinação.

São verdadeiras apenas as proposições

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

**44.** Sobre desapropriação, analise as assertivas a seguir.

- I. A desapropriação por zona consiste na ampliação da expropriação às áreas que se valorizam extraordinariamente em consequência da realização da obra ou do serviço público.
- II. A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- III. Nas desapropriações por utilidade pública, o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo Poder Público é de dois anos contados da data da expedição do respectivo direito.
- IV. A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do Poder Público Municipal.
- V. A desapropriação é um procedimento administrativo que se realiza em duas fases: declaratória e executória.

- (A) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- (D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

**45.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.

- (A) Praticado ato comissivo por parte do agente estatal, a Administração Pública responderá objetivamente, de modo que, para ser ressarcida, a vítima deverá comprovar o nexo de causalidade entre o fato lesivo e o dano.
- (B) Será objetiva, com a adoção da teoria do risco integral.
- (C) Será sempre objetiva, mesmo que, posteriormente, se apure a culpa da vítima na ocorrência do evento danoso.
- (D) A Administração Pública, condenada ao pagamento de indenização por determinado fato jurídico, não poderá ajuizar a correspondente ação regressiva contra o servidor público que causou o dano, porquanto a mencionada ação somente seria possível, segundo a doutrina administrativista, em face dos agentes políticos.

**46.** Assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) A análise do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário caracteriza ofensa ao princípio da independência e separação dos poderes.
- (B) O mérito administrativo recai sobre o motivo e o objeto/finalidade do ato administrativo discricionário.
- (C) Quando o vício do ato administrativo se encontra dentro dos limites do mérito administrativo, a Administração Pública deve anulá-lo.
- (D) Dá-se o nome de autotutela ao poder-dever que tem a Administração Pública de anular ou revogar seus próprios atos, ilegais ou inconvenientes.

**47. Assinale a alternativa incorreta.**

- (A) O Poder Legislativo poderá exercer o controle do mérito dos atos administrativos nos casos de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição Federal.
- (B) Enquanto a oportunidade e a conveniência do ato administrativo somente podem ser controladas pela própria Administração Pública, a eficiência e o resultado do ato podem ser submetidos ao controle externo.
- (C) O Poder Judiciário pode analisar a legalidade dos atos administrativos puramente discricionários.
- (D) Apenas o ato administrativo vinculado pode ser anulado pelo Poder Judiciário; o discricionário deverá ser revogado.

**48. Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que**

- (A) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.
- (B) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.
- (C) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.
- (D) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.

**49. Sobre o ato administrativo, pode-se afirmar que**

- (A) ato de competência exclusiva, avocado e praticado por autoridade superior, caracteriza situação de excesso de poder.
- (B) a presunção de exigibilidade do ato administrativo autoriza fechar-se estabelecimento inadimplente com o fisco.
- (C) a concessão de licença para construir pode ser condicionada à emissão de certidão negativa de débito relativa ao imóvel.
- (D) a revogação de ato administrativo complexo pode ser realizada, bastando que um dos órgãos envolvidos manifeste sua aquiescência.

**DIREITO TRIBUTÁRIO****50. Sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pode-se afirmar que**

- (A) não incide sobre a transmissão onerosa de contrato preliminar.
- (B) não incide sobre a constituição do direito do promissário comprador.
- (C) o seu lançamento é de ofício, com base no valor da operação.
- (D) lei municipal pode prever alíquotas progressivas com base no valor do imóvel.

**51. Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias – DOI, é lícito afirmar que**

- (A) a multa por atraso no seu envio foi criada em instrução normativa da Receita Federal do Brasil.
- (B) se trata de obrigação acessória, mas que pode se tornar tributo, pelo simples fato de sua inobservância.
- (C) seu sujeito passivo é o adquirente do bem imóvel objeto da transação imobiliária.
- (D) não deve ser enviada em escritura de renúncia de usufruto.

**52. Sobre o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, é possível concluir que**

- (A) sua alíquota máxima é fixada em decreto legislativo.
- (B) não incide em inventário por morte presumida devido à possibilidade de o ausente reaparecer.
- (C) segundo a lei paulista, não incide sobre a vintena do testamentário, desde que estipulada até o limite legal.
- (D) é devido ao Estado da sede da companhia, no caso de transferência de ações.

**53. Sobre emolumentos cobrados pelos oficiais e notários pelos atos praticados, de acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2001, é correto afirmar que**

- (A) o Banco Central do Brasil não paga a parcela de emolumentos devida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- (B) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP é isenta do pagamento da parcela de emolumentos devida ao Estado.
- (C) a Universidade de São Paulo – USP apenas paga a parcela dos emolumentos devida ao notário/tabelião.
- (D) a Prefeitura Municipal de Campinas não paga qualquer quantia a título de emolumentos nos atos notariais.

**54. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos****Municípios**

- (A) exigir ou aumentar tributo desde que haja previsão em lei que o estabeleça.
- (B) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, no exercício financeiro subsequente àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou ou após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) cobrar tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

**DIREITO CIVIL****55. No que tange ao casamento nupcial, assinale a alternativa correta.**

- (A) O ato nupcial é celebrado na presença de seis testemunhas, parentes ou não dos contraentes.
- (B) O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar.
- (C) Nele, um dos nubentes está acometido de moléstia grave que o impede de locomover-se ou aguardar a data da celebração futura.
- (D) É exigida a presença do Oficial do Registro Civil.

**56. A adoção póstuma**

- (A) assegura todos os vínculos originados da adoção, salvo os referentes ao direito sucessório, pois os efeitos da adoção póstuma só se operam após o trânsito em julgado da sentença constitutiva da adoção.
- (B) não é permitida no ordenamento jurídico pátrio.
- (C) poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do processo de adoção, antes de prolatada a sentença.
- (D) é concedida após a morte do adotando, ocorrida no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.

**57. No regime da participação final nos aquestos,**

- (A) o direito à meação é penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (B) a administração dos bens móveis e imóveis que integram o patrimônio próprio é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar.
- (C) à época da dissolução do vínculo conjugal, cada cônjuge tem direito à metade dos bens adquiridos pelo casal a título oneroso ou gratuito, na constância do casamento.
- (D) integram o patrimônio próprio os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento.

**58. Na hipótese de renúncia à herança,**

- (A) os credores do herdeiro renunciante não poderão aceitá-la em nome do renunciante.
- (B) os descendentes do herdeiro renunciante poderão participar da sucessão por direito de representação.
- (C) o renunciante será privado da administração e usufruto dos bens que em razão da renúncia venham eventualmente a tocar a seus filhos menores.
- (D) os descendentes do herdeiro renunciante poderão vir a herdar por direito próprio e por cabeça, se o renunciante era o único de sua classe.

**59. O prelegatário ou legatário precípua é**

- (A) o legatário que foi aquinhoadado com o legado de maior valor.
- (B) a pessoa que reúne a condição de herdeiro legítimo e legatário.
- (C) aquele que recebe legado de usufruto.
- (D) o indivíduo que figura no testamento como único legatário.

**60. Quando o intérprete se defrontar com a necessidade de preencher lacuna da lei, de modo a proceder à aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante, é correto afirmar que há**

- (A) interpretação extensiva.
- (B) aplicação do direito alternativo.
- (C) analogia *juris*.
- (D) analogia *legis*.

**61. No sistema de defesa do consumidor, a aplicabilidade de suas normas**

- (A) estará adstrita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) veda, expressamente, a inserção de todas as normas do Código Civil, porquanto estranhas ao sistema.
- (C) exclui a eficácia de todos os tratados internacionais, com fundamento na premissa de que a defesa do consumidor é considerada direito fundamental.
- (D) permite a absorção de normas elencadas no ordenamento jurídico brasileiro, desde que mais favoráveis ao consumidor, em sede de relação de consumo.

**62. Na teoria geral dos negócios jurídicos, no âmbito dos elementos gerais extrínsecos, emergem as figuras do agente, lugar e tempo. Tais elementos referem-se ao plano da**

- (A) eficácia do negócio jurídico.
- (B) pós-eficácia do negócio jurídico.
- (C) existência do negócio jurídico.
- (D) validade do negócio jurídico.

**63. Nas obrigações solidárias passivas, sob o aspecto interno, ou seja, na relação entre os co-devedores, a obrigação é**

- (A) fracionária.
- (B) alternativa.
- (C) solidária.
- (D) conjunta.

**64. Um usuário de transporte aéreo sofreu intoxicação alimentar derivada de refeição fornecida a bordo da aeronave, por empresa de *catering*, diversa da companhia aérea. Neste caso, é correto afirmar que houve**

- (A) fato exclusivo da vítima, que exclui o dever de indenizar.
- (B) fortuito interno, inescusável, porquanto atrelado ao risco da atividade empreendida pelo transportador.
- (C) fato exclusivo de terceiro (empresa de *catering*), excludente válida da responsabilidade do transportador.
- (D) fortuito externo, já que se tratou de fato estranho à atividade do transportador, bem como aos riscos do transporte aéreo.

**65. Na teoria do enriquecimento sem causa, como fonte da obrigação,**

- (A) o deslocamento patrimonial indevido não implica necessariamente que deverá haver empobrecimento de outrem.
- (B) o caráter desproporcional terá de evidenciar deslocamento excessivo.
- (C) exige-se deslocamento patrimonial indevido e necessário empobrecimento da outra parte.
- (D) se a lei conferir outros meios para o lesado ressarcir-se do prejuízo sofrido, estes serão sempre subsidiários em relação ao enriquecimento sem causa, que emergirá como fonte principal.



**66.** Na teoria geral dos contratos, a denominada frustração do fim do contrato, que torna a prestação inútil, tem guarida no princípio da(o)

- (A) autonomia privada.
- (B) boa-fé objetiva.
- (C) equilíbrio econômico.
- (D) função social do contrato.

**67.** O denominado exercício inadmissível de posições jurídicas, abrangendo o *venire contra factum proprium, tu quoque, suppressio e surrectio*, coaduna-se com o princípio do(a)

- (A) equilíbrio econômico.
- (B) boa-fé objetiva.
- (C) função social do contrato.
- (D) autonomia privada.

**68.** No contrato de fiança, se o fiador exige do devedor outro fiador para o caso em que venha exercer seu direito regressivo, é correto afirmar que há

- (A) subfiança.
- (B) co-fiança.
- (C) retrofiança.
- (D) ineficácia do ato, à luz de interpretação restritiva do instituto.

**69.** O depósito necessário que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação ou o naufrágio ou o saque, corresponde ao

- (A) depósito miserável.
- (B) depósito do hospedeiro.
- (C) depósito legal.
- (D) depósito irregular.

**70.** O constituto possessório e a *traditio longa manu* referem-se à

- (A) tradição efetiva.
- (B) tradição consensual.
- (C) tradição simbólica.
- (D) tradição ficta.

**71.** No regime da descoberta, uma vez encontrado o bem, é correto afirmar que

(A) qualquer que seja o valor, não há nenhuma obrigação de restituição, seguindo-se o brocardo popular de que “achado não é roubado”.

(B) se de pequeno valor, desconhecendo-se o dono, a lei legitima a posse e domínio do descobridor.

(C) cumpre ao descobridor devolvê-lo ao seu verdadeiro proprietário ou possuidor, por determinação legal. Se não o encontrar, deverá entregá-lo à autoridade competente, fazendo jus à recompensa no valor mínimo de cinco por cento do bem.

(D) localizado o proprietário, o descobridor fará jus, no mínimo, à metade do valor do bem, qualquer que seja a sua natureza.

**72.** Os frutos civis vencidos quando do início do usufruto pertencem ao

- (A) proprietário.
- (B) usufrutuário.
- (C) proprietário e usufrutuário, em igualdade.
- (D) Estado.

**73.** As hipotecas de vias férreas serão registradas no(a)

- (A) Município da sede da empresa ferroviária.
- (B) Município do destino final da respectiva linha.
- (C) Município da estação inicial da respectiva linha.
- (D) Capital do Estado em que estiver sediada a linha, por tratar-se de concessão de serviço público.

**74.** Espécie de acessão em que sedimentos de rios lentamente se depositam à margem de um terreno, unindo-se à propriedade já existente, denomina-se

- (A) avulsão.
- (B) aluvião.
- (C) abandono de álveo.
- (D) formação de ilhas.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**75.** É cabível a nomeação à autoria

(A) por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.

(B) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.

(C) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

(D) do devedor, na ação em que o fiador for réu.



**76.** Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe

(A) à parte que contestou a assinatura.

(B) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.

(C) à parte que produziu o documento.

(D) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

**77.** João da Silva compra, por meio de escritura pública, imóvel de José dos Santos, situado na Comarca de Campinas, com pagamento à vista do preço. Após a lavratura da escritura de compra e venda e recebimento da posse pelo comprador, o imóvel é penhorado em execução de título executivo extrajudicial movida na Comarca de São Paulo contra o vendedor, o qual foi citado antes da venda e não tem outros bens suficientes para a satisfação do débito. O exequente não procedeu à averbação prevista no art. 615-A do CPC, nem o vendedor comunicou ao comprador a existência da execução. De acordo com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça,

(A) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

(B) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende da lavratura do auto ou termo de penhora do bem alienado, independente do respectivo registro, ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

(C) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior ao ajuizamento da execução.

(D) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior à citação válida do executado.

**78.** Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)

(A) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.

(B) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.

(C) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.

(D) o bem móvel que guarnece a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

**79.** É possível a concessão de liminar para desocupação do imóvel locado em ação de despejo que tiver por fundamento o término do prazo de locação

(A) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(B) residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(C) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(D) residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

**80.** Nas ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, de acordo com o art. 103 do mencionado estatuto, a sentença faz coisa julgada

(A) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos coletivos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

(B) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação.

(C) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos difusos, salvo improcedência por insuficiência de provas.

(D) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação, para beneficiar as vítimas e seus sucessores.

## DIREITO PENAL

**81.** No tocante aos crimes quanto ao estado de filiação:

I. são considerados atos criminosos a promoção no registro civil da inscrição de nascimento inexistente, o fato de dar parto alheio como próprio e, ainda, registrar como seu filho de outrem;

II. o ato de dar parto alheio como próprio pode ser considerado apenas infração administrativa, se reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza;

III. o ato de promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente pode deixar de ser apenado, desde que reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza.

É correto o que se afirma apenas em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

**82.** O ato de atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem,

(A) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial e de registro.

(B) só pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública.

(C) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial de registro e seus subordinados.

(D) somente pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública e se provada a ocorrência de prejuízo.



**83.** Funcionário público que tem crédito a ser exigido da Administração Pública e resolve apropriar-se do dinheiro público com o fim de compensação extrajudicial:

- (A) comete crime de peculato.
- (B) não comete crime algum, em face da possibilidade de compensação administrativa de créditos e débitos, devendo, porém, prestar contas ao órgão devedor, obtendo autorização para a transação.
- (C) comete crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- (D) comete crime de apropriação indébita.

**84.** É correto afirmar que

- (A) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a um ano e declaração expressa e motivada na sentença, está sujeito ao efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.
- (B) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a quatro anos, automaticamente, tem aplicado o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, desde que haja sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) é sempre aplicado, automaticamente, o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, ao agente de crime praticado no exercício da função pública, além de tornar certa a obrigação de reparação do dano.
- (D) por ser efeito extrapenal genérico, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo decorre de qualquer condenação criminal e não precisa ser expressamente declarada na sentença, desde que praticado o crime por funcionário público.

**85.** Ocorre o “flagrante presumido” quando o agente

- (A) está cometendo a infração penal.
- (B) acaba de cometer a infração penal.
- (C) é perseguido, logo após a infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) é encontrado, logo depois da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

**86.** O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a)

- (A) agravo.
- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) apelação.
- (D) correição parcial.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a autoridade judicial poderá determinar, liminarmente, medidas protetivas de urgência:

- I. de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;
- II. que obriguem o agressor à prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- III. de suspensão das procações conferidas pelo agressor à ofendida;
- IV. de proibição temporária para celebração de contratos de locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

**88.** Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- (A) a concessão de regalias.
- (B) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- (C) o isolamento na própria cela.
- (D) a restrição de direitos.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A sociedade simples

- (A) constitui-se independentemente de qualquer formalidade.
- (B) constitui-se por escritura pública ou testamento, mediante aprovação do Ministério Público.
- (C) vincula-se, em regra, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (D) vincula-se, em regra, ao Registro Público de Empresas Mercantis.

**90.** O cheque, em princípio, admite

- (A) aposição de visto pelo sacado, aval e endosso.
- (B) aceite, aval e endosso.
- (C) aceite, aposição de visto pelo sacado e endosso.
- (D) aceite, aposição de visto pelo sacado e aval.



91. A nota promissória em que se não indique a época do pagamento é considerada

- (A) à vista.
- (B) pagável em 1 (um) mês.
- (C) pagável em 1 (um) ano.
- (D) nula.

92. O protesto comum da duplicata é tirado

- (A) no domicílio do sacador.
- (B) no domicílio do sacado.
- (C) na praça de pagamento constante do título.
- (D) na praça de pagamento constante do título ou no domicílio do sacado.

93. Incumbe ao Registro Público de Empresas Mercantis a matrícula, dentre outros, dos

- (A) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais e corretores de imóveis.
- (B) tradutores públicos, intérpretes comerciais, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (C) leiloeiros, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (D) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.

94. No silêncio do contrato da sociedade limitada, os administradores podem praticar os atos pertinentes à gestão da sociedade. Não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende

- (A) do consentimento de todos os sócios.
- (B) da deliberação da maioria.
- (C) da prévia dissolução da sociedade.
- (D) de autorização judicial.

95. A indicação alternativa de lugar de pagamento na nota promissória é

- (A) facultada, tendo o portador direito de opção.
- (B) vedada, sendo o título considerado nulo.
- (C) considerada não escrita; o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento.
- (D) considerada não escrita; o lugar designado ao lado do nome do subscritor considera-se como sendo o lugar do pagamento.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

96. O Renascimento foi um período da história que se notabilizou

- (A) por fazer a transição da Baixa para a Alta Idade Média, com novas formas de organização e produção.
- (B) pelo aparecimento de grandes artistas, como Rembrandt, Van Gogh e Picasso.
- (C) pela declaração de independência dos Estados Unidos da América.
- (D) nenhuma das anteriores.

97. A crise econômica que atinge os Estados Unidos e a Europa tem origem na inadimplência do crédito imobiliário nos Estados Unidos e no uso de mecanismos financeiros heterodoxos pelo sistema bancário desses países. Como consequência, os países europeus com menor estabilidade fiscal tiveram um aumento no desemprego e no déficit público que ainda não foi resolvido. Observe que a questão tem duas partes e assinale a alternativa correta.

- (A) As duas proposições são erradas.
- (B) As duas proposições são corretas.
- (C) A primeira proposição é correta e a segunda errada.
- (D) A primeira proposição é errada e a segunda é correta.

98. Em 13.05.1888, a Princesa Isabel, exercendo a Regência do Império, subscrevia importante legislação que colocava fim à escravidão no Brasil, denominada Lei Áurea. Antes disso, contudo, houve a promulgação de outros diplomas legislativos relacionados com o movimento abolicionista. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, libertou os cativos acima de 55 anos; daí decorre ser um erro a designação de Lei dos Sexagenários, pela qual ficou conhecida.
- (B) a Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou os cativos acima de 63 anos, desde que houvesse a concordância dos respectivos senhores.
- (C) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.
- (D) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rui Barbosa ou do Ventre Livre.

99. Leia as afirmativas sobre microfilmagem e digitalização de documentos.

I. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade do serviço.

II. Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados.

III. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da ICP-Brasil e à arquitetura e-PING.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.



**100.** Sobre certificação digital, pode ser afirmado que:

I. o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação –ITI – é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

II. o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;

III. a Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. É executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu;

IV. a assinatura digital com certificado no padrão ICP-Brasil está baseada em sistema de criptografia assimétrico, apoiado em tecnologia de chaves públicas, constituído de um par de chaves, uma privada e outra pública, que se atribuem de maneira biunívoca e que garantem a autoria e a integridade do conteúdo do arquivo eletrônico assinado digitalmente pela chave privada do autor da assinatura.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

### VERSÃO 1 (GABARITO)

1 - D	2 - C	3 - C	4 - D	5 - A	6 - A	7 - B	8 - A	9 - A	10 - D
11 - C	12 - B	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - D
21 - D	22 - A	23 - B	24 - C	25 - D	26 - B	27 - B	28 - C	29 - A	30 - D
31 - A	32 - B	33 - C	34 - B	35 - C	36 - A	37 - D	38 - D	39 - C	40 - A
41 - D	42 - C	43 - D	44 - B	45 - A	46 - C	47 - D	48 - B	49 - A	50 - B
51 - D	52 - C	53 - A	54 - D	55 - B	56 - C	57 - D	58 - D	59 - B	60 - D
61 - D	62 - C	63 - A	64 - B	65 - A	66 - D	67 - B	68 - C	69 - A	70 - D
71 - C	72 - A	73 - C	74 - B	75 - B	76 - C	77 - A	78 - C	79 - C	80 - D
81 - A	82 - B	83 - A	84 - A	85 - D	86 - C	87 - B	88 - B	89 - C	90 - A
91 - A	92 - C	93 - D	94 - B	95 - A	96 - D	97 - B	98 - C	99 - D	100 - C

### VERSÃO 02

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### REGISTROS PÚBLICOS

**01.** Sobre a escritura de inventário extrajudicial, pode-se afirmar que

(A) é desnecessária autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para lavrar-se a escritura, no caso de herdeiro estrangeiro.

(B) é inadmissível sua utilização para verba decorrente de PASEP do falecido.

(C) os documentos apresentados para o ato de lavratura da escritura devem ser em cópia autenticada.

(D) qualquer herdeiro pode ser representado por procuração com poderes tácitos.

**02.** Sobre a lavratura de escritura pública, é correto afirmar que

(A) em ato de interesse de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da Lei n.º 6.435/77, deve obrigatoriamente comparecer a Curadoria das Fundações.

(B) em escritura declarada incompleta, por falta de assinatura de uma das partes, por culpa dela, é devida a metade do valor previsto na tabela.

(C) na escritura cujo objeto for bem imóvel urbano objeto de transcrição, ficam dispensadas sua descrição e caracterização.

(D) na instituição de direito de superfície em imóvel de valor menor que trinta salários mínimos, é obrigatório o instrumento público.

**03.** Sobre a procuração, é correto afirmar que

(A) mandato redigido por notário francês necessita consularização para ser utilizado em escritura pública.

(B) procuração outorgada a sociedade de advogados deve conter, como mandatária, a própria pessoa jurídica, com seu registro na OAB.

(C) a informação de ato revocatório de procuração deve ser obrigatoriamente comunicada à serventia que lavrou o ato original, vedada a cobrança do interessado da despesa postal decorrente.

(D) excetuados os casos previstos em lei, o mandato de origem estrangeira utilizado em escritura deverá ser trasladado previamente no Registro de Títulos e Documentos.

**04.** Sobre autenticação de cópias, é lícito afirmar que

(A) o Tabelião, ao autenticar cópias e para fornecer segurança jurídica ao ato praticado, deverá restringir-se à conferência do texto e do aspecto morfológico da escritura.

(B) sempre que possível, o instrumento de autenticação deverá constar no verso da cópia, para não prejudicar a legibilidade do documento.

(C) é excepcionalmente permitida cópia autenticada de conjunto de cópias, desde que estas constituam documento originário.



(D) em cópias de diversas folhas, que constituam um único documento, o escrevente autorizado poderá apor seu carimbo individualizado apenas na primeira e na última cópias.

**05.** Sobre os livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial, pode-se concluir que

(A) no livro de traslado integral de títulos e documentos, quando em folhas soltas, pode ser reservada uma folha para cada registro.

(B) o livro de registro por extrato é dispensado para as serventias que utilizarem sistema de microfilmagem.

(C) os livros terão no máximo trezentas folhas, devendo ter-se o cuidado para que o início de ato que ultrapasse esse limite fique para o livro posterior.

(D) é facultado o desdobramento desses livros, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente, adotando-se numeração de protocolo própria para cada um deles.

**06.** O reconhecimento espontâneo de paternidade, no registro do nascimento, pelo genitor relativamente incapaz, com menos de 18 (dezoito) anos de idade,

(A) só pode ocorrer depois de atingida a maioridade.

(B) depende da assistência de seus pais ou tutor, mas dispensa autorização judicial.

(C) depende de autorização judicial.

(D) pode ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.

**07.** Sobre as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal, **não** é correto afirmar que

(A) é dispensada a assinatura das 2 (duas) testemunhas no requerimento de registro, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

(B) o registro é feito no lugar de residência do interessado.

(C) o Oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente; persistindo a suspeita, o Oficial encaminhará os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

(D) se o requerimento for formulado, em hipótese que o permita, pelo próprio registrando, o estabelecimento de sua filiação dependerá da anuência dos apontados pais.

**08.** De acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, o assento de conversão da união estável em casamento é lavrado no

(A) Livro "B" - Auxiliar - de registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.

(B) Livro "B" - de registro de casamento.

(C) Livro "D" - de registro de proclama.

(D) Livro "E".

**09.** O registro de óbito é feito na circunscrição

(A) do último domicílio do falecido.

(B) do lugar do falecimento.

(C) do lugar do falecimento ou daquele do último domicílio do falecido.

(D) do lugar do sepultamento.

**10.** No que concerne ao expediente das serventias notariais e de registro, a jornada de trabalho para atendimento ao público obedecerá ao horário ininterrupto nas unidades que contarem, no mínimo, com

(A) dois prepostos.

(B) dois escreventes.

(C) três escreventes.

(D) três prepostos.

**11.** A sentença de interdição

(A) não é passível de inscrição no registro civil.

(B) é averbada no registro de nascimento e de casamento do curador.

(C) é averbada no registro de nascimento e de casamento do interdito.

(D) é registrada no Livro "E", salvo quando desdobrado, pela natureza dos atos, em livros especiais, do 1.º Subdistrito da sede da Comarca e anotada no assento de nascimento e de casamento do interdito.

**12.** Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o Oficial

(A) fará constar do registro apenas o prenome do registrado.

(B) prorrogará o prazo da declaração por 45 (quarenta e cinco) dias.

(C) lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe.

(D) submeterá o caso por escrito à decisão do juízo competente.

**13.** Assinale a alternativa **incorreta** sobre a adoção de criança e de adolescente.

(A) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, omitindo-se os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.

(B) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado.

(C) A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado perante o Oficial de Registro Civil do Município de sua residência.

(D) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.



**14.** O Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais pode, de ofício, após manifestação conclusiva do Ministério Público,

(A) averbar o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

(B) corrigir os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção.

(C) averbar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que haja expressa concordância destes, no registro de nascimento do enteado ou da enteada.

(D) averbar a alteração do nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.

**15.** Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de suspensão por

(A) 30 (trinta) dias.

(B) 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

(C) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

(D) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

**16.** Para o protesto, conforme previsto nas Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, é obrigatória a comprovação do endereço do emitente, pelo apresentante, se apresentado o cheque mais de

(A) 6 (seis) meses após a sua emissão.

(B) 2 (dois) anos após a sua emissão.

(C) 1 (um) ano após a sua emissão.

(D) 5 (cinco) anos após a sua emissão.

**17.** A respeito da Declaração Sobre Operações Imobiliárias (DOI), pode-se afirmar que

(A) o preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos, quando promover registro de documentos que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular, fazendo constar do respectivo documento a expressão "EMITIDA A DOI".

(B) será considerado valor da operação imobiliária o que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ou do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.

(C) os Oficiais de Registro de Imóveis ficam dispensados de preencher a DOI quando a transferência do imóvel se der por usucapião.

(D) os Tabeliães de Notas e Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos estão obrigados a fazer comunicação à Receita Federal do Brasil dos documentos lavrados e registrados em suas serventias e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, exceto quando tiver origem em título por autoridade judicial (adjudicação, herança, legado ou meação).

**18.** Assinale a alternativa correta sobre arrolamento fiscal no registro de imóveis.

(A) O arrolamento fiscal de bens será registrado no Livro de Registro das Indisponibilidades (LRI) e averbado nas matrículas onde o arrolado figure como titular de domínio.

(B) Destina-se a produzir efeito de publicidade registral, porém não impede eventual alienação ou oneração dos bens arrolados.

(C) Seu ingresso no Registro de Imóveis depende de mandado judicial contendo todos os elementos necessários.

(D) Poderá ser adotado sempre que houver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens e será requerido por quem tiver interesse na conservação deles.

**19.** Sobre locação de prédios urbanos, pode-se afirmar que

I. os contratos de locação são registrados no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, sem prejuízo de serem também levados ao registro imobiliário, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

II. os contratos de locação nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada serão registrados na matrícula do imóvel, mediante apresentação de qualquer das vias do contrato, assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas, bastando a coincidência entre o nome de um dos proprietários e o do locador;

III. a base de cálculo dos emolumentos do Registro de Imóveis em relação aos contratos de locação com prazo determinado será o valor da soma dos alugueres mensais.

Se o prazo for indeterminado, tomar-se-á o valor de 12 alugueres mensais.

(A) Apenas a afirmativa I está correta.

(B) Todas as afirmativas estão corretas.

(C) Apenas a afirmativa II está correta.

(D) Apenas a afirmativa III está incorreta.

**20.** Sobre certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, em atendimento à solicitação feita na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), pode-se afirmar que

I. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e poderá ser remetida ao interessado por correio eletrônico (e-mail), desde que este esteja assinado com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil A-3, ou superior;

II. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias, vedada a remessa ao interessado por correio eletrônico (e-mail);

III. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias;

IV. a postagem, o download e a conferência das mencionadas certidões em documentos eletrônicos far-se-ão apenas no endereço da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados referida, vedadas as suas remessas, pelo Oficial do Registro de Imóveis, por correio eletrônico (e-mail).



- (A) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa II está correta.

**21.** Com relação à escrituração do livro Registro Diário da Receita e da Despesa, pode-se afirmar que

I. ao final do ano, será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o “déficit” de cada unidade do serviço notarial e de registro no exercício, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

II. o livro Registro Diário da Receita e da Despesa será escriturado pelo notário ou registrador ou por seu substituto legal, sendo pessoal a sua responsabilidade, ainda que a tarefa seja entregue a outro preposto;

III. a receita será lançada no livro Registro Diário da Receita e da Despesa no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço notarial e de registro não tenha ainda recebido os emolumentos;

IV. nos casos em que se admitir depósito prévio, este deverá ser provisoriamente escriturado no livro de Registro Diário da Receita e da Despesa, para o controle dessas importâncias recebidas a esse título, até que sejam os depósitos convertidos em pagamento dos emolumentos, ou devolvidos, conforme o caso.

- (A) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Somente a afirmativa II está correta.
- (C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

**22.** O Protocolo do Registro de Imóveis será encerrado

- (A) semanalmente.
- (B) diariamente.
- (C) no último dia útil de cada mês.
- (D) quando esgotada a última folha do respectivo livro, admitindo-se a continuidade de folhas até o encerramento do expediente.

**23.** Sobre o selo de autenticidade, pode-se afirmar o seguinte:

I. É obrigatória a aplicação de um selo de autenticidade o qual integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, de reconhecimento de firmas e de certidões.

II. Os documentos eletrônicos receberão selo eletrônico, no modelo previamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

III. A contratação da distribuição e da fabricação de selos constitui encargo do Colégio Notarial do Brasil – Seção de São Paulo e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG-SP, que deverão escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos os requisitos de segurança e idoneidade. A escolha das empresas fabricantes será submetida à homologação da Corregedoria Geral da Justiça, apenas para a verificação dos requisitos acima assinalados.

- (A) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (B) Todas as afirmativas estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

**24.** Extinguir-se-á a delegação a Notário ou a Oficial de Registro por

I. morte, aposentadoria facultativa e aposentadoria compulsória por implemento de idade;

II. aposentadoria facultativa, invalidez e renúncia;

III. perda da delegação, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão final decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente;

IV. descumprimento, comprovado, dos benefícios da gratuidade decorrente de assistência judiciária gratuita decretada em autos judiciais.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

**25.** Para prestação dos serviços de pesquisa online para a localização de bens imóveis, bem como de visualização eletrônica de matrículas imobiliárias, as unidades de registro imobiliário do Estado de São Paulo

I. integram a Base de Dados Light (BDL) da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Central ARISP), ou utilizam solução de comunicação via WebService com a Central ARISP, ou publicam sua página na Internet, oferecendo esses serviços;

II. diariamente, a base de dados deverá ser atualizada pelas Serventias que não optaram por solução de comunicação via WebService, que se obrigam a depositar os dados e imagens nos repositórios eletrônicos da Central ARISP até as vinte e quatro horas de cada dia útil;

III. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

IV. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas a partir do nome ou do número de contribuinte da pessoa física (CPF), ou da firma ou denominação social, ou do número de contribuinte da pessoa jurídica (CNPJ).

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.



**26.** As Cédulas de Crédito Rural, Cédulas de Crédito Industrial, Cédulas de Crédito Comercial, Cédulas de Crédito à Exportação e Cédulas do Produto Rural deverão ser registradas, a contar da apresentação do título, no prazo máximo de

- (A) 5 (cinco) dias úteis.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 3 (três) dias úteis.
- (D) 10 (dez) dias.

**27.** Sobre atos societários envolvendo imóveis, pode-se afirmar o seguinte:

I. Os atos de transferência de imóveis para empresas comerciais, decorrentes de integralização de quota de capital social, serão objeto de registro.

II. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de fusão ou cisão de empresa, serão objeto de registro.

III. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de incorporação total de empresa, serão objeto de registro.

IV. A alteração do nome ou denominação social das pessoas jurídicas e a transformação do tipo societário serão objeto de averbação.

- (A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Todas as afirmativas estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**28.** Na celebração de casamento civil, o Oficial do Registro Civil deverá observar o seguinte:

I. Quando o casamento for celebrado na própria Unidade de Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, as portas devem estar abertas e presentes, pelo menos, 2 (duas) testemunhas, parentes ou não dos contraentes.

II. Quando o casamento for celebrado em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, caso algum dos contraentes não saiba escrever, serão 3 (três) as testemunhas.

III. Se algum dos nubentes não puder comparecer ao ato, poderá ser representado por pessoa devidamente autorizada, mediante declaração feita por instrumento público ou particular; neste caso, no original, com reconhecimento de firma por autenticidade.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (D) Somente a afirmativa I está correta.

**29.** O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais deverá anotar o óbito

(A) nos assentos de casamento e nascimento e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(B) nos assentos de casamento e nascimento do falecido.

(C) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(D) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no Certificado de Alistamento Militar (CAM) do falecido; estes, facultativamente, quando forem apresentados pelo declarante.

**30.** A transcrição de penhor comum sobre coisas móveis e contrato de parceria agrícola ou pecuária será feita no

- (A) Registro de Títulos e Documentos ou Registro Imobiliário, a depender do objetivo do interessado.
- (B) Registro Imobiliário.
- (C) Registro de Títulos e Documentos.
- (D) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**31.** Dúvida é

(A) pedido de natureza administrativa, formulado pelo interessado no registro do título, para que o Oficial esclareça as exigências por ele feitas.

(B) pedido de natureza administrativa, formulado pelo Oficial, a requerimento do apresentante de título imobiliário, para que o Juiz competente decida sobre a legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido.

(C) pedido de natureza judicial, formulado pelo Oficial, direta e unilateralmente, ao Juiz competente, para que este decida acerca da legitimidade das exigências que fez, como condição de registro pretendido.

(D) pedido de natureza judicial, pelo qual o interessado em registro de título dirige-se ao Juiz competente para que este decida acerca de exigências feitas pelo Oficial, como condição de registro pretendido.

**32.** No processo de dúvida,

(A) em entendendo necessário, poderá o Juiz Corregedor Permanente determinar a produção de provas, inclusive testemunhal e pericial.

(B) somente será julgada por sentença se o interessado apresentar impugnação no prazo legal.

(C) não se produzem provas, verificando-se apenas o aspecto regulamentar dos registros públicos.

(D) cabe ao Oficial a interposição de recurso de apelação, junto à Corregedoria Geral da Justiça, em sendo julgada improcedente a dúvida por ele suscitada.

**33.** Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:

(A) civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.

(B) civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.

(C) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

(D) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.



## DIREITO CONSTITUCIONAL

34. “No Brasil tivemos, até hoje, 8 (oito) Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, muito embora alguns autores não considerem a emenda constitucional de 1969 como uma nova Constituição”. O texto

- (A) está totalmente correto.
- (B) está totalmente incorreto.
- (C) está correto só quanto às datas, estando incorreto quanto à ressalva sobre a emenda constitucional de 1969.
- (D) apresenta conteúdo que se baseia na doutrina do constitucionalista italiano Máximo Saleme, já superada. Só as datas estão corretas.

35. “O princípio da igualdade admite discriminações que podem ser, portanto, lícitas. Mas, para ser lícita, a discriminação deve ser genérica e fundamentada.” O raciocínio em foco está

- (A) totalmente equivocado.
- (B) parcialmente correto. Está incorreta a parte que afirma a necessidade de a discriminação ser genérica.
- (C) parcialmente correto. É algo que já existiu, mas não existe mais, eis que se trata de raciocínio tipicamente totalitário, já superado em nosso ordenamento jurídico e também em nossa doutrina.
- (D) totalmente correto.

36. Assinale a alternativa cujo conteúdo traz somente elementos integrantes do princípio do devido processo legal.

- (A) Inocência presumida; direito ao contraditório e direito de perícia.
- (B) Ampla defesa; vedação a tribunais de exceção e direito de petição.
- (C) Direito de petição; argumentação imediata; decisões judiciais devem ser fundamentadas.
- (D) Exclusividade de julgamento por autoridade competente; direito plenipotenciário; vedação a tribunais de exceção.

37. Como se sabe, os direitos fundamentais experimentaram uma evolução ao longo do tempo, constituindo as chamadas gerações de direitos. Neste sentido, assinale a alternativa que **não exprime** a verdade.

- (A) Direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos negativos em relação ao poder estatal.
- (B) Direitos fundamentais de segunda geração são direitos sociais, econômicos e culturais.
- (C) Direitos fundamentais de primeira e segunda geração foram contemplados, pela primeira vez, na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, na França.
- (D) Direitos fundamentais de terceira geração possuem um viés mais coletivo e subjetivo, como direito à paz, a um meio ambiente sadio ou à comunicação.

38. “O Poder Legislativo Federal brasileiro é do tipo bicameral-federativo, sendo composto de duas casas legislativas, sendo uma delas composta por representantes do povo brasileiro, chamada Câmara, e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal, denominada Senado.” Pode-se dizer que o conteúdo do texto está

- (A) totalmente correto.
- (B) parcialmente correto. Não é apenas o poder legislativo federal que se organiza dessa forma. Os estados-membros também estruturam seus poderes legislativos da mesma maneira.
- (C) parcialmente correto. O Senado também tem a função constitucional de representar o povo brasileiro, a partir do momento em que são escolhidos por voto popular, livre e secreto.
- (D) totalmente incorreto.

39. Cada um dos itens seguintes traz duas afirmações. Leia-as e depois indique qual alternativa oferece a resposta correta.

I. Os magistrados adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, seja em que instância for, e a inamovibilidade dos juízes pode ser excepcionada pelo interesse público, nos termos do artigo 93, VII, da Constituição Federal.

II. O ingresso na carreira de juiz será feito mediante concurso público, e um dos requisitos impostos aos candidatos, além da formação em direito, é o exercício prévio de atividade jurídica por, pelo menos, três anos, e a irredutibilidade de subsídios torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

III. O juiz titular deverá residir na respectiva comarca, mas tal disposição poderá ser alterada pelo tribunal competente e não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

- (A) O item I traz uma primeira afirmação correta e uma segunda afirmação incorreta.
- (B) A primeira afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a segunda afirmação do item I, e ambas estão incorretas.
- (C) A segunda afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a primeira afirmação do item III, e ambas estão corretas.
- (D) O item III está completamente correto.

40. Com relação aos limites para a auto-organização dos municípios, a Constituição Federal fixou a regra pela qual

- (A) o prefeito é sempre julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual competente, mesmo quando se tratar de crime de competência da justiça federal.
- (B) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do município.
- (C) o município pode gastar, no máximo, 5% (cinco por cento) de sua receita com a remuneração dos vereadores.
- (D) é de 5% do eleitorado municipal o *quorum* para a propositura de lei que vise a atender interesse do próprio município, de bairro ou de distrito contíguo.

41. Relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que

- (A) dois advogados serão indicados por dois estados da federação, havendo rotatividade entre os estados na indicação a cada novo mandato.
- (B) um juiz do trabalho será indicado por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT), havendo rotatividade entre os TRT's na indicação a cada novo mandato.
- (C) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, e outro pelo Senado Federal.
- (D) um desembargador de tribunal de justiça será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).



## DIREITO ADMINISTRATIVO

42. Quanto ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) A aplicação conjunta de punição disciplinar e criminal resulta em *bis in idem*.
- (B) As penas decorrentes das punições disciplinar e criminal têm a mesma natureza jurídica.
- (C) Os atos administrativos disciplinares são praticados de acordo com a conveniência e oportunidade, sem motivação.
- (D) O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva punição.

43. Analise as proposições a seguir.

I. Toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, contudo, se incompatível com a natureza do contrato, há a inexigibilidade dessas formalidades.

II. A formalização da Investidura de uma área pública se faz, obrigatoriamente, por escritura pública ou termo administrativo, sendo facultado o registro imobiliário.

III. Os bens imóveis de uso especial e os dominiais adquiridos de qualquer forma pelo Poder Público ficam sujeitos ao registro imobiliário.

IV. Os bens de uso comum do povo estão dispensados de registro enquanto mantiverem essa destinação.

São verdadeiras apenas as proposições

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.

44. Sobre desapropriação, analise as assertivas a seguir.

I. A desapropriação por zona consiste na ampliação da expropriação às áreas que se valorizam extraordinariamente em consequência da realização da obra ou do serviço público.

II. A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

III. Nas desapropriações por utilidade pública, o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo Poder Público é de dois anos contados da data da expedição do respectivo direito.

IV. A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do Poder Público Municipal.

V. A desapropriação é um procedimento administrativo que se realiza em duas fases: declaratória e executória.

- (A) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- (C) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

45. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.

(A) Será objetiva, com a adoção da teoria do risco integral.

(B) Praticado ato comissivo por parte do agente estatal, a Administração Pública responderá objetivamente, de modo que, para ser ressarcida, a vítima deverá comprovar o nexo de causalidade entre o fato lesivo e o dano.

(C) Será sempre objetiva, mesmo que, posteriormente, se apure a culpa da vítima na ocorrência do evento danoso.

(D) A Administração Pública, condenada ao pagamento de indenização por determinado fato jurídico, não poderá ajuizar a correspondente ação regressiva contra o servidor público que causou o dano, porquanto a mencionada ação somente seria possível, segundo a doutrina administrativista, em face dos agentes políticos.

46. Assinale a assertiva **incorreta**.

(A) A análise do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário caracteriza ofensa ao princípio da independência e separação dos poderes.

(B) O mérito administrativo recai sobre o motivo e o objeto/finalidade do ato administrativo discricionário.

(C) Dá-se o nome de autotutela ao poder-dever que tem a Administração Pública de anular ou revogar seus próprios atos, ilegais ou inconvenientes.

(D) Quando o vício do ato administrativo se encontra dentro dos limites do mérito administrativo, a Administração Pública deve anulá-lo.

47. Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) O Poder Legislativo poderá exercer o controle do mérito dos atos administrativos nos casos de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição Federal.

(B) Enquanto a oportunidade e a conveniência do ato administrativo somente podem ser controladas pela própria Administração Pública, a eficiência e o resultado do ato podem ser submetidos ao controle externo.

(C) Apenas o ato administrativo vinculado pode ser anulado pelo Poder Judiciário; o discricionário deverá ser revogado.

(D) O Poder Judiciário pode analisar a legalidade dos atos administrativos puramente discricionários.

48. Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que

(A) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.

(B) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.

(C) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.

(D) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.



**49.** Sobre o ato administrativo, pode-se afirmar que

- (A) a presunção de exigibilidade do ato administrativo autoriza fechar-se estabelecimento inadimplente com o fisco.
- (B) ato de competência exclusiva, advogado e praticado por autoridade superior, caracteriza situação de excesso de poder.
- (C) a concessão de licença para construir pode ser condicionada à emissão de certidão negativa de débito relativa ao imóvel.
- (D) a revogação de ato administrativo complexo pode ser realizada, bastando que um dos órgãos envolvidos manifeste sua aquiescência.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

**50.** Sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pode-se afirmar que

- (A) não incide sobre a transmissão onerosa de contrato preliminar.
- (B) o seu lançamento é de ofício, com base no valor da operação.
- (C) não incide sobre a constituição do direito do promissário comprador.
- (D) lei municipal pode prever alíquotas progressivas com base no valor do imóvel.

**51.** Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias – DOI, é lícito afirmar que

- (A) a multa por atraso no seu envio foi criada em instrução normativa da Receita Federal do Brasil.
- (B) não deve ser enviada em escritura de renúncia de usufruto.
- (C) seu sujeito passivo é o adquirente do bem imóvel objeto da transação imobiliária.
- (D) se trata de obrigação acessória, mas que pode se tornar tributo, pelo simples fato de sua inobservância.

**52.** Sobre o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, é possível concluir que

- (A) sua alíquota máxima é fixada em decreto legislativo.
- (B) não incide em inventário por morte presumida devido à possibilidade de o ausente reaparecer.
- (C) é devido ao Estado da sede da companhia, no caso de transferência de ações.
- (D) segundo a lei paulista, não incide sobre a vintena do testamentário, desde que estipulada até o limite legal.

**53.** Sobre emolumentos cobrados pelos oficiais e notários pelos atos praticados, de acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2001, é correto afirmar que

- (A) a Universidade de São Paulo – USP apenas paga a parcela dos emolumentos devida ao notário/tabelião.
- (B) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP é isenta do pagamento da parcela de emolumentos devida ao Estado.
- (C) o Banco Central do Brasil não paga a parcela de emolumentos devida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- (D) a Prefeitura Municipal de Campinas não paga qualquer quantia a título de emolumentos nos atos notariais.

**54.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- (A) exigir ou aumentar tributo desde que haja previsão em lei que o estabeleça.
- (B) cobrar tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, no exercício financeiro subsequente àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou ou após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

#### DIREITO CIVIL

**55.** No que tange ao casamento nuncupativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar.
- (B) O ato nupcial é celebrado na presença de seis testemunhas, parentes ou não dos contraentes.
- (C) Nele, um dos nubentes está acometido de moléstia grave que o impede de locomover-se ou aguardar a data da celebração futura.
- (D) É exigida a presença do Oficial do Registro Civil.

**56.** A adoção póstuma

- (A) assegura todos os vínculos originados da adoção, salvo os referentes ao direito sucessório, pois os efeitos da adoção póstuma só se operam após o trânsito em julgado da sentença constitutiva da adoção.
- (B) poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do processo de adoção, antes de prolatada a sentença.
- (C) não é permitida no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) é concedida após a morte do adotando, ocorrida no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.

**57.** No regime da participação final nos aquestos,

- (A) o direito à meação é penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (B) a administração dos bens móveis e imóveis que integram o patrimônio próprio é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar.
- (C) integram o patrimônio próprio os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento.
- (D) à época da dissolução do vínculo conjugal, cada cônjuge tem direito à metade dos bens adquiridos pelo casal a título oneroso ou gratuito, na constância do casamento.



- 58.** Na hipótese de renúncia à herança,  
(A) os descendentes do herdeiro renunciante poderão vir a herdar por direito próprio e por cabeça, se o renunciante era o único de sua classe.  
(B) os descendentes do herdeiro renunciante poderão participar da sucessão por direito de representação.  
(C) o renunciante será privado da administração e usufruto dos bens que em razão da renúncia venham eventualmente a tocar a seus filhos menores.  
(D) os credores do herdeiro renunciante não poderão aceitá-la em nome do renunciante.
- 59.** O prelegatário ou legatário precípua é  
(A) o legatário que foi aquinhoadado com o legado de maior valor.  
(B) o indivíduo que figura no testamento como único legatário.  
(C) aquele que recebe legado de usufruto.  
(D) a pessoa que reúne a condição de herdeiro legítimo e legatário.
- 60.** Quando o intérprete se defrontar com a necessidade de preencher lacuna da lei, de modo a proceder à aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante, é correto afirmar que há  
(A) interpretação extensiva.  
(B) analogia *legis*.  
(C) analogia *juris*.  
(D) aplicação do direito alternativo.
- 61.** No sistema de defesa do consumidor, a aplicabilidade de suas normas  
(A) estará adstrita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.  
(B) permite a absorção de normas elencadas no ordenamento jurídico brasileiro, desde que mais favoráveis ao consumidor, em sede de relação de consumo.  
(C) exclui a eficácia de todos os tratados internacionais, com fundamento na premissa de que a defesa do consumidor é considerada direito fundamental.  
(D) veda, expressamente, a inserção de todas as normas do Código Civil, porquanto estranhas ao sistema.
- 62.** Na teoria geral dos negócios jurídicos, no âmbito dos elementos gerais extrínsecos, emergem as figuras do agente, lugar e tempo. Tais elementos referem-se ao plano da  
(A) eficácia do negócio jurídico.  
(B) pós-eficácia do negócio jurídico.  
(C) validade do negócio jurídico.  
(D) existência do negócio jurídico.
- 63.** Nas obrigações solidárias passivas, sob o aspecto interno, ou seja, na relação entre os co-devedores, a obrigação é  
(A) alternativa.  
(B) fracionária.  
(C) solidária.  
(D) conjunta.
- 64.** Um usuário de transporte aéreo sofreu intoxicação alimentar derivada de refeição fornecida a bordo da aeronave, por empresa de *catering*, diversa da companhia aérea. Neste caso, é correto afirmar que houve  
(A) fato exclusivo da vítima, que exclui o dever de indenizar.  
(B) fato exclusivo de terceiro (empresa de *catering*), excludente válida da responsabilidade do transportador.  
(C) fortuito interno, inescusável, porquanto atrelado ao risco da atividade empreendida pelo transportador.  
(D) fortuito externo, já que se tratou de fato estranho à atividade do transportador, bem como aos riscos do transporte aéreo.
- 65.** Na teoria do enriquecimento sem causa, como fonte da obrigação,  
(A) se a lei conferir outros meios para o lesado ressarcir-se do prejuízo sofrido, estes serão sempre subsidiários em relação ao enriquecimento sem causa, que emergirá como fonte principal.  
(B) o caráter desproporcional terá de evidenciar deslocamento excessivo.  
(C) exige-se deslocamento patrimonial indevido e necessário empobrecimento da outra parte.  
(D) o deslocamento patrimonial indevido não implica necessariamente que deverá haver empobrecimento de outrem.
- 66.** Na teoria geral dos contratos, a denominada frustração do fim do contrato, que torna a prestação inútil, tem guarida no princípio da(o)  
(A) autonomia privada.  
(B) boa-fé objetiva.  
(C) função social do contrato.  
(D) equilíbrio econômico.
- 67.** O denominado exercício inadmissível de posições jurídicas, abrangendo o *venire contra factum proprium, tu quoque, suppressio e surrectio*, coaduna-se com o princípio do(a)  
(A) boa-fé objetiva.  
(B) equilíbrio econômico.  
(C) função social do contrato.  
(D) autonomia privada.



68. No contrato de fiança, se o fiador exige do devedor outro fiador para o caso em que venha exercer seu direito regressivo, é correto afirmar que há

- (A) subfiança.
- (B) co-fiança.
- (C) ineficácia do ato, à luz de interpretação restritiva do instituto.
- (D) retrofiança.

69. O depósito necessário que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação ou o naufrágio ou o saque, corresponde ao

- (A) depósito do hospedeiro.
- (B) depósito miserável.
- (C) depósito legal.
- (D) depósito irregular.

70. O constituto possessório e a *traditio longa manu* referem-se à

- (A) tradição efetiva.
- (B) tradição consensual.
- (C) tradição ficta.
- (D) tradição simbólica.

71. No regime da descoberta, uma vez encontrado o bem, é correto afirmar que

(A) qualquer que seja o valor, não há nenhuma obrigação de restituição, seguindo-se o brocardo popular de que “achado não é roubado”.

(B) se de pequeno valor, desconhecendo-se o dono, a lei legitima a posse e domínio do descobridor.

(C) localizado o proprietário, o descobridor fará jus, no mínimo, à metade do valor do bem, qualquer que seja a sua natureza.

(D) cumpre ao descobridor devolvê-lo ao seu verdadeiro proprietário ou possuidor, por determinação legal. Se não o encontrar, deverá entregá-lo à autoridade competente, fazendo jus à recompensa no valor mínimo de cinco por cento do bem.

72. Os frutos civis vencidos quando do início do usufruto pertencem ao

- (A) usufrutuário.
- (B) proprietário.
- (C) proprietário e usufrutuário, em igualdade.
- (D) Estado.

73. As hipotecas de vias férreas serão registradas no(a)

- (A) Município da estação inicial da respectiva linha.
- (B) Município do destino final da respectiva linha.
- (C) Município da sede da empresa ferroviária.
- (D) Capital do Estado em que estiver sediada a linha, por tratar-se de concessão de serviço público.

74. Espécie de acessão em que sedimentos de rios lentamente se depositam à margem de um terreno, unindo-se à propriedade já existente, denomina-se

- (A) avulsão.
- (B) abandono de álveo.
- (C) aluvião.
- (D) formação de ilhas.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. É cabível a nomeação à autoria

(A) por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.

(B) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

(C) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.

(D) do devedor, na ação em que o fiador for réu.

76. Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe

(A) à parte que contestou a assinatura.

(B) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.

(C) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(D) à parte que produziu o documento.



77. João da Silva compra, por meio de escritura pública, imóvel de José dos Santos, situado na Comarca de Campinas, com pagamento à vista do preço. Após a lavratura da escritura de compra e venda e recebimento da posse pelo comprador, o imóvel é penhorado em execução de título executivo extrajudicial movida na Comarca de São Paulo contra o vendedor, o qual foi citado antes da venda e não tem outros bens suficientes para a satisfação do débito. O exequente não procedeu à averbação prevista no art. 615-A do CPC, nem o vendedor comunicou ao comprador a existência da execução. De acordo com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça,

(A) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende da lavratura do auto ou termo de penhora do bem alienado, independente do respectivo registro, ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

(B) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

(C) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior ao ajuizamento da execução.

(D) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior à citação válida do executado.

78. Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)

(A) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.

(B) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.

(C) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.

(D) o bem móvel que garante a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

79. É possível a concessão de liminar para desocupação do imóvel locado em ação de despejo que tiver por fundamento o término do prazo de locação

(A) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(B) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(C) residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(D) residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

80. Nas ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, de acordo com o art. 103 do mencionado estatuto, a sentença faz coisa julgada

(A) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos coletivos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

(B) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação, para beneficiar as vítimas e seus sucessores.

(C) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos difusos, salvo improcedência por insuficiência de provas.

(D) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação.

## DIREITO PENAL

81. No tocante aos crimes quanto ao estado de filiação:

I. são considerados atos criminosos a promoção no registro civil da inscrição de nascimento inexistente, o fato de dar parto alheio como próprio e, ainda, registrar como seu filho de outrem;

II. o ato de dar parto alheio como próprio pode ser considerado apenas infração administrativa, se reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza;

III. o ato de promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente pode deixar de ser apenado, desde que reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza.

É correto o que se afirma apenas em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) I.

82. O ato de atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem,

(A) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial e de registro.

(B) somente pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública e se provada a ocorrência de prejuízo.

(C) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial de registro e seus subordinados.

(D) só pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública.

83. Funcionário público que tem crédito a ser exigido da Administração Pública e resolve apropriar-se do dinheiro público com o fim de compensação extrajudicial:

(A) não comete crime algum, em face da possibilidade de compensação administrativa de créditos e débitos, devendo, porém, prestar contas ao órgão devedor, obtendo autorização para a transação.

(B) comete crime de peculato.

(C) comete crime de exercício arbitrário das próprias razões.

(D) comete crime de apropriação indébita.



**84.** É correto afirmar que

- (A) é sempre aplicado, automaticamente, o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, ao agente de crime praticado no exercício da função pública, além de tornar certa a obrigação de reparação do dano.
- (B) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a quatro anos, automaticamente, tem aplicado o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, desde que haja sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a um ano e declaração expressa e motivada na sentença, está sujeito ao efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.
- (D) por ser efeito extrapenal genérico, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo decorre de qualquer condenação criminal e não precisa ser expressamente declarada na sentença, desde que praticado o crime por funcionário público.

**85.** Ocorre o “flagrante presumido” quando o agente

- (A) é encontrado, logo depois da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (B) acaba de cometer a infração penal.
- (C) é perseguido, logo após a infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) está cometendo a infração penal.

**86.** O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a)

- (A) agravo.
- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) correição parcial.
- (D) apelação.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a autoridade judicial poderá determinar, liminarmente, medidas protetivas de urgência:

- I. de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;
- II. que obrigam o agressor à prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- III. de suspensão das proclamações conferidas pelo agressor à ofendida;
- IV. de proibição temporária para celebração de contratos de locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

**88.** Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- (A) a concessão de regalias.
- (B) o isolamento na própria cela.
- (C) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- (D) a restrição de direitos.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A sociedade simples

- (A) constitui-se independentemente de qualquer formalidade.
- (B) constitui-se por escritura pública ou testamento, mediante aprovação do Ministério Público.
- (C) vincula-se, em regra, ao Registro Público de Empresas Mercantis.
- (D) vincula-se, em regra, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**90.** O cheque, em princípio, admite

- (A) aceite, aposição de visto pelo sacado e endosso.
- (B) aceite, aval e endosso.
- (C) aposição de visto pelo sacado, aval e endosso.
- (D) aceite, aposição de visto pelo sacado e aval.

**91.** A nota promissória em que se não indique a época do pagamento é considerada

- (A) pagável em 1 (um) ano.
- (B) pagável em 1 (um) mês.
- (C) à vista.
- (D) nula.

**92.** O protesto comum da duplicata é tirado

- (A) no domicílio do sacador.
- (B) na praça de pagamento constante do título.
- (C) no domicílio do sacado.
- (D) na praça de pagamento constante do título ou no domicílio do sacado.



**93.** Incumbe ao Registro Público de Empresas Mercantis a matrícula, dentre outros, dos

- (A) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais e corretores de imóveis.
- (B) tradutores públicos, intérpretes comerciais, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (C) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (D) leiloeiros, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.

**94.** No silêncio do contrato da sociedade limitada, os administradores podem praticar os atos pertinentes à gestão da sociedade. Não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende

- (A) da deliberação da maioria.
- (B) do consentimento de todos os sócios.
- (C) da prévia dissolução da sociedade.
- (D) de autorização judicial.

**95.** A indicação alternativa de lugar de pagamento na nota promissória é

- (A) vedada, sendo o título considerado nulo.
- (B) facultada, tendo o portador direito de opção.
- (C) considerada não escrita; o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento.
- (D) considerada não escrita; o lugar designado ao lado do nome do subscritor considera-se como sendo o lugar do pagamento.

### CONHECIMENTOS GERAIS

**96.** O Renascimento foi um período da história que se notabilizou

- (A) por fazer a transição da Baixa para a Alta Idade Média, com novas formas de organização e produção.
- (B) pelo aparecimento de grandes artistas, como Rembrandt, Van Gogh e Picasso.
- (C) pela declaração de independência dos Estados Unidos da América.
- (D) nenhuma das anteriores.

**97.** A crise econômica que atinge os Estados Unidos e a Europa tem origem na inadimplência do crédito imobiliário nos Estados Unidos e no uso de mecanismos financeiros heterodoxos pelo sistema bancário desses países. Como consequência, os países europeus com menor estabilidade fiscal tiveram um aumento no desemprego e no déficit público que ainda não foi resolvido. Observe que a questão tem duas partes e assinale a alternativa correta.

- (A) As duas proposições são corretas.
- (B) As duas proposições são erradas.
- (C) A primeira proposição é correta e a segunda errada.
- (D) A primeira proposição é errada e a segunda é correta.

**98.** Em 13.05.1888, a Princesa Isabel, exercendo a Regência do Império, subscrevia importante legislação que colocava fim à escravidão no Brasil, denominada Lei Áurea. Antes disso, contudo, houve a promulgação de outros diplomas legislativos relacionados com o movimento abolicionista. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, libertou os cativos acima de 55 anos; daí decorre ser um erro a designação de Lei dos Sexagenários, pela qual ficou conhecida.
- (B) a Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou os cativos acima de 63 anos, desde que houvesse a concordância dos respectivos senhores.
- (C) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rui Barbosa ou do Ventre Livre.
- (D) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.

**99.** Leia as afirmativas sobre microfilmagem e digitalização de documentos.

I. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade do serviço.

II. Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados. III. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da ICP-Brasil e à arquitetura e-PING.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.

**100.** Sobre certificação digital, pode ser afirmado que:

I. o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil; II. o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

III. a Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. É executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu;

IV. a assinatura digital com certificado no padrão ICP-Brasil está baseada em sistema de criptografia assimétrico, apoiado em tecnologia de chaves públicas, constituído de um par de chaves, uma privada e outra pública, que se atribuem de maneira biunívoca e que garantem a autoria e a integridade do conteúdo do arquivo eletrônico assinado digitalmente pela chave privada do autor da assinatura.



Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.  
 (B) II.  
 (C) II, III e IV.  
 (D) I, III e IV

### VERSÃO 2 (GABARITO)

1 - A	2 - D	3 - D	4 - C	5 - B	6 - D	7 - A	8 - B	9 - B	10 - C
11 - D	12 - C	13 - A	14 - B	15 - D	16 - C	17 - A	18 - B	19 - B	20 - C
21 - A	22 - B	23 - A	24 - D	25 - C	26 - C	27 - A	28 - D	29 - B	30 - C
31 - B	32 - C	33 - D	34 - A	35 - D	36 - B	37 - C	38 - A	39 - D	40 - B
41 - C	42 - D	43 - A	44 - C	45 - B	46 - D	47 - C	48 - C	49 - B	50 - C
51 - B	52 - D	53 - C	54 - B	55 - A	56 - B	57 - C	58 - A	59 - D	60 - B
61 - B	62 - D	63 - B	64 - C	65 - D	66 - C	67 - A	68 - D	69 - B	70 - C
71 - D	72 - B	73 - A	74 - C	75 - C	76 - D	77 - B	78 - A	79 - B	80 - B
81 - D	82 - D	83 - B	84 - C	85 - A	86 - D	87 - A	88 - C	89 - D	90 - C
91 - C	92 - B	93 - C	94 - A	95 - B	96 - D	97 - A	98 - D	99 - A	100 - D

### VERSÃO 03

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### REGISTROS PÚBLICOS

**01.** Sobre a escritura de inventário extrajudicial, pode-se afirmar que

- (A) qualquer herdeiro pode ser representado por procuração com poderes tácitos.  
 (B) é desnecessária autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para lavrar-se a escritura, no caso de herdeiro estrangeiro.  
 (C) os documentos apresentados para o ato de lavratura da escritura devem ser em cópia autenticada.  
 (D) é inadmissível sua utilização para verba decorrente de PASEP do falecido.

**02.** Sobre a lavratura de escritura pública, é correto afirmar que

- (A) na instituição de direito de superfície em imóvel de valor menor que trinta salários mínimos, é obrigatório o instrumento público.  
 (B) em escritura declarada incompleta, por falta de assinatura de uma das partes, por culpa dela, é devida a metade do valor previsto na tabela.  
 (C) em ato de interesse de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da Lei n.º 6.435/77, deve obrigatoriamente comparecer a Curadoria das Fundações.  
 (D) na escritura cujo objeto for bem imóvel urbano objeto de transcrição, ficam dispensadas sua descrição e caracterização.

**03.** Sobre a procuração, é correto afirmar que

- (A) mandato redigido por notário francês necessita consularização para ser utilizado em escritura pública.  
 (B) excetuados os casos previstos em lei, o mandato de origem estrangeira utilizado em escritura deverá ser trasladado previamente no Registro de Títulos e Documentos.  
 (C) procuração outorgada a sociedade de advogados deve conter, como mandatária, a própria pessoa jurídica, com seu registro na OAB.  
 (D) a informação de ato revocatório de procuração deve ser obrigatoriamente comunicada à serventia que lavrou o ato original, vedada a cobrança do interessado da despesa postal decorrente.

**04.** Sobre autenticação de cópias, é lícito afirmar que

- (A) o Tabelião, ao autenticar cópias e para fornecer segurança jurídica ao ato praticado, deverá restringir-se à conferência do texto e do aspecto morfológico da escritura.  
 (B) é excepcionalmente permitida cópia autenticada de conjunto de cópias, desde que estas constituam documento originário.  
 (C) em cópias de diversas folhas, que constituam um único documento, o escrevente autorizado poderá apor seu carimbo individualizado apenas na primeira e na última cópias.  
 (D) sempre que possível, o instrumento de autenticação deverá constar no verso da cópia, para não prejudicar a legibilidade do documento.

**05.** Sobre os livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial, pode-se concluir que

- (A) é facultado o desdobramento desses livros, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente, adotando-se numeração de protocolo própria para cada um deles.  
 (B) no livro de transladação integral de títulos e documentos, quando em folhas soltas, pode ser reservada uma folha para cada registro.  
 (C) os livros terão no máximo trezentas folhas, devendo ter-se o cuidado para que o início de ato que ultrapasse esse limite fique para o livro posterior.  
 (D) o livro de registro por extrato é dispensado para as serventias que utilizarem sistema de microfilmagem.



- 06.** O reconhecimento espontâneo de paternidade, no registro do nascimento, pelo genitor relativamente incapaz, com menos de 18 (dezoito) anos de idade,
- (A) depende da assistência de seus pais ou tutor, mas dispensa autorização judicial.
  - (B) pode ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.
  - (C) depende de autorização judicial.
  - (D) só pode ocorrer depois de atingida a maioridade.
- 07.** Sobre as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal, **não** é correto afirmar que
- (A) o registro é feito no lugar de residência do interessado.
  - (B) o Oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente; persistindo a suspeita, o Oficial encaminhará os autos ao Juiz Corregedor Permanente.
  - (C) é dispensada a assinatura das 2 (duas) testemunhas no requerimento de registro, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.
  - (D) se o requerimento for formulado, em hipótese que o permita, pelo próprio registrando, o estabelecimento de sua filiação dependerá da anuência dos apontados pais.
- 08.** De acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, o assento de conversão da união estável em casamento é lavrado no
- (A) Livro "E".
  - (B) Livro "B" - Auxiliar – de registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.
  - (C) Livro "D" – de registro de proclama.
  - (D) Livro "B" – de registro de casamento.
- 09.** O registro de óbito é feito na circunscrição
- (A) do lugar do falecimento ou daquele do último domicílio do falecido.
  - (B) do último domicílio do falecido.
  - (C) do lugar do falecimento.
  - (D) do lugar do sepultamento.
- 10.** No que concerne ao expediente das serventias notariais e de registro, a jornada de trabalho para atendimento ao público obedecerá ao horário ininterrupto nas unidades que contarem, no mínimo, com
- (A) três escreventes.
  - (B) dois escreventes.
  - (C) três prepostos.
  - (D) dois prepostos.
- 11.** A sentença de interdição
- (A) não é passível de inscrição no registro civil.
  - (B) é registrada no Livro "E", salvo quando desdobrado, pela natureza dos atos, em livros especiais, do 1.º Subdistrito da sede da Comarca e anotada no assento de nascimento e de casamento do interdito.
  - (C) é averbada no registro de nascimento e de casamento do curador.
  - (D) é averbada no registro de nascimento e de casamento do interdito.
- 12.** Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o Oficial
- (A) fará constar do registro apenas o prenome do registrando.
  - (B) submeterá o caso por escrito à decisão do juízo competente.
  - (C) prorrogará o prazo da declaração por 45 (quarenta e cinco) dias.
  - (D) lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe.
- 13.** Assinale a alternativa **incorreta** sobre a adoção de criança e de adolescente.
- (A) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado.
  - (B) A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado perante o Oficial de Registro Civil do Município de sua residência.
  - (C) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, omitindo-se os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.
  - (D) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.
- 14.** O Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais pode, de ofício, após manifestação conclusiva do Ministério Público,
- (A) corrigir os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção.
  - (B) averbar a alteração do nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.
  - (C) averbar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que haja expressa concordância destes, no registro de nascimento do enteado ou da enteada.
  - (D) averbar o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.
- 15.** Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de suspensão por
- (A) 30 (trinta) dias.
  - (B) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
  - (C) 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
  - (D) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).



**16.** Para o protesto, conforme previsto nas Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, é obrigatória a comprovação do endereço do emitente, pelo apresentante, se apresentado o cheque mais de

- (A) 6 (seis) meses após a sua emissão.
- (B) 5 (cinco) anos após a sua emissão.
- (C) 2 (dois) anos após a sua emissão.
- (D) 1 (um) ano após a sua emissão.

**17.** A respeito da Declaração Sobre Operações Imobiliárias (DOI), pode-se afirmar que

(A) os Tabeliães de Notas e Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos estão obrigados a fazer comunicação à Receita Federal do Brasil dos documentos lavrados e registrados em suas serventias e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, exceto quando tiver origem em título por autoridade judicial (adjudicação, herança, legado ou meação).

(B) será considerado valor da operação imobiliária o que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ou do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.

(C) o preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos, quando promover registro de documentos que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular, fazendo constar do respectivo documento a expressão “EMITIDA A DOI”.

(D) os Oficiais de Registro de Imóveis ficam dispensados de preencher a DOI quando a transferência do imóvel se der por usucapião.

**18.** Assinale a alternativa correta sobre arrolamento fiscal no registro de imóveis.

(A) Destina-se a produzir efeito de publicidade registral, porém não impede eventual alienação ou oneração dos bens arrolados.

(B) Seu ingresso no Registro de Imóveis depende de mandado judicial contendo todos os elementos necessários.

(C) O arrolamento fiscal de bens será registrado no Livro de Registro das Indisponibilidades (LRI) e averbado nas matrículas onde o arrolado figure como titular de domínio.

(D) Poderá ser adotado sempre que houver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens e será requerido por quem tiver interesse na conservação deles.

**19.** Sobre locação de prédios urbanos, pode-se afirmar que

I. os contratos de locação são registrados no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, sem prejuízo de serem também levados ao registro imobiliário, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

II. os contratos de locação nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada serão registrados na matrícula do imóvel, mediante apresentação de qualquer das vias do contrato, assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas, bastando a coincidência entre o nome de um dos proprietários e o do locador;

III. a base de cálculo dos emolumentos do Registro de Imóveis em relação aos contratos de locação com prazo determinado será o valor da soma dos alugueres mensais. Se o prazo for indeterminado, tomar-se-á o valor de 12 alugueres mensais.

(A) Apenas a afirmativa III está incorreta.

(B) Apenas a afirmativa I está correta.

(C) Apenas a afirmativa II está correta.

(D) Todas as afirmativas estão corretas.

**20.** Sobre certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, em atendimento à solicitação feita na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), pode-se afirmar que

I. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e poderá ser remetida ao interessado por correio eletrônico (e-mail), desde que este esteja assinado com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil A-3, ou superior;

II. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias, vedada a remessa ao interessado por correio eletrônico (e-mail);

III. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias;

IV. a postagem, o download e a conferência das mencionadas certidões em documentos eletrônicos far-se-ão apenas no endereço da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados referida, vedadas as suas remessas, pelo Oficial do Registro de Imóveis, por correio eletrônico (e-mail).

(A) Todas as afirmativas estão incorretas.

(B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

(C) Apenas a afirmativa II está correta.

(D) Apenas a afirmativa I está correta.

**21.** Com relação à escrituração do livro Registro Diário da Receita e da Despesa, pode-se afirmar que

I. ao final do ano, será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o “déficit” de cada unidade do serviço notarial e de registro no exercício, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

II. o livro Registro Diário da Receita e da Despesa será escriturado pelo notário ou registrador ou por seu substituto legal, sendo pessoal a sua responsabilidade, ainda que a tarefa seja entregue a outro preposto;

III. a receita será lançada no livro Registro Diário da Receita e da Despesa no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço notarial e de registro não tenha ainda recebido os emolumentos;

IV. nos casos em que se admitir depósito prévio, este deverá ser provisoriamente escriturado no livro de Registro Diário da Receita e da Despesa, para o controle dessas importâncias recebidas a esse título, até que sejam os depósitos convertidos em pagamento dos emolumentos, ou devolvidos, conforme o caso.



- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente a afirmativa II está correta.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

**22. O Protocolo do Registro de Imóveis será encerrado**

- (A) quando esgotada a última folha do respectivo livro, admitindo-se a continuidade de folhas até o encerramento do expediente.
- (B) semanalmente.
- (C) no último dia útil de cada mês.
- (D) diariamente.

**23. Sobre o selo de autenticidade, pode-se afirmar o seguinte:**

I. É obrigatória a aplicação de um selo de autenticidade o qual integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, de reconhecimento de firmas e de certidões.

II. Os documentos eletrônicos receberão selo eletrônico, no modelo previamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

III. A contratação da distribuição e da fabricação de selos constitui encargo do Colégio Notarial do Brasil – Seção de São Paulo e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG-SP, que deverão escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos os requisitos de segurança e idoneidade. A escolha das empresas fabricantes será submetida à homologação da Corregedoria Geral da Justiça, apenas para a verificação dos requisitos acima assinalados.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**24. Extinguir-se-á a delegação a Notário ou a Oficial de Registro por**

I. morte, aposentadoria facultativa e aposentadoria compulsória por implemento de idade;

II. aposentadoria facultativa, invalidez e renúncia;

III. perda da delegação, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão final decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente;

IV. descumprimento, comprovado, dos benefícios da gratuidade decorrente de assistência judiciária gratuita decretada em autos judiciais.

- (A) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

**25. Para prestação dos serviços de pesquisa online para a localização de bens imóveis, bem como de visualização eletrônica de matrículas imobiliárias, as unidades de registro imobiliário do Estado de São Paulo**

I. integram a Base de Dados Light (BDL) da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Central ARISP), ou utilizam solução de comunicação via WebService com a Central ARISP, ou publicam sua página na Internet, oferecendo esses serviços;

II. diariamente, a base de dados deverá ser atualizada pelas Serventias que não optaram por solução de comunicação via WebService, que se obrigam a depositar os dados e imagens nos repositórios eletrônicos da Central ARISP até as vinte e quatro horas de cada dia útil;

III. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

IV. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas a partir do nome ou do número de contribuinte da pessoa física (CPF), ou da firma ou denominação social, ou do número de contribuinte da pessoa jurídica (CNPJ).

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.

**26. As Cédulas de Crédito Rural, Cédulas de Crédito Industrial, Cédulas de Crédito Comercial, Cédulas de Crédito à Exportação e Cédulas do Produto Rural deverão ser registradas, a contar da apresentação do título, no prazo máximo de**

- (A) 5 (cinco) dias úteis.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 3 (três) dias úteis.

**27. Sobre atos societários envolvendo imóveis, pode-se afirmar o seguinte:**

I. Os atos de transferência de imóveis para empresas comerciais, decorrentes de integralização de quota de capital social, serão objeto de registro.

II. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de fusão ou cisão de empresa, serão objeto de registro.

III. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de incorporação total de empresa, serão objeto de registro.

IV. A alteração do nome ou denominação social das pessoas jurídicas e a transformação do tipo societário serão objeto de averbação.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.



(D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**28.** Na celebração de casamento civil, o Oficial do Registro Civil deverá observar o seguinte:

I. Quando o casamento for celebrado na própria Unidade de Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, as portas devem estar abertas e presentes, pelo menos, 2 (duas) testemunhas, parentes ou não dos contraentes.

II. Quando o casamento for celebrado em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, caso algum dos contraentes não saiba escrever, serão 3 (três) as testemunhas.

III. Se algum dos nubentes não puder comparecer ao ato, poderá ser representado por pessoa devidamente autorizada, mediante declaração feita por instrumento público ou particular; neste caso, no original, com reconhecimento de firma por autenticidade.

- (A) Somente a afirmativa I está correta.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**29.** O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais deverá anotar o óbito

(A) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(B) nos assentos de casamento e nascimento e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(C) nos assentos de casamento e nascimento do falecido.

(D) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no Certificado de Alistamento Militar (CAM) do falecido; estes, facultativamente, quando forem apresentados pelo declarante.

**30.** A transcrição de penhor comum sobre coisas móveis e contrato de parceria agrícola ou pecuária será feita no

- (A) Registro de Títulos e Documentos ou Registro Imobiliário, a depender do objetivo do interessado.
- (B) Registro de Títulos e Documentos.
- (C) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (D) Registro Imobiliário.

**31.** Dúvida é

(A) pedido de natureza judicial, pelo qual o interessado em registro de título dirige-se ao Juiz competente para que este decida acerca de exigências feitas pelo Oficial, como condição de registro pretendido.

(B) pedido de natureza administrativa, formulado pelo interessado no registro do título, para que o Oficial esclareça as exigências por ele feitas.

(C) pedido de natureza judicial, formulado pelo Oficial, direta e unilateralmente, ao Juiz competente, para que este decida acerca da legitimidade das exigências que fez, como condição de registro pretendido.

(D) pedido de natureza administrativa, formulado pelo Oficial, a requerimento do apresentante de título imobiliário, para que o Juiz competente decida sobre a legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido.

**32.** No processo de dúvida,

(A) não se produzem provas, verificando-se apenas o aspecto regulamentar dos registros públicos.

(B) em entendendo necessário, poderá o Juiz Corregedor Permanente determinar a produção de provas, inclusive testemunhal e pericial.

(C) somente será julgada por sentença se o interessado apresentar impugnação no prazo legal.

(D) cabe ao Oficial a interposição de recurso de apelação, junto à Corregedoria Geral da Justiça, em sendo julgada improcedente a dúvida por ele suscitada.

**33.** Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:

(A) civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.

(B) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.

(C) civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.

(D) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**34.** “No Brasil tivemos, até hoje, 8 (oito) Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, muito embora alguns autores não considerem a emenda constitucional de 1969 como uma nova Constituição”. O texto

(A) está totalmente incorreto.

(B) está correto só quanto às datas, estando incorreto quanto à ressalva sobre a emenda constitucional de 1969.

(C) está totalmente correto.

(D) apresenta conteúdo que se baseia na doutrina do constitucionalista italiano Máximo Saleme, já superada. Só as datas estão corretas.

**35.** “O princípio da igualdade admite discriminações que podem ser, portanto, lícitas. Mas, para ser lícita, a discriminação deve ser genérica e fundamentada.” O raciocínio em foco está

(A) totalmente correto.

(B) parcialmente correto. Está incorreta a parte que afirma a necessidade de a discriminação ser genérica.

(C) totalmente equivocado.

(D) parcialmente correto. É algo que já existiu, mas não existe mais, eis que se trata de raciocínio tipicamente totalitário, já superado em nosso ordenamento jurídico e também em nossa doutrina.



36. Assinale a alternativa cujo conteúdo traz somente elementos integrantes do princípio do devido processo legal.
- (A) Exclusividade de julgamento por autoridade competente; direito plenipotenciário; vedação a tribunais de exceção.
  - (B) Inocência presumida; direito ao contraditório e direito de perícia.
  - (C) Direito de petição; argumentação imediata; decisões judiciais devem ser fundamentadas.
  - (D) Ampla defesa; vedação a tribunais de exceção e direito de petição.

37. Como se sabe, os direitos fundamentais experimentaram uma evolução ao longo do tempo, constituindo as chamadas gerações de direitos. Neste sentido, assinale a alternativa que **não exprime** a verdade.

- (A) Direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos negativos em relação ao poder estatal.
- (B) Direitos fundamentais de primeira e segunda geração foram contemplados, pela primeira vez, na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, na França.
- (C) Direitos fundamentais de terceira geração possuem um viés mais coletivo e subjetivo, como direito à paz, a um meio ambiente sadio ou à comunicação.
- (D) Direitos fundamentais de segunda geração são direitos sociais, econômicos e culturais.

38. "O Poder Legislativo Federal brasileiro é do tipo bicameral-federativo, sendo composto de duas casas legislativas, sendo uma delas composta por representantes do povo brasileiro, chamada Câmara, e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal, denominada Senado." Pode-se dizer que o conteúdo do texto está

- (A) totalmente incorreto.
- (B) parcialmente correto. Não é apenas o poder legislativo federal que se organiza dessa forma. Os estados-membros também estruturam seus poderes legislativos da mesma maneira.
- (C) totalmente correto.
- (D) parcialmente correto. O Senado também tem a função constitucional de representar o povo brasileiro, a partir do momento em que são escolhidos por voto popular, livre e secreto.

39. Cada um dos itens seguintes traz duas afirmações. Leia-as e depois indique qual alternativa oferece a resposta correta.

I. Os magistrados adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, seja em que instância for, e a inamovibilidade dos juízes pode ser excepcionada pelo interesse público, nos termos do artigo 93, VII, da Constituição Federal.

II. O ingresso na carreira de juiz será feito mediante concurso público, e um dos requisitos impostos aos candidatos, além da formação em direito, é o exercício prévio de atividade jurídica por, pelo menos, três anos, e a irredutibilidade de subsídios torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

III. O juiz titular deverá residir na respectiva comarca, mas tal disposição poderá ser alterada pelo tribunal competente e não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

- (A) O item I traz uma primeira afirmação correta e uma segunda afirmação incorreta.
- (B) O item III está completamente correto.
- (C) A primeira afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a segunda afirmação do item I, e ambas estão incorretas.
- (D) A segunda afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a primeira afirmação do item III, e ambas estão corretas.

40. Com relação aos limites para a auto-organização dos municípios, a Constituição Federal fixou a regra pela qual

- (A) é de 5% do eleitorado municipal o *quorum* para a proposição de lei que vise a atender interesse do próprio município, de bairro ou de distrito contíguo.
- (B) o prefeito é sempre julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual competente, mesmo quando se tratar de crime de competência da justiça federal.
- (C) o município pode gastar, no máximo, 5% (cinco por cento) de sua receita com a remuneração dos vereadores.
- (D) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do município.

41. Relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que

- (A) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, e outro pelo Senado Federal.
- (B) um juiz do trabalho será indicado por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT), havendo rotatividade entre os TRT's na indicação a cada novo mandato.
- (C) um desembargador de tribunal de justiça será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (D) dois advogados serão indicados por dois estados da federação, havendo rotatividade entre os estados na indicação a cada novo mandato.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

42. Quanto ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) A aplicação conjunta de punição disciplinar e criminal resulta em *bis in idem*.
- (B) O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva punição.
- (C) As penas decorrentes das punições disciplinar e criminal têm a mesma natureza jurídica.
- (D) Os atos administrativos disciplinares são praticados de acordo com a conveniência e oportunidade, sem motivação.

43. Analise as proposições a seguir.

I. Toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, contudo, se incompatível com a natureza do contrato, há a inexigibilidade dessas formalidades.

II. A formalização da Investidura de uma área pública se faz, obrigatoriamente, por escritura pública ou termo administrativo, sendo facultado o registro imobiliário.

III. Os bens imóveis de uso especial e os dominiais adquiridos de qualquer forma pelo Poder Público ficam sujeitos ao registro imobiliário.

IV. Os bens de uso comum do povo estão dispensados de registro enquanto mantiverem essa destinação.



São verdadeiras apenas as proposições

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) III e IV.

**44.** Sobre desapropriação, analise as assertivas a seguir.

I. A desapropriação por zona consiste na ampliação da expropriação às áreas que se valorizam extraordinariamente em consequência da realização da obra ou do serviço público.

II. A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

III. Nas desapropriações por utilidade pública, o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo Poder Público é de dois anos contados da data da expedição do respectivo direito.

IV. A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do Poder Público Municipal.

V. A desapropriação é um procedimento administrativo que se realiza em duas fases: declaratória e executória.

- (A) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- (D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

**45.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.

(A) A Administração Pública, condenada ao pagamento de indenização por determinado fato jurídico, não poderá ajuizar a correspondente ação regressiva contra o servidor público que causou o dano, porquanto a mencionada ação somente seria possível, segundo a doutrina administrativista, em face dos agentes políticos.

(B) Será objetiva, com a adoção da teoria do risco integral.

(C) Será sempre objetiva, mesmo que, posteriormente, se apure a culpa da vítima na ocorrência do evento danoso.

(D) Praticado ato comissivo por parte do agente estatal, a Administração Pública responderá objetivamente, de modo que, para ser ressarcida, a vítima deverá comprovar o nexo de causalidade entre o fato lesivo e o dano.

**46.** Assinale a assertiva **incorreta**.

(A) A análise do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário caracteriza ofensa ao princípio da independência e separação dos poderes.

(B) Quando o vício do ato administrativo se encontra dentro dos limites do mérito administrativo, a Administração Pública deve anulá-lo.

(C) O mérito administrativo recai sobre o motivo e o objeto/finalidade do ato administrativo discricionário.

(D) Dá-se o nome de autotutela ao poder-dever que tem a Administração Pública de anular ou revogar seus próprios atos, ilegais ou inconvenientes.

**47.** Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) O Poder Legislativo poderá exercer o controle do mérito dos atos administrativos nos casos de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição Federal.

(B) Apenas o ato administrativo vinculado pode ser anulado pelo Poder Judiciário; o discricionário deverá ser revogado.

(C) O Poder Judiciário pode analisar a legalidade dos atos administrativos puramente discricionários.

(D) Enquanto a oportunidade e a conveniência do ato administrativo somente podem ser controladas pela própria Administração Pública, a eficiência e o resultado do ato podem ser submetidos ao controle externo.

**48.** Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que

(A) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.

(B) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.

(C) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.

(D) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.

**49.** Sobre o ato administrativo, pode-se afirmar que

(A) a concessão de licença para construir pode ser condicionada à emissão de certidão negativa de débito relativa ao imóvel.

(B) a presunção de exigibilidade do ato administrativo autoriza fechar-se estabelecimento inadimplente com o fisco.

(C) ato de competência exclusiva, avocado e praticado por autoridade superior, caracteriza situação de excesso de poder.

(D) a revogação de ato administrativo complexo pode ser realizada, bastando que um dos órgãos envolvidos manifeste sua aquiescência.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**50.** Sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pode-se afirmar que

(A) não incide sobre a transmissão onerosa de contrato preliminar.

(B) lei municipal pode prever alíquotas progressivas com base no valor do imóvel.

(C) o seu lançamento é de ofício, com base no valor da operação.

(D) não incide sobre a constituição do direito do promissário comprador.

**51.** Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias – DOI, é lícito afirmar que

(A) não deve ser enviada em escritura de renúncia de usufruto.

(B) se trata de obrigação acessória, mas que pode se tornar tributo, pelo simples fato de sua inobservância.

(C) seu sujeito passivo é o adquirente do bem imóvel objeto da transação imobiliária.

(D) a multa por atraso no seu envio foi criada em instrução normativa da Receita Federal do Brasil.



- 61.** No sistema de defesa do consumidor, a aplicabilidade de suas normas
- (A) estará adstrita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.
  - (B) veda, expressamente, a inserção de todas as normas do Código Civil, porquanto estranhas ao sistema.
  - (C) permite a absorção de normas elencadas no ordenamento jurídico brasileiro, desde que mais favoráveis ao consumidor, em sede de relação de consumo.
  - (D) exclui a eficácia de todos os tratados internacionais, com fundamento na premissa de que a defesa do consumidor é considerada direito fundamental.
- 62.** Na teoria geral dos negócios jurídicos, no âmbito dos elementos gerais extrínsecos, emergem as figuras do agente, lugar e tempo. Tais elementos referem-se ao plano da
- (A) eficácia do negócio jurídico.
  - (B) existência do negócio jurídico.
  - (C) pós-eficácia do negócio jurídico.
  - (D) validade do negócio jurídico.
- 63.** Nas obrigações solidárias passivas, sob o aspecto interno, ou seja, na relação entre os co-devedores, a obrigação é
- (A) conjunta.
  - (B) alternativa.
  - (C) solidária.
  - (D) fracionária.
- 64.** Um usuário de transporte aéreo sofreu intoxicação alimentar derivada de refeição fornecida a bordo da aeronave, por empresa de *catering*, diversa da companhia aérea. Neste caso, é correto afirmar que houve
- (A) fortuito interno, inescusável, porquanto atrelado ao risco da atividade empreendida pelo transportador.
  - (B) fato exclusivo da vítima, que exclui o dever de indenizar.
  - (C) fato exclusivo de terceiro (empresa de *catering*), excludente válida da responsabilidade do transportador.
  - (D) fortuito externo, já que se tratou de fato estranho à atividade do transportador, bem como aos riscos do transporte aéreo.
- 65.** Na teoria do enriquecimento sem causa, como fonte da obrigação,
- (A) exige-se deslocamento patrimonial indevido e necessário empobrecimento da outra parte.
  - (B) o caráter desproporcional terá de evidenciar deslocamento excessivo.
  - (C) o deslocamento patrimonial indevido não implica necessariamente que deverá haver empobrecimento de outrem.
  - (D) se a lei conferir outros meios para o lesado ressarcir-se do prejuízo sofrido, estes serão sempre subsidiários em relação ao enriquecimento sem causa, que emergirá como fonte principal.
- 66.** Na teoria geral dos contratos, a denominada frustração do fim do contrato, que torna a prestação inútil, tem guarida no princípio da(o)
- (A) autonomia privada.
  - (B) função social do contrato.
  - (C) equilíbrio econômico.
  - (D) boa-fé objetiva.
- 67.** O denominado exercício inadmissível de posições jurídicas, abrangendo o *venire contra factum proprium, tu quoque, suppressio e surrectio*, coaduna-se com o princípio do(a)
- (A) equilíbrio econômico.
  - (B) autonomia privada.
  - (C) função social do contrato.
  - (D) boa-fé objetiva.
- 68.** No contrato de fiança, se o fiador exige do devedor outro fiador para o caso em que venha exercer seu direito regressivo, é correto afirmar que há
- (A) retrofiança.
  - (B) co-fiança.
  - (C) subfiança.
  - (D) ineficácia do ato, à luz de interpretação restritiva do instituto.
- 69.** O depósito necessário que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação ou o naufrágio ou o saque, corresponde ao
- (A) depósito legal.
  - (B) depósito do hospedeiro.
  - (C) depósito miserável.
  - (D) depósito irregular.
- 70.** O constituto possessório e a *traditio longa manu* referem-se à
- (A) tradição efetiva.
  - (B) tradição ficta.
  - (C) tradição simbólica.
  - (D) tradição consensual.



- 71.** No regime da descoberta, uma vez encontrado o bem, é correto afirmar que
- (A) cumpre ao descobridor devolvê-lo ao seu verdadeiro proprietário ou possuidor, por determinação legal. Se não o encontrar, deverá entregá-lo à autoridade competente, fazendo jus à recompensa no valor mínimo de cinco por cento do bem.
  - (B) se de pequeno valor, desconhecendo-se o dono, a lei legitima a posse e domínio do descobridor.
  - (C) qualquer que seja o valor, não há nenhuma obrigação de restituição, seguindo-se o brocardo popular de que “achado não é roubado”.
  - (D) localizado o proprietário, o descobridor fará jus, no mínimo, à metade do valor do bem, qualquer que seja a sua natureza.
- 72.** Os frutos civis vencidos quando do início do usufruto pertencem ao
- (A) Estado.
  - (B) usufrutuário.
  - (C) proprietário e usufrutuário, em igualdade.
  - (D) proprietário.
- 73.** As hipotecas de vias férreas serão registradas no(a)
- (A) Município da sede da empresa ferroviária.
  - (B) Município da estação inicial da respectiva linha.
  - (C) Município do destino final da respectiva linha.
  - (D) Capital do Estado em que estiver sediada a linha, por tratar-se de concessão de serviço público.
- 74.** Espécie de acessão em que sedimentos de rios lentamente se depositam à margem de um terreno, unindo-se à propriedade já existente, denomina-se
- (A) avulsão.
  - (B) formação de ilhas.
  - (C) abandono de álveo.
  - (D) aluvião.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 75.** É cabível a nomeação à autoria
- (A) por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.
  - (B) do devedor, na ação em que o fiador for réu.
  - (C) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
  - (D) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.
- 76.** Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe
- (A) à parte que contestou a assinatura.
  - (B) à parte que produziu o documento.
  - (C) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.
  - (D) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- 77.** João da Silva compra, por meio de escritura pública, imóvel de José dos Santos, situado na Comarca de Campinas, com pagamento à vista do preço. Após a lavratura da escritura de compra e venda e recebimento da posse pelo comprador, o imóvel é penhorado em execução de título executivo extrajudicial movida na Comarca de São Paulo contra o vendedor, o qual foi citado antes da venda e não tem outros bens suficientes para a satisfação do débito. O exequente não procedeu à averbação prevista no art. 615-A do CPC, nem o vendedor comunicou ao comprador a existência da execução. De acordo com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior ao ajuizamento da execução.
  - (B) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende da lavratura do auto ou termo de penhora do bem alienado, independente do respectivo registro, ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
  - (C) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
  - (D) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior à citação válida do executado.
- 78.** Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)
- (A) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
  - (B) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.
  - (C) o bem móvel que garante a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
  - (D) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.



**86.** O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a) (A) apelação.

- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) agravo.
- (D) correição parcial.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a autoridade judicial poderá determinar, liminarmente, medidas protetivas de urgência:

I. de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;

II. que obrigam o agressor à prestação de alimentos provisionais ou provisórios;

III. de suspensão das procurações conferidas pelo agressor à ofendida;

IV. de proibição temporária para celebração de contratos de locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.

**88.** Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- (A) a concessão de regalias.
- (B) a restrição de direitos.
- (C) o isolamento na própria cela.
- (D) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A sociedade simples

- (A) constitui-se independentemente de qualquer formalidade.
- (B) vincula-se, em regra, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (C) constitui-se por escritura pública ou testamento, mediante aprovação do Ministério Público.
- (D) vincula-se, em regra, ao Registro Público de Empresas Mercantis.

**90.** O cheque, em princípio, admite

- (A) aceite, aposição de visto pelo sacado e aval.
- (B) aceite, aval e endosso.
- (C) aceite, aposição de visto pelo sacado e endosso.
- (D) aposição de visto pelo sacado, aval e endosso.

**91.** A nota promissória em que se não indique a época do pagamento é considerada

- (A) pagável em 1 (um) mês.
- (B) à vista.
- (C) pagável em 1 (um) ano.
- (D) nula.

**92.** O protesto comum da duplicata é tirado

- (A) no domicílio do sacador.
- (B) no domicílio do sacado.
- (C) na praça de pagamento constante do título ou no domicílio do sacado.
- (D) na praça de pagamento constante do título.

**93.** Incumbe ao Registro Público de Empresas Mercantis a matrícula, dentre outros, dos

- (A) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (B) tradutores públicos, intérpretes comerciais, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (C) leiloeiros, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (D) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais e corretores de imóveis.

**94.** No silêncio do contrato da sociedade limitada, os administradores podem praticar os atos pertinentes à gestão da sociedade. Não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende

- (A) do consentimento de todos os sócios.
- (B) da prévia dissolução da sociedade.
- (C) da deliberação da maioria.
- (D) de autorização judicial.

**95.** A indicação alternativa de lugar de pagamento na nota promissória é

(A) considerada não escrita; o lugar designado ao lado do nome do subscritor considera-se como sendo o lugar do pagamento.

- (B) vedada, sendo o título considerado nulo.
- (C) considerada não escrita; o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento.
- (D) facultada, tendo o portador direito de opção.



## CONHECIMENTOS GERAIS

**96.** O Renascimento foi um período da história que se notabilizou

- (A) por fazer a transição da Baixa para a Alta Idade Média, com novas formas de organização e produção.
- (B) pelo aparecimento de grandes artistas, como Rembrandt, Van Gogh e Picasso.
- (C) pela declaração de independência dos Estados Unidos da América.
- (D) nenhuma das anteriores.

**97.** A crise econômica que atinge os Estados Unidos e a Europa tem origem na inadimplência do crédito imobiliário nos Estados Unidos e no uso de mecanismos financeiros heterodoxos pelo sistema bancário desses países. Como consequência, os países europeus com menor estabilidade fiscal tiveram um aumento no desemprego e no déficit público que ainda não foi resolvido. Observe que a questão tem duas partes e assinale a alternativa correta.

- (A) As duas proposições são erradas.
- (B) A primeira proposição é correta e a segunda errada.
- (C) As duas proposições são corretas.
- (D) A primeira proposição é errada e a segunda é correta.

**98.** Em 13.05.1888, a Princesa Isabel, exercendo a Regência do Império, subscrevia importante legislação que colocava fim à escravidão no Brasil, denominada Lei Áurea. Antes disso, contudo, houve a promulgação de outros diplomas legislativos relacionados com o movimento abolicionista. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, libertou os cativos acima de 55 anos; daí decorre ser um erro a designação de Lei dos Sexagenários, pela qual ficou conhecida.
- (B) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.
- (C) a Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou os cativos acima de 63 anos, desde que houvesse a concordância dos respectivos senhores.
- (D) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rui Barbosa ou do Ventre Livre.

**99.** Leia as afirmativas sobre microfilmagem e digitalização de documentos.

I. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade do serviço.

II. Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados.

III. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da ICP-Brasil e à arquitetura e-PING.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.

**100.** Sobre certificação digital, pode ser afirmado que:

I. o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

II. o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

III. a Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. É executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu;

IV. a assinatura digital com certificado no padrão ICP-Brasil está baseada em sistema de criptografia assimétrico, apoiado em tecnologia de chaves públicas, constituído de um par de chaves, uma privada e outra pública, que se atribuem de maneira biunívoca e que garantem a autoria e a integridade do conteúdo do arquivo eletrônico assinado digitalmente pela chave privada do autor da assinatura.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, III e IV.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) II, III e IV.

### VERSÃO 03 (GABARITO)

1 - B	2 - A	3 - B	4 - B	5 - D	6 - B	7 - C	8 - D	9 - C	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - B	16 - D	17 - C	18 - A	19 - D	20 - B
21 - C	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - D	27 - C	28 - A	29 - C	30 - B
31 - D	32 - A	33 - B	34 - C	35 - A	36 - D	37 - B	38 - C	39 - B	40 - D
41 - A	42 - B	43 - C	44 - A	45 - D	46 - B	47 - B	48 - A	49 - C	50 - D
51 - A	52 - B	53 - D	54 - C	55 - D	56 - A	57 - B	58 - C	59 - C	60 - A
61 - C	62 - B	63 - D	64 - A	65 - C	66 - B	67 - D	68 - A	69 - C	70 - B
71 - A	72 - D	73 - B	74 - D	75 - D	76 - B	77 - C	78 - D	79 - A	80 - C
81 - A	82 - A	83 - C	84 - B	85 - B	86 - A	87 - C	88 - D	89 - B	90 - D
91 - B	92 - D	93 - A	94 - C	95 - D	96 - D	97 - C	98 - B	99 - C	100 - A



## **VERSÃO 04**

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

#### **REGISTROS PÚBLICOS**

**01.** Sobre a escritura de inventário extrajudicial, pode-se afirmar que

- (A) qualquer herdeiro pode ser representado por procuração com poderes tácitos.
- (B) é inadmissível sua utilização para verba decorrente de PASEP do falecido.
- (C) é desnecessária autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para lavrar-se a escritura, no caso de herdeiro estrangeiro.
- (D) os documentos apresentados para o ato de lavratura da escritura devem ser em cópia autenticada.

**02.** Sobre a lavratura de escritura pública, é correto afirmar que

- (A) em ato de interesse de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da Lei n.º 6.435/77, deve obrigatoriamente comparecer a Curadoria das Fundações.
- (B) na instituição de direito de superfície em imóvel de valor menor que trinta salários mínimos, é obrigatório o instrumento público.
- (C) em escritura declarada incompleta, por falta de assinatura de uma das partes, por culpa dela, é devida a metade do valor previsto na tabela.
- (D) na escritura cujo objeto for bem imóvel urbano objeto de transcrição, ficam dispensadas sua descrição e caracterização.

**03.** Sobre a procuração, é correto afirmar que

- (A) excetuados os casos previstos em lei, o mandato de origem estrangeira utilizado em escritura deverá ser trasladado previamente no Registro de Títulos e Documentos.
- (B) procuração outorgada a sociedade de advogados deve conter, como mandatária, a própria pessoa jurídica, com seu registro na OAB.
- (C) mandato redigido por notário francês necessita consularização para ser utilizado em escritura pública.
- (D) a informação de ato revocatório de procuração deve ser obrigatoriamente comunicada à serventia que lavrou o ato original, vedada a cobrança do interessado da despesa postal decorrente.

**04.** Sobre autenticação de cópias, é lícito afirmar que

- (A) é excepcionalmente permitida cópia autenticada de conjunto de cópias, desde que estas constituam documento originário.
- (B) sempre que possível, o instrumento de autenticação deverá constar no verso da cópia, para não prejudicar a legibilidade do documento.
- (C) em cópias de diversas folhas, que constituam um único documento, o escrevente autorizado poderá apor seu carimbo individualizado apenas na primeira e na última cópias.
- (D) o Tabelião, ao autenticar cópias e para fornecer segurança jurídica ao ato praticado, deverá restringir-se à conferência do texto e do aspecto morfológico da escritura.

**05.** Sobre os livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial, pode-se concluir que

- (A) os livros terão no máximo trezentas folhas, devendo ter-se o cuidado para que o início de ato que ultrapasse esse limite fique para o livro posterior.
- (B) no livro de traslado integral de títulos e documentos, quando em folhas soltas, pode ser reservada uma folha para cada registro.
- (C) o livro de registro por extrato é dispensado para as serventias que utilizarem sistema de microfilmagem.
- (D) é facultado o desdobramento desses livros, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente, adotando-se numeração de protocolo própria para cada um deles.

**06.** O reconhecimento espontâneo de paternidade, no registro do nascimento, pelo genitor relativamente incapaz, com menos de 18 (dezoito) anos de idade,

- (A) depende de autorização judicial.
- (B) depende da assistência de seus pais ou tutor, mas dispensa autorização judicial.
- (C) pode ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.
- (D) só pode ocorrer depois de atingida a maioridade.

**07.** Sobre as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal, **não** é correto afirmar que

- (A) o registro é feito no lugar de residência do interessado.
- (B) se o requerimento for formulado, em hipótese que o permita, pelo próprio registrando, o estabelecimento de sua filiação dependerá da anuência dos apontados pais.
- (C) o Oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente; persistindo a suspeita, o Oficial encaminhará os autos ao Juiz Corregedor Permanente.
- (D) é dispensada a assinatura das 2 (duas) testemunhas no requerimento de registro, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

**08.** De acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, o assento de conversão da união estável em casamento é lavrado no

- (A) Livro “D” – de registro de proclama. (B) Livro “B” - Auxiliar – de registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.
- (C) Livro “B” – de registro de casamento.
- (D) Livro “E”.



09. O registro de óbito é feito na circunscrição

- (A) do lugar do sepultamento.
- (B) do último domicílio do falecido.
- (C) do lugar do falecimento ou daquele do último domicílio do falecido.
- (D) do lugar do falecimento.

10. No que concerne ao expediente das serventias notariais e de registro, a jornada de trabalho para atendimento ao público obedecerá ao horário ininterrupto nas unidades que contarem, no mínimo, com

- (A) dois prepostos.
- (B) três escreventes.
- (C) três prepostos.
- (D) dois escreventes.

11. A sentença de interdição

(A) é registrada no Livro “E”, salvo quando desdobrado, pela natureza dos atos, em livros especiais, do 1.º Subdistrito da sede da Comarca e anotada no assento de nascimento e de casamento do interdito.

- (B) é averbada no registro de nascimento e de casamento do curador.
- (C) não é passível de inscrição no registro civil.
- (D) é averbada no registro de nascimento e de casamento do interdito.

12. Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o Oficial

- (A) lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe.
- (B) fará constar do registro apenas o prenome do registrado.
- (C) prorrogará o prazo da declaração por 45 (quarenta e cinco) dias.
- (D) submeterá o caso por escrito à decisão do juízo competente.

13. Assinale a alternativa **incorreta** sobre a adoção de criança e de adolescente.

(A) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado.

(B) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

(C) A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado perante o Oficial de Registro Civil do Município de sua residência.

(D) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, omitindo-se os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.

14. O Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais pode, de ofício, após manifestação conclusiva do Ministério Público,

(A) averbar o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

(B) averbar a alteração do nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.

(C) corrigir os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção.

(D) averbar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que haja expressa concordância destes, no registro de nascimento do enteado ou da enteada.

15. Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de suspensão por

- (A) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
- (B) 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
- (C) 30 (trinta) dias.
- (D) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

16. Para o protesto, conforme previsto nas Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, é obrigatória a comprovação do endereço do emitente, pelo apresentante, se apresentado o cheque mais de

- (A) 1 (um) ano após a sua emissão.
- (B) 6 (seis) meses após a sua emissão.
- (C) 2 (dois) anos após a sua emissão.
- (D) 5 (cinco) anos após a sua emissão.

17. A respeito da Declaração Sobre Operações Imobiliárias (DOI), pode-se afirmar que

(A) os Tabeliães de Notas e Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos estão obrigados a fazer comunicação à Receita Federal do Brasil dos documentos lavrados e registrados em suas serventias e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, exceto quando tiver origem em título por autoridade judicial (adjudicação, herança, legado ou meação).

(B) o preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos, quando promover registro de documentos que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular, fazendo constar do respectivo documento a expressão “EMITIDA A DOI”.

(C) os Oficiais de Registro de Imóveis ficam dispensados de preencher a DOI quando a transferência do imóvel se der por usucapião.

(D) será considerado valor da operação imobiliária o que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ou do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.



**18.** Assinale a alternativa correta sobre arrolamento fiscal no registro de imóveis.

- (A) O arrolamento fiscal de bens será registrado no Livro de Registro das Indisponibilidades (LRI) e averbado nas matrículas onde o arrolado figure como titular de domínio.
- (B) Seu ingresso no Registro de Imóveis depende de mandado judicial contendo todos os elementos necessários.
- (C) Poderá ser adotado sempre que houver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens e será requerido por quem tiver interesse na conservação deles.
- (D) Destina-se a produzir efeito de publicidade registral, porém não impede eventual alienação ou oneração dos bens arrolados.

**19.** Sobre locação de prédios urbanos, pode-se afirmar que

I. os contratos de locação são registrados no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, sem prejuízo de serem também levados ao registro imobiliário, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

II. os contratos de locação nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada serão registrados na matrícula do imóvel, mediante apresentação de qualquer das vias do contrato, assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas, bastando a coincidência entre o nome de um dos proprietários e o do locador;

III. a base de cálculo dos emolumentos do Registro de Imóveis em relação aos contratos de locação com prazo determinado será o valor da soma dos alugueres mensais. Se o prazo for indeterminado, tomar-se-á o valor de 12 alugueres mensais.

- (A) Apenas a afirmativa II está correta.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa III está incorreta.

**20.** Sobre certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, em atendimento à solicitação feita na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), pode-se afirmar que

I. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e poderá ser remetida ao interessado por correio eletrônico (e-mail), desde que este esteja assinado com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil A-3, ou superior;

II. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias, vedada a remessa ao interessado por correio eletrônico (e-mail);

III. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias;

IV. a postagem, o download e a conferência das mencionadas certidões em documentos eletrônicos far-se-ão apenas no endereço da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados referida, vedadas as suas remessas, pelo Oficial do Registro de Imóveis, por correio eletrônico (e-mail).

- (A) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**21.** Com relação à escrituração do livro Registro Diário da Receita e da Despesa, pode-se afirmar que

I. ao final do ano, será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o "déficit" de cada unidade do serviço notarial e de registro no exercício, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

II. o livro Registro Diário da Receita e da Despesa será escriturado pelo notário ou registrador ou por seu substituto legal, sendo pessoal a sua responsabilidade, ainda que a tarefa seja entregue a outro preposto;

III. a receita será lançada no livro Registro Diário da Receita e da Despesa no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço notarial e de registro não tenha ainda recebido os emolumentos;

IV. nos casos em que se admitir depósito prévio, este deverá ser provisoriamente escriturado no livro de Registro Diário da Receita e da Despesa, para o controle dessas importâncias recebidas a esse título, até que sejam os depósitos convertidos em pagamento dos emolumentos, ou devolvidos, conforme o caso.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente a afirmativa II está correta.

**22.** O Protocolo do Registro de Imóveis será encerrado

- (A) no último dia útil de cada mês.
- (B) semanalmente.
- (C) diariamente.
- (D) quando esgotada a última folha do respectivo livro, admitindo-se a continuidade de folhas até o encerramento do expediente.



**23.** Sobre o selo de autenticidade, pode-se afirmar o seguinte:

I. É obrigatória a aplicação de um selo de autenticidade o qual integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, de reconhecimento de firmas e de certidões.

II. Os documentos eletrônicos receberão selo eletrônico, no modelo previamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

III. A contratação da distribuição e da fabricação de selos constitui encargo do Colégio Notarial do Brasil – Seção de São Paulo e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG-SP, que deverão escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos os requisitos de segurança e idoneidade. A escolha das empresas fabricantes será submetida à homologação da Corregedoria Geral da Justiça, apenas para a verificação dos requisitos acima assinalados.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa I está correta.
- (C) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

**24.** Extinguir-se-á a delegação a Notário ou a Oficial de Registro por

I. morte, aposentadoria facultativa e aposentadoria compulsória por implemento de idade;

II. aposentadoria facultativa, invalidez e renúncia;

III. perda da delegação, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão final decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente;

IV. descumprimento, comprovado, dos benefícios da gratuidade decorrente de assistência judiciária gratuita decretada em autos judiciais.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

**25.** Para prestação dos serviços de pesquisa online para a localização de bens imóveis, bem como de visualização eletrônica de matrículas imobiliárias, as unidades de registro imobiliário do Estado de São Paulo

I. integram a Base de Dados Light (BDL) da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Central ARISP), ou utilizam solução de comunicação via WebService com a Central ARISP, ou publicam sua página na Internet, oferecendo esses serviços;

II. diariamente, a base de dados deverá ser atualizada pelas Serventias que não optaram por solução de comunicação via WebService, que se obrigam a depositar os dados e imagens nos repositórios eletrônicos da Central ARISP até as vinte e quatro horas de cada dia útil;

III. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

IV. as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas a partir do nome ou do número de contribuinte da pessoa física (CPF), ou da firma ou denominação social, ou do número de contribuinte da pessoa jurídica (CNPJ).

São corretas apenas as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

**26.** As Cédulas de Crédito Rural, Cédulas de Crédito Industrial, Cédulas de Crédito Comercial, Cédulas de Crédito à Exportação e Cédulas do Produto Rural deverão ser registradas, a contar da apresentação do título, no prazo máximo de

- (A) 3 (três) dias úteis.
- (B) 5 (cinco) dias úteis.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 10 (dez) dias.

**27.** Sobre atos societários envolvendo imóveis, pode-se afirmar o seguinte:

I. Os atos de transferência de imóveis para empresas comerciais, decorrentes de integralização de quota de capital social, serão objeto de registro.

II. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de fusão ou cisão de empresa, serão objeto de registro.

III. Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de incorporação total de empresa, serão objeto de registro.

IV. A alteração do nome ou denominação social das pessoas jurídicas e a transformação do tipo societário serão objeto de averbação.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

**28.** Na celebração de casamento civil, o Oficial do Registro Civil deverá observar o seguinte:

I. Quando o casamento for celebrado na própria Unidade de Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, as portas devem estar abertas e presentes, pelo menos, 2 (duas) testemunhas, parentes ou não dos contraentes.

II. Quando o casamento for celebrado em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, caso algum dos contraentes não saiba escrever, serão 3 (três) as testemunhas.

III. Se algum dos nubentes não puder comparecer ao ato, poderá ser representado por pessoa devidamente autorizada, mediante declaração feita por instrumento público ou particular; neste caso, no original, com reconhecimento de firma por autenticidade.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente a afirmativa I está correta.



- (C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**29.** O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais deverá anotar o óbito

(A) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no Certificado de Alistamento Militar (CAM) do falecido; estes, facultativamente, quando forem apresentados pelo declarante.

(B) nos assentos de casamento e nascimento e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(C) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.

(D) nos assentos de casamento e nascimento do falecido.

**30.** A transcrição de penhor comum sobre coisas móveis e contrato de parceria agrícola ou pecuária será feita no

(A) Registro de Títulos e Documentos.

(B) Registro Imobiliário.

(C) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

(D) Registro de Títulos e Documentos ou Registro Imobiliário, a depender do objetivo do interessado.

**31.** Dúvida é

(A) pedido de natureza judicial, formulado pelo Oficial, direta e unilateralmente, ao Juiz competente, para que este decida acerca da legitimidade das exigências que fez, como condição de registro pretendido.

(B) pedido de natureza administrativa, formulado pelo interessado no registro do título, para que o Oficial esclareça as exigências por ele feitas.

(C) pedido de natureza administrativa, formulado pelo Oficial, a requerimento do apresentante de título imobiliário, para que o Juiz competente decida sobre a legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido.

(D) pedido de natureza judicial, pelo qual o interessado em registro de título dirige-se ao Juiz competente para que este decida acerca de exigências feitas pelo Oficial, como condição de registro pretendido.

**32.** No processo de dúvida,

(A) em entendendo necessário, poderá o Juiz Corregedor Permanente determinar a produção de provas, inclusive testemunhal e pericial.

(B) cabe ao Oficial a interposição de recurso de apelação, junto à Corregedoria Geral da Justiça, em sendo julgada improcedente a dúvida por ele suscitada.

(C) somente será julgada por sentença se o interessado apresentar impugnação no prazo legal.

(D) não se produzem provas, verificando-se apenas o aspecto regulamentar dos registros públicos.

**33.** Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:

(A) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.

(B) civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.

(C) civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.

(D) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**34.** “No Brasil tivemos, até hoje, 8 (oito) Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, muito embora alguns autores não considerem a emenda constitucional de 1969 como uma nova Constituição”. O texto

(A) está totalmente incorreto.

(B) apresenta conteúdo que se baseia na doutrina do constitucionalista italiano Máximo Saleme, já superada. Só as datas estão corretas.

(C) está correto só quanto às datas, estando incorreto quanto à ressalva sobre a emenda constitucional de 1969.

(D) está totalmente correto.

**35.** “O princípio da igualdade admite discriminações que podem ser, portanto, lícitas. Mas, para ser lícita, a discriminação deve ser genérica e fundamentada.” O raciocínio em foco está

(A) totalmente equivocado.

(B) totalmente correto.

(C) parcialmente correto. Está incorreta a parte que afirma a necessidade de a discriminação ser genérica.

(D) parcialmente correto. É algo que já existiu, mas não existe mais, eis que se trata de raciocínio tipicamente totalitário, já superado em nosso ordenamento jurídico e também em nossa doutrina.

**36.** Assinale a alternativa cujo conteúdo traz somente elementos integrantes do princípio do devido processo legal.

(A) Direito de petição; argumentação imediata; decisões judiciais devem ser fundamentadas.

(B) Inocência presumida; direito ao contraditório e direito de perícia.

(C) Ampla defesa; vedação a tribunais de exceção e direito de petição.

(D) Exclusividade de julgamento por autoridade competente; direito plenipotenciário; vedação a tribunais de exceção.



37. Como se sabe, os direitos fundamentais experimentaram uma evolução ao longo do tempo, constituindo as chamadas gerações de direitos. Neste sentido, assinale a alternativa que **não exprime** a verdade.

(A) Direitos fundamentais de primeira e segunda geração foram contemplados, pela primeira vez, na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, na França.

(B) Direitos fundamentais de segunda geração são direitos sociais, econômicos e culturais.

(C) Direitos fundamentais de terceira geração possuem um viés mais coletivo e subjetivo, como direito à paz, a um meio ambiente sadio ou à comunicação.

(D) Direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos negativos em relação ao poder estatal.

38. "O Poder Legislativo Federal brasileiro é do tipo bicameral-federativo, sendo composto de duas casas legislativas, sendo uma delas composta por representantes do povo brasileiro, chamada Câmara, e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal, denominada Senado." Pode-se dizer que o conteúdo do texto está

(A) totalmente incorreto.

(B) totalmente correto.

(C) parcialmente correto. O Senado também tem a função constitucional de representar o povo brasileiro, a partir do momento em que são escolhidos por voto popular, livre e secreto.

(D) parcialmente correto. Não é apenas o poder legislativo federal que se organiza dessa forma. Os estados-membros também estruturam seus poderes legislativos da mesma maneira.

39. Cada um dos itens seguintes traz duas afirmações. Leia-as e depois indique qual alternativa oferece a resposta correta.

I. Os magistrados adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, seja em que instância for, e a inamovibilidade dos juízes pode ser excepcionada pelo interesse público, nos termos do artigo 93, VII, da Constituição Federal.

II. O ingresso na carreira de juiz será feito mediante concurso público, e um dos requisitos impostos aos candidatos, além da formação em direito, é o exercício prévio de atividade jurídica por, pelo menos, três anos, e a irredutibilidade de subsídios torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

III. O juiz titular deverá residir na respectiva comarca, mas tal disposição poderá ser alterada pelo tribunal competente e não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

(A) O item III está completamente correto.

(B) A primeira afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a segunda afirmação do item I, e ambas estão incorretas.

(C) O item I traz uma primeira afirmação correta e uma segunda afirmação incorreta.

(D) A segunda afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a primeira afirmação do item III, e ambas estão corretas.

40. Com relação aos limites para a auto-organização dos municípios, a Constituição Federal fixou a regra pela qual

(A) o município pode gastar, no máximo, 5% (cinco por cento) de sua receita com a remuneração dos vereadores.

(B) o prefeito é sempre julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual competente, mesmo quando se tratar de crime de competência da justiça federal.

(C) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do município.

(D) é de 5% do eleitorado municipal o *quorum* para a propositura de lei que vise a atender interesse do próprio município, de bairro ou de distrito contíguo.

41. Relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que

(A) dois advogados serão indicados por dois estados da federação, havendo rotatividade entre os estados na indicação a cada novo mandato.

(B) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, e outro pelo Senado Federal.

(C) um desembargador de tribunal de justiça será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(D) um juiz do trabalho será indicado por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT), havendo rotatividade entre os TRT's na indicação a cada novo mandato.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

42. Quanto ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:

(A) O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva punição.

(B) As penas decorrentes das punições disciplinar e criminal têm a mesma natureza jurídica.

(C) A aplicação conjunta de punição disciplinar e criminal resulta em *bis in idem*.

(D) Os atos administrativos disciplinares são praticados de acordo com a conveniência e oportunidade, sem motivação.

43. Analise as proposições a seguir.

I. Toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, contudo, se incompatível com a natureza do contrato, há a inexigibilidade dessas formalidades.

II. A formalização da Investidura de uma área pública se faz, obrigatoriamente, por escritura pública ou termo administrativo, sendo facultado o registro imobiliário.

III. Os bens imóveis de uso especial e os dominiais adquiridos de qualquer forma pelo Poder Público ficam sujeitos ao registro imobiliário.

IV. Os bens de uso comum do povo estão dispensados de registro enquanto mantiverem essa destinação.

São verdadeiras apenas as proposições

(A) I e II.

(B) I, III e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.



**44.** Sobre desapropriação, analise as assertivas a seguir.

I. A desapropriação por zona consiste na ampliação da expropriação às áreas que se valorizam extraordinariamente em consequência da realização da obra ou do serviço público.

II. A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

III. Nas desapropriações por utilidade pública, o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo Poder Público é de dois anos contados da data da expedição do respectivo direito.

IV. A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do Poder Público Municipal.

V. A desapropriação é um procedimento administrativo que se realiza em duas fases: declaratória e executória.

(A) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.

(D) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

**45.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.

(A) Será sempre objetiva, mesmo que, posteriormente, se apure a culpa da vítima na ocorrência do evento danoso.

(B) Será objetiva, com a adoção da teoria do risco integral.

(C) Praticado ato comissivo por parte do agente estatal, a Administração Pública responderá objetivamente, de modo que, para ser ressarcida, a vítima deverá comprovar o nexo de causalidade entre o fato lesivo e o dano.

(D) A Administração Pública, condenada ao pagamento de indenização por determinado fato jurídico, não poderá ajuizar a correspondente ação regressiva contra o servidor público que causou o dano, porquanto a mencionada ação somente seria possível, segundo a doutrina administrativista, em face dos agentes políticos.

**46.** Assinale a assertiva **incorreta**.

(A) Quando o vício do ato administrativo se encontra dentro dos limites do mérito administrativo, a Administração Pública deve anulá-lo.

(B) O mérito administrativo recai sobre o motivo e o objeto/finalidade do ato administrativo discricionário.

(C) A análise do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário caracteriza ofensa ao princípio da independência e separação dos poderes.

(D) Dá-se o nome de autotutela ao poder-dever que tem a Administração Pública de anular ou revogar seus próprios atos, ilegais ou inconvenientes.

**47.** Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Apenas o ato administrativo vinculado pode ser anulado pelo Poder Judiciário; o discricionário deverá ser revogado.

(B) Enquanto a oportunidade e a conveniência do ato administrativo somente podem ser controladas pela própria Administração Pública, a eficiência e o resultado do ato podem ser submetidos ao controle externo.

(C) O Poder Judiciário pode analisar a legalidade dos atos administrativos puramente discricionários.

(D) O Poder Legislativo poderá exercer o controle do mérito dos atos administrativos nos casos de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição Federal.

**48.** Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que

(A) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.

(B) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.

(C) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.

(D) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.

**49.** Sobre o ato administrativo, pode-se afirmar que

(A) a revogação de ato administrativo complexo pode ser realizada, bastando que um dos órgãos envolvidos manifeste sua aquiescência.

(B) a presunção de exigibilidade do ato administrativo autoriza fechar-se estabelecimento inadimplente com o fisco.

(C) a concessão de licença para construir pode ser condicionada à emissão de certidão negativa de débito relativa ao imóvel.

(D) ato de competência exclusiva, avocado e praticado por autoridade superior, caracteriza situação de excesso de poder.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**50.** Sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pode-se afirmar que

(A) não incide sobre a constituição do direito do promissário comprador.

(B) não incide sobre a transmissão onerosa de contrato preliminar.

(C) o seu lançamento é de ofício, com base no valor da operação.

(D) lei municipal pode prever alíquotas progressivas com base no valor do imóvel.

**51.** Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias – DOI, é lícito afirmar que

(A) a multa por atraso no seu envio foi criada em instrução normativa da Receita Federal do Brasil.

(B) se trata de obrigação acessória, mas que pode se tornar tributo, pelo simples fato de sua inobservância.

(C) não deve ser enviada em escritura de renúncia de usufruto.

(D) seu sujeito passivo é o adquirente do bem imóvel objeto da transação imobiliária.



**52.** Sobre o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, é possível concluir que

- (A) segundo a lei paulista, não incide sobre a vintena do testamentário, desde que estipulada até o limite legal.
- (B) não incide em inventário por morte presumida devido à possibilidade de o ausente reaparecer.
- (C) sua alíquota máxima é fixada em decreto legislativo.
- (D) é devido ao Estado da sede da companhia, no caso de transferência de ações.

**53.** Sobre emolumentos cobrados pelos oficiais e notários pelos atos praticados, de acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2001, é correto afirmar que

- (A) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP é isenta do pagamento da parcela de emolumentos devida ao Estado.
- (B) o Banco Central do Brasil não paga a parcela de emolumentos devida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- (C) a Universidade de São Paulo – USP apenas paga a parcela dos emolumentos devida ao notário/tabelião.
- (D) a Prefeitura Municipal de Campinas não paga qualquer quantia a título de emolumentos nos atos notariais.

**54.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- (A) cobrar tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (B) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, no exercício financeiro subsequente àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou ou após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) exigir ou aumentar tributo desde que haja previsão em lei que o estabeleça.

#### DIREITO CIVIL

**55.** No que tange ao casamento nupcial, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato nupcial é celebrado na presença de seis testemunhas, parentes ou não dos contraentes.
- (B) Nele, um dos nubentes está acometido de moléstia grave que o impede de locomover-se ou aguardar a data da celebração futura.
- (C) O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar.
- (D) É exigida a presença do Oficial do Registro Civil.

**56.** A adoção póstuma

- (A) assegura todos os vínculos originados da adoção, salvo os referentes ao direito sucessório, pois os efeitos da adoção póstuma só se operam após o trânsito em julgado da sentença constitutiva da adoção.
- (B) não é permitida no ordenamento jurídico pátrio.
- (C) é concedida após a morte do adotando, ocorrida no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.
- (D) poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do processo de adoção, antes de prolatada a sentença.

**57.** No regime da participação final nos aquestos,

- (A) integram o patrimônio próprio os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento.
- (B) a administração dos bens móveis e imóveis que integram o patrimônio próprio é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar.
- (C) à época da dissolução do vínculo conjugal, cada cônjuge tem direito à metade dos bens adquiridos pelo casal a título oneroso ou gratuito, na constância do casamento.
- (D) o direito à meação é penhorável na vigência do regime matrimonial.

**58.** Na hipótese de renúncia à herança,

- (A) os credores do herdeiro renunciante não poderão aceitá-la em nome do renunciante.
- (B) os descendentes do herdeiro renunciante poderão vir a herdar por direito próprio e por cabeça, se o renunciante era o único de sua classe.
- (C) o renunciante será privado da administração e usufruto dos bens que em razão da renúncia venham eventualmente a tocar a seus filhos menores.
- (D) os descendentes do herdeiro renunciante poderão participar da sucessão por direito de representação.

**59.** O prelegatário ou legatário precípua é

- (A) a pessoa que reúne a condição de herdeiro legítimo e legatário.
- (B) o legatário que foi aquinhoadado com o legado de maior valor.
- (C) aquele que recebe legado de usufruto.
- (D) o indivíduo que figura no testamento como único legatário.

**60.** Quando o intérprete se defrontar com a necessidade de preencher lacuna da lei, de modo a proceder à aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante, é correto afirmar que há

- (A) interpretação extensiva.
- (B) aplicação do direito alternativo.
- (C) analogia *legis*.
- (D) analogia *juris*.



- 61.** No sistema de defesa do consumidor, a aplicabilidade de suas normas  
(A) permite a absorção de normas elencadas no ordenamento jurídico brasileiro, desde que mais favoráveis ao consumidor, em sede de relação de consumo.  
(B) veda, expressamente, a inserção de todas as normas do Código Civil, porquanto estranhas ao sistema.  
(C) exclui a eficácia de todos os tratados internacionais, com fundamento na premissa de que a defesa do consumidor é considerada direito fundamental.  
(D) estará adstrita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.
- 62.** Na teoria geral dos negócios jurídicos, no âmbito dos elementos gerais extrínsecos, emergem as figuras do agente, lugar e tempo. Tais elementos referem-se ao plano da  
(A) existência do negócio jurídico.  
(B) pós-eficácia do negócio jurídico.  
(C) eficácia do negócio jurídico.  
(D) validade do negócio jurídico.
- 63.** Nas obrigações solidárias passivas, sob o aspecto interno, ou seja, na relação entre os co-devedores, a obrigação é  
(A) solidária.  
(B) alternativa.  
(C) fracionária.  
(D) conjunta.
- 64.** Um usuário de transporte aéreo sofreu intoxicação alimentar derivada de refeição fornecida a bordo da aeronave, por empresa de *catering*, diversa da companhia aérea. Neste caso, é correto afirmar que houve  
(A) fato exclusivo da vítima, que exclui o dever de indenizar.  
(B) fortuito externo, já que se tratou de fato estranho à atividade do transportador, bem como aos riscos do transporte aéreo.  
(C) fato exclusivo de terceiro (empresa de *catering*), excludente válida da responsabilidade do transportador.  
(D) fortuito interno, inescusável, porquanto atrelado ao risco da atividade empreendida pelo transportador.
- 65.** Na teoria do enriquecimento sem causa, como fonte da obrigação,  
(A) o caráter desproporcional terá de evidenciar deslocamento excessivo.  
(B) o deslocamento patrimonial indevido não implica necessariamente que deverá haver empobrecimento de outrem.  
(C) exige-se deslocamento patrimonial indevido e necessário empobrecimento da outra parte.  
(D) se a lei conferir outros meios para o lesado ressarcir-se do prejuízo sofrido, estes serão sempre subsidiários em relação ao enriquecimento sem causa, que emergirá como fonte principal.
- 66.** Na teoria geral dos contratos, a denominada frustração do fim do contrato, que torna a prestação inútil, tem guarida no princípio da(o)  
(A) função social do contrato.  
(B) boa-fé objetiva.  
(C) equilíbrio econômico.  
(D) autonomia privada.
- 67.** O denominado exercício inadmissível de posições jurídicas, abrangendo o *venire contra factum proprium, tu quoque, suppressio e surrectio*, coaduna-se com o princípio do(a)  
(A) equilíbrio econômico.  
(B) função social do contrato.  
(C) boa-fé objetiva.  
(D) autonomia privada.
- 68.** No contrato de fiança, se o fiador exige do devedor outro fiador para o caso em que venha exercer seu direito regressivo,  
é correto afirmar que há  
(A) subfiança.  
(B) retrofiança.  
(C) co-fiança.  
(D) ineficácia do ato, à luz de interpretação restritiva do instituto.
- 69.** O depósito necessário que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação ou o naufrágio ou o saque, corresponde ao  
(A) depósito irregular.  
(B) depósito do hospedeiro.  
(C) depósito legal.  
(D) depósito miserável.
- 70.** O constituto possessório e a *traditio longa manu* referem-se à  
(A) tradição ficta.  
(B) tradição consensual.  
(C) tradição simbólica.  
(D) tradição efetiva.



- 71.** No regime da descoberta, uma vez encontrado o bem, é correto afirmar que
- (A) qualquer que seja o valor, não há nenhuma obrigação de restituição, seguindo-se o brocardo popular de que “achado não é roubado”.
- (B) cumpre ao descobridor devolvê-lo ao seu verdadeiro proprietário ou possuidor, por determinação legal. Se não o encontrar, deverá entregá-lo à autoridade competente, fazendo jus à recompensa no valor mínimo de cinco por cento do bem.
- (C) se de pequeno valor, desconhecendo-se o dono, a lei legitima a posse e domínio do descobridor.
- (D) localizado o proprietário, o descobridor fará jus, no mínimo, à metade do valor do bem, qualquer que seja a sua natureza.
- 72.** Os frutos civis vencidos quando do início do usufruto pertencem ao
- (A) proprietário e usufrutuário, em igualdade.
- (B) usufrutuário.
- (C) proprietário.
- (D) Estado.
- 73.** As hipotecas de vias férreas serão registradas no(a)
- (A) Município da sede da empresa ferroviária.
- (B) Município do destino final da respectiva linha.
- (C) Capital do Estado em que estiver sediada a linha, por tratar-se de concessão de serviço público.
- (D) Município da estação inicial da respectiva linha.
- 74.** Espécie de acessão em que sedimentos de rios lentamente se depositam à margem de um terreno, unindo-se à propriedade já existente, denomina-se
- (A) aluvião.
- (B) avulsão.
- (C) abandono de álveo.
- (D) formação de ilhas.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 75.** É cabível a nomeação à autoria
- (A) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.
- (B) por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.
- (C) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- (D) do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- 76.** Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe
- (A) à parte que produziu o documento.
- (B) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.
- (C) à parte que contestou a assinatura.
- (D) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- 77.** João da Silva compra, por meio de escritura pública, imóvel de José dos Santos, situado na Comarca de Campinas, com pagamento à vista do preço. Após a lavratura da escritura de compra e venda e recebimento da posse pelo comprador, o imóvel é penhorado em execução de título executivo extrajudicial movida na Comarca de São Paulo contra o vendedor, o qual foi citado antes da venda e não tem outros bens suficientes para a satisfação do débito. O exequente não procedeu à averbação prevista no art. 615-A do CPC, nem o vendedor comunicou ao comprador a existência da execução. De acordo com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior à citação válida do executado.
- (B) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende da lavratura do auto ou termo de penhora do bem alienado, independente do respectivo registro, ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- (C) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior ao ajuizamento da execução.
- (D) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- 78.** Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)
- (A) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
- (B) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.
- (C) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.
- (D) o bem móvel que guarnece a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.



**79.** É possível a concessão de liminar para desocupação do imóvel locado em ação de despejo que tiver por fundamento o término do prazo de locação

(A) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(B) residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(C) residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

(D) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

**80.** Nas ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, de acordo com o art. 103 do mencionado estatuto, a sentença faz coisa julgada

(A) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação, para beneficiar as vítimas e seus sucessores.

(B) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação.

(C) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos difusos, salvo improcedência por insuficiência de provas.

(D) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos coletivos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

## DIREITO PENAL

**81.** No tocante aos crimes quanto ao estado de filiação:

I. são considerados atos criminosos a promoção no registro civil da inscrição de nascimento inexistente, o fato de dar parto alheio como próprio e, ainda, registrar como seu filho de outrem;

II. o ato de dar parto alheio como próprio pode ser considerado apenas infração administrativa, se reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza;

III. o ato de promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente pode deixar de ser apenado, desde que reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza.

É correto o que se afirma apenas em

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) I.

(D) II e III.

**82.** O ato de atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem,

(A) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial e de registro.

(B) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial de registro e seus subordinados.

(C) só pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública.

(D) somente pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública e se provada a ocorrência de prejuízo.

**83.** Funcionário público que tem crédito a ser exigido da Administração Pública e resolve apropriar-se do dinheiro público com o fim de compensação extrajudicial:

(A) comete crime de apropriação indébita.

(B) não comete crime algum, em face da possibilidade de compensação administrativa de créditos e débitos, devendo, porém, prestar contas ao órgão devedor, obtendo autorização para a transação.

(C) comete crime de exercício arbitrário das próprias razões.

(D) comete crime de peculato.

**84.** É correto afirmar que

(A) por ser efeito extrapenal genérico, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo decorre de qualquer condenação criminal e não precisa ser expressamente declarada na sentença, desde que praticado o crime por funcionário público.

(B) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a quatro anos, automaticamente, tem aplicado o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, desde que haja sentença condenatória transitada em julgado.

(C) é sempre aplicado, automaticamente, o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, ao agente de crime praticado no exercício da função pública, além de tornar certa a obrigação de reparação do dano.

(D) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a um ano e declaração expressa e motivada na sentença, está sujeito ao efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.

**85.** Ocorre o "flagrante presumido" quando o agente

(A) é perseguido, logo após a infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

(B) acaba de cometer a infração penal.

(C) é encontrado, logo depois da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(D) está cometendo a infração penal.



- 86.** O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a)
- (A) agravo.
  - (B) apelação.
  - (C) recurso em sentido estrito.
  - (D) correição parcial.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a autoridade judicial poderá determinar, liminarmente, medidas protetivas de urgência:

- I. de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;
- II. que obriguem o agressor à prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- III. de suspensão das procurações conferidas pelo agressor à ofendida;
- IV. de proibição temporária para celebração de contratos de locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.

**88.** Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- (A) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- (B) a concessão de regalias.
- (C) o isolamento na própria cela.
- (D) a restrição de direitos.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A sociedade simples

- (A) vincula-se, em regra, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (B) constitui-se por escritura pública ou testamento, mediante aprovação do Ministério Público.
- (C) constitui-se independentemente de qualquer formalidade.
- (D) vincula-se, em regra, ao Registro Público de Empresas Mercantis.

**90.** O cheque, em princípio, admite

- (A) aceite, aval e endosso.
- (B) aposição de visto pelo sacado, aval e endosso.
- (C) aceite, aposição de visto pelo sacado e endosso.
- (D) aceite, aposição de visto pelo sacado e aval.

**91.** A nota promissória em que se não indique a época do pagamento é considerada

- (A) pagável em 1 (um) ano.
- (B) pagável em 1 (um) mês.
- (C) à vista.
- (D) nula.

**92.** O protesto comum da duplicata é tirado

- (A) na praça de pagamento constante do título.
- (B) no domicílio do sacado.
- (C) no domicílio do sacador.
- (D) na praça de pagamento constante do título ou no domicílio do sacado.

**93.** Incumbe ao Registro Público de Empresas Mercantis a matrícula, dentre outros, dos

- (A) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais e corretores de imóveis.
- (B) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (C) leiloeiros, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
- (D) tradutores públicos, intérpretes comerciais, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.

**94.** No silêncio do contrato da sociedade limitada, os administradores podem praticar os atos pertinentes à gestão da sociedade. Não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende

- (A) do consentimento de todos os sócios.
- (B) de autorização judicial.
- (C) da prévia dissolução da sociedade.
- (D) da deliberação da maioria.



**95.** A indicação alternativa de lugar de pagamento na nota promissória é

- (A) considerada não escrita; o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento.
- (B) vedada, sendo o título considerado nulo.
- (C) facultada, tendo o portador direito de opção.
- (D) considerada não escrita; o lugar designado ao lado do nome do subscritor considera-se como sendo o lugar do pagamento.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

**96.** O Renascimento foi um período da história que se notabilizou

- (A) por fazer a transição da Baixa para a Alta Idade Média, com novas formas de organização e produção.
- (B) pelo aparecimento de grandes artistas, como Rembrandt, Van Gogh e Picasso.
- (C) pela declaração de independência dos Estados Unidos da América.
- (D) nenhuma das anteriores.

**97.** A crise econômica que atinge os Estados Unidos e a Europa tem origem na inadimplência do crédito imobiliário nos Estados Unidos e no uso de mecanismos financeiros heterodoxos pelo sistema bancário desses países. Como consequência, os países europeus com menor estabilidade fiscal tiveram um aumento no desemprego e no déficit público que ainda não foi resolvido.

Observe que a questão tem duas partes e assinale a alternativa correta.

- (A) As duas proposições são erradas.
- (B) A primeira proposição é correta e a segunda errada.
- (C) As duas proposições são corretas.
- (D) A primeira proposição é errada e a segunda é correta.

**98.** Em 13.05.1888, a Princesa Isabel, exercendo a Regência do Império, subscrevia importante legislação que colocava fim à escravidão no Brasil, denominada Lei Áurea. Antes disso, contudo, houve a promulgação de outros diplomas legislativos relacionados com o movimento abolicionista.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.
- (B) a Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou os cativos acima de 63 anos, desde que houvesse a concordância dos respectivos senhores.
- (C) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, libertou os cativos acima de 55 anos; daí decorre ser um erro a designação de Lei dos Sexagenários, pela qual ficou conhecida.
- (D) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rui Barbosa ou do Ventre Livre.

**99.** Leia as afirmativas sobre microfilmagem e digitalização de documentos.

I. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade do serviço.

II. Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados.

III. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da ICP-Brasil e à arquitetura e-PING.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

**100.** Sobre certificação digital, pode ser afirmado que:

I. o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

II. o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- -Brasil;

III. a Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. É executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu;

IV. a assinatura digital com certificado no padrão ICP-Brasil está baseada em sistema de criptografia assimétrico, apoiado em tecnologia de chaves públicas, constituído de um par de chaves, uma privada e outra pública, que se atribuem de maneira biunívoca e que garantem a autoria e a integridade do conteúdo do arquivo eletrônico assinado digitalmente pela chave privada do autor da assinatura.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I, III e IV.
- (C) II.
- (D) II, III e IV.

**VERSÃO 04 (GABARITO)**

1 - C	2 - B	3 - A	4 - A	5 - C	6 - C	7 - D	8 - C	9 - D	10 - B
11 - A	12 - A	13 - D	14 - C	15 - A	16 - A	17 - B	18 - D	19 - C	20 - A
21 - B	22 - C	23 - C	24 - B	25 - A	26 - A	27 - D	28 - B	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - A	34 - D	35 - B	36 - C	37 - A	38 - B	39 - A	40 - C
41 - B	42 - A	43 - B	44 - D	45 - C	46 - A	47 - A	48 - D	49 - D	50 - A
51 - C	52 - A	53 - B	54 - A	55 - C	56 - D	57 - A	58 - B	59 - A	60 - C
61 - A	62 - A	63 - C	64 - D	65 - B	66 - A	67 - C	68 - B	69 - D	70 - A
71 - B	72 - C	73 - D	74 - A	75 - A	76 - A	77 - D	78 - B	79 - D	80 - A
81 - C	82 - C	83 - D	84 - D	85 - C	86 - B	87 - D	88 - A	89 - A	90 - B
91 - C	92 - A	93 - B	94 - D	95 - C	96 - D	97 - C	98 - A	99 - B	100 - B

**CRITÉRIO PROVIMENTO (PROVA REALIZADA AOS 15/07/2012)****VERSÃO 01****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****REGISTROS PÚBLICOS**

**01.** Sobre a escritura de divórcio consensual, é correto afirmar que

(A) qualquer disposição da escritura somente pode ser retificada com a presença das duas partes, ou de seus representantes, e do advogado.

(B) a partilha dos bens comuns deve ser realizada quando da lavratura do ato.

(C) as partes podem ser representadas por procuração lavrada por notário estrangeiro, desde que utilizada no prazo de cento e vinte dias.

(D) admite-se, na partilha dessa escritura, a aplicação subsidiária das normas relativas à partilha em inventário extrajudicial.

**02.** Com relação ao Registro Central de Testamentos (RCT-o), assinale a alternativa que contém a afirmação correta.

(A) A comunicação é obrigatória apenas se houver testamento lavrado e deverá ser realizada até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prática do ato.

(B) Qualquer pessoa, independentemente de demonstrar interesse, poderá requerer diretamente ao órgão gestor do RCT-o e dele obter informação sobre a existência ou não de testamento.

(C) A certidão do testamento poderá ser solicitada diretamente no tabelionato onde lavrado o ato notarial.

(D) O ofício de informação deverá ser respondido no prazo máximo de cinco dias úteis.

**03.** Em relação ao livro de notas, é correto afirmar que

(A) a aquisição será realizada por meio da corregedoria permanente de cada tabelionato.

(B) a atualização, junto ao fabricante do livro, do nome dos responsáveis pelas unidades vagas será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) o Tabelião poderá autorizar prepostos, mediante indicação expressa ao fabricante, a receber, em seu nome, livro de notas.

(D) o fabricante do livro encaminhará semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça inventário completo das entregas realizadas a cada serventia.

**04.** Sobre a certidão de ato notarial, pode-se concluir corretamente que

(A) a emissão de traslado de ato incompleto somente é possível mediante ordem da Corregedoria Permanente.

(B) o papel de segurança de certidão pode ser excepcionalmente repassado entre unidades extrajudiciais, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) a utilização da pública-forma é permitida quando há expresse pedido do usuário, devendo essa petição ser arquivada em classificador próprio.

(D) é obrigatória a manutenção de classificador próprio para arquivamento dos documentos referentes à requisição e recebimento de papel de segurança.

**05.** Do ato de reconhecimento de firmas, é correto concluir que

(A) é obrigatório o uso de etiqueta adesiva na lavratura de reconhecimento de firma por autenticidade, devendo nela constar as assinaturas da parte e do escrevente autorizado.

(B) o reconhecimento, por tabelião, de firma de Juiz de Direito, em documento autenticado por Oficial de Justiça, é obrigatório para gerar efeitos na comarca onde o documento será apresentado.

(C) é possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira apenas se apresentada conjuntamente com ele a tradução realizada por tradutor juramentado.

(D) é possível reconhecimento de firma de uma das partes em documento no qual falte assinatura de todas as outras.

**06.** O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deve ser visado pelo Juiz Corregedor Permanente:

(A) trimestralmente.

(B) quadrimestralmente.

(C) semestralmente.

(D) anualmente.



- 07.** De acordo com a Lei Estadual n.º 11.331, de 26 de dezembro de 2002, os Municípios são
- (A) isentos do pagamento de emolumentos.
  - (B) isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
  - (C) sujeitos ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos emolumentos.
  - (D) sujeitos ao pagamento integral do valor dos emolumentos.
- 08.** O prazo para tirada do protesto é, em princípio, de
- (A) 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (B) 3 (três) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
  - (C) 5 (cinco) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (D) 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- 09.** Para a lavratura do ato notarial, considera-se atualizada a certidão do Registro de Imóveis expedida há
- (A) 5 (cinco) dias.
  - (B) 10 (dez) dias.
  - (C) 30 (trinta) dias.
  - (D) 90 (noventa) dias.
- 10.** Considera-se deficitária, para fins de complementação da renda mínima, a serventia
- (A) de registro civil cuja receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
  - (B) cuja receita líquida não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
  - (C) cuja receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
  - (D) de registro civil cuja receita bruta não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
- 11.** Considerando os parâmetros para definição de valor da base de cálculo, no caso de usufruto, os emolumentos dos atos notariais serão calculados
- (A) sobre o valor integral do imóvel.
  - (B) sobre a terça parte do valor do imóvel.
  - (C) com redução de 40% (quarenta por cento).
  - (D) sobre dois terços do valor do imóvel.
- 12.** No registro de nascimento, não se fará qualquer referência:
- I. à natureza da filiação;
  - II. ao lugar e cartório do casamento dos pais;
  - III. ao estado civil dos pais.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I, II e III.
- 13.** No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado,
- (A) o registro será feito no livro "C Auxiliar" – de registro de natimortos, com os elementos que couberem.
  - (B) será dispensado o registro de óbito, fazendo-se a averbação no registro de nascimento.
  - (C) será lavrado o registro de óbito, no livro "C", dispensando-se a lavratura do registro de nascimento.
  - (D) serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
- 14.** Em relação ao casamento, conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,
- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (B) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (C) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteira.
  - (D) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteira.
- 15.** O título ou documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente
- (A) poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
  - (B) poderá ser pago pelo devedor, independentemente de autorização judicial.
  - (C) poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
  - (D) só poderá ser pago ou retirado com autorização judicial.
- 16.** Efetuado o pagamento de um título no Tabelionato de Protesto, o dinheiro ou os cheques de liquidação serão postos à disposição do credor ou do apresentante autorizado a receber no
- (A) primeiro dia útil depois do pagamento.
  - (B) segundo dia útil depois do pagamento.
  - (C) terceiro dia útil depois do pagamento.
  - (D) quinto dia útil depois do pagamento.



**17. Sobre prenotação no Registro de Imóveis, analise as seguintes afirmações.**

I. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

II. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão se, decorridos 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

III. Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

IV. Transitada em julgado a decisão que julgou a dúvida procedente, assim que tomar ciência da decisão, o oficial a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**18. Para a averbação de penhora decorrente de execuções fiscais, havendo exigências a cumprir, o Oficial do Registro de Imóveis as comunicará ao Juízo competente no prazo de**

- (A) três dias.
- (B) cinco dias.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.

**19. Acerca da caução locatícia, analise as seguintes afirmações.**

I. Deve ser considerada como hipoteca e registrada na matrícula do imóvel caucionado.

II. Deve ser registrada na matrícula do imóvel caucionado e averbada na matrícula do imóvel locado.

III. Deve ser averbada na matrícula do imóvel caucionado.

IV. Os emolumentos devidos pelo ato registral serão pagos quando da efetivação de seu cancelamento, ou do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel caucionado, pelos valores vigentes à época do pagamento.

Está correto o contido em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**20. Com relação às tabelas de custas e emolumentos, analise as seguintes afirmações.**

I. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

II. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, apenas quando tenha havido o depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

III. Para atendimento aos deficientes visuais, deve ser obrigatoriamente disponibilizada pela serventia notarial ou registral tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou, alternativamente, em arquivo sonoro (audioarquivo).

IV. Os oficiais de registros e os notários devem ser sensíveis aos portadores de necessidades especiais e, de acordo com suas possibilidades, podem, facultativamente, disponibilizar tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou em arquivo sonoro (audioarquivo), destinada aos deficientes visuais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

**21. A gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima é atualmente exercida pelo(a)**

- (A) Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG/SP.
- (B) Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – CGJSP.
- (C) Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP.
- (D) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

**22. O registro e a autenticação dos livros das associações civis são feitos**

- (A) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade da sede da entidade.
- (B) por Tabelião de Notas de livre escolha da entidade.
- (C) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
- (D) pela Junta Comercial do Estado.

**23. Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de “habite-se” e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão reduzidos em:**

I. 75% (setenta e cinco por cento) para os empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II. 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV;

III. 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e até dez salários mínimos;



IV. 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**24.** Sobre o livro de Visitas e Correções, pode-se afirmar corretamente que

(A) será aberto e numerado pelo delegado do serviço notarial ou registral, e o termo de abertura será subscrito pelo Juiz Corregedor Permanente, que também autenticará e rubricará todas as suas folhas, podendo utilizar, para tal, processo mecânico de autenticação.

(B) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo delegado, podendo ser utilizado, para rubrica em todas as suas folhas, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

(C) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo Juiz Corregedor Permanente, que poderá utilizar processo mecânico de autenticação para apor sua rubrica em todas as suas folhas.

(D) é utilizado livro-padrão encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado, para lavratura dos termos de visitas e correções realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e das inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**25.** Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatoriamente comunicadas pelo Oficial de Registro de Imóveis ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, na seguinte periodicidade:

- (A) mensalmente.
- (B) bimestralmente.
- (C) trimestralmente.
- (D) semestralmente.

**26.** É competente para autenticar microfilmes apresentados por particulares o

- (A) tabelião de notas.
- (B) oficial do registro de títulos e documentos.
- (C) oficial do registro civil das pessoas naturais em relação às empresas registradas na Junta Comercial do Estado e localizadas no território de sua competência registral.
- (D) oficial do registro civil das pessoas jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.

**27.** Com relação à investidura de delegado do serviço notarial e registral, analise as seguintes afirmações.

I. A investidura será deferida ao delegado após a verificação dos requisitos legais e regulamentares, bem como da apresentação de declaração de bens.

II. No ato da investidura, deverão ser apresentadas cópias das apólices dos seguros de responsabilidade civil notarial/registral e de incêndio das instalações do imóvel onde se encontra instalado o respectivo serviço.

III. É competente, para investir o delegado na delegação escolhida em sessão pública, o Juiz Corregedor Permanente do serviço respectivo, que deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria Geral da Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

**28.** Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, analise as seguintes afirmações.

I. A habilitação matrimonial perante o oficial do registro civil das pessoas naturais poderá ser antes ou depois da celebração pela autoridade ou ministro religioso.

II. O termo ou assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.

III. O registro civil de casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização. Após referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

IV. O casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil poderá ser registrado a qualquer tempo desde que se proceda à prévia habilitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**29.** No caso de registro de óbito de pessoa estrangeira, deverá o oficial do registro civil das pessoas naturais enviar cópia ou certidão desse registro para a seguinte instituição:

- (A) Embaixada ou Consulado no Brasil do país de nacionalidade do morto.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Ministério da Justiça.
- (D) Receita Federal do Brasil.

**30.** Quanto ao livro de Visitas do Ministério Público, é um livro

- (A) obrigatório para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (B) facultativo para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (C) obrigatório para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (D) facultativo para todas as unidades de serviços notariais e registrais.



**31.** As comunicações entre as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado de São Paulo, para fins de anotações de novos registros e averbações nos assentamentos primitivos, são feitas

(A) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, desde que a remessa seja devidamente assinada com Certificado Digital ICP-Brasil.

(B) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

(C) por meio eletrônico, via "intranet".

(D) mediante carta relacionada em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo.

**32.** Pretendendo lavrar escritura de compra e venda de imóvel, o interessado

(A) pode escolher livremente o tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objetos do ato ou negócio.

(B) deve dirigir-se ao tabelião de notas existente na comarca do domicílio do vendedor.

(C) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca da situação do imóvel.

(D) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca do domicílio do devedor, fixando-se a competência para eventual ação judicial.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia o texto a seguir para responder à questão de número **33**.

A base do *habeas corpus*, uma ação de natureza constitucional, é assegurar a liberdade do indivíduo (direito de ir e vir), ameaçada pelo chamado constrangimento ilegal. Existem três modalidades desta ação: a) o *habeas corpus* preventivo, interposto antes do constrangimento, visa impedir a ocorrência deste último; b) o *habeas corpus* suspensivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumado o constrangimento ilegal e, por fim; c) o *habeas corpus* episódico, cabível quando o constrangimento ilegal é praticado por particular.

**33.** De acordo com o texto, é correto afirmar que

(A) o *habeas corpus* é uma ação de natureza administrativa e não constitucional. A presença do *habeas corpus* na Constituição vigente, de 1988, é absolutamente acidental.

(B) o *habeas corpus* preventivo não existe mais. Trata-se de construção doutrinária largamente aceita até a primeira metade do século XX.

(C) para impetrar o *habeas corpus* suspensivo é preciso constituir advogado.

(D) não existe o *habeas corpus* episódico.

**34.** A Ação Civil Pública se volta à tutela dos direitos

(A) difusos, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

(B) difusos, direitos comunitários e interesses individuais homogêneos.

(C) difusos, direitos coletivos e interesses individuais heterogêneos.

(D) sociais, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

**35.** Com relação ao *quorum* para a produção de normas pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos integrantes do colegiado.

(B) Maioria absoluta é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

(C) Maioria qualificada é toda aquela que exige 4/6 dos integrantes do colegiado.

(D) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

**36.** Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por

(A) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.

(B) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.

(C) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.

(D) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.

**37.** Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.os 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que

(A) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.

(B) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.

(C) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.

(D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

**38.** A legislação ordinária produzida sob a vigência de uma dada constituição e que se mostra compatível ou harmônica em face de uma nova constituição é considerada válida em decorrência da

(A) reconstituição.

(B) constitucionalidade presumida dos atos lícitos.

(C) recepção.

(D) plena legalidade do poder constituinte reformador.

**39.** A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo ações constitucionais chamadas de *writs*. Dentre estas ações, há uma que visa proteger o exercício de um direito constitucional pelo cidadão, tornado inviável pela falta de norma regulamentadora. Trata-se do(a)

(A) mandado de segurança coletivo.

(B) *habeas data* extensivo.

(C) ação de descumprimento de preceito fundamental.

(D) mandado de injunção.



40. A competência legislativa disposta na Constituição Federal permite aos entes políticos, em certas matérias e em dadas circunstâncias, legislar concomitantemente sobre as mesmas matérias. É a chamada competência concorrente. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar corretamente que

(A) se o Estado-membro já tiver editado lei sobre dada matéria, a superveniência de lei federal sobre o mesmo tema não interfere na aplicação da lei estadual.

(B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

(C) a única matéria em que uma lei municipal não cederá e nem deixará de ser aplicada ante uma legislação federal é a de meio ambiente.

(D) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico, é correto afirmar que

(A) ao ocasionar efeitos no contrato, a majoração de tributo realizada por ente de outra esfera administrativa caracteriza fato do príncipe.

(B) no contrato de locação de bem imóvel, aplica-se o regime jurídico de direito público quando a Administração for parte.

(C) o regime jurídico de direito público e o princípio constitucional da igualdade não permitem à Administração o uso de cláusulas exorbitantes.

(D) por razões de interesse público, a regra *rebus sic stantibus* não é aplicada nos contratos administrativos.

42. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva no caso de conduta omissiva.

(B) as concessionárias de serviço público respondem objetivamente, mesmo que o prejudicado não seja usuário.

(C) a teoria do risco integral é a regra mais utilizada no Brasil para definir a responsabilidade civil do Estado.

(D) em regra, o ato estatal e o dano que a vítima sofre são elementos necessários e suficientes para caracterizar a responsabilidade civil do Estado.

43. Sobre o controle dos atos da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que

(A) ato administrativo inválido pode ser recusado pelo cidadão, independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.

(B) ato administrativo discricionário pode ser anulado por análise do seu mérito.

(C) o controle existente entre a administração direta e a indireta é não-hierárquico.

(D) o Judiciário, ao aplicar o princípio da razoabilidade, pode alterar a pena aplicada pela Administração em processo administrativo disciplinar.

44. Sobre desapropriação, é correto afirmar que o(a)

(A) competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.

(B) Município pode, por interesse social, desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária.

(C) Estado de São Paulo não pode desapropriar imóvel, situado em região metropolitana, para fins de política urbana.

(D) competência do Chefe do Poder Executivo, na fase declaratória da desapropriação, não é exclusiva.

45. Sobre bens públicos, é correto concluir que

(A) pode ser autorizado discricionariamente o uso privativo de bem público a particular não pertencente à Administração Pública.

(B) bens necessários à prestação de serviço público não podem ser penhorados, exceto se pertencentes à pessoa jurídica de direito privado.

(C) bens públicos são insusceptíveis de desapropriação.

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso comum do povo pertencentes à União; portanto, são inalienáveis.

46. Sobre poder de polícia, é correto afirmar que

(A) a multa imposta pela Administração no exercício do poder de polícia pode ser executada diretamente pela via administrativa, devido ao atributo da autoexecutoriedade.

(B) o poder de polícia pode ser delegado a particular por decreto ou outra norma administrativa, desde que específica e clara em seu objeto.

(C) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área.

(D) a concessão de licença para construir é um ato administrativo vinculado, derivado do exercício do poder de polícia.

47. Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que

(A) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.

(B) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.

(C) não se aplica ao servidor estável.

(D) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.

48. O ato administrativo, ainda que discricionário, quando tiver sua prática motivada, fica vinculado aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, o ato praticado é nulo.

Assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se da teoria dos motivos determinantes.

(B) O ato administrativo discricionário não pode ser motivado.

(C) Os motivos dos atos administrativos decorrem da lei.

(D) Trata-se do princípio da legalidade.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Sobre a definição de tributo, é correto afirmar que

- (A) ato praticado por incapaz, sem assistência ou representação, não gera obrigação de pagar tributo.
- (B) é admissível o pagamento de tributo mediante a prestação de trabalho ao ente tributante.
- (C) é inadmissível que ilícito administrativo, cometido pelo contribuinte, acarrete aumento no valor de tributo devido.
- (D) o confisco, previsto em norma aduaneira em caso de descaminho, é uma modalidade de tributo.

50. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto concluir que

- (A) o conceito de bem imóvel rural obedece ao critério da destinação.
- (B) é possível o Município fiscalizar o tributo, podendo conceder isenção ou outro tipo de redução do imposto.
- (C) o lançamento do imposto, via de regra, dá-se de ofício.
- (D) é possível a adoção de alíquotas de acordo com a utilização do imóvel.

51. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) o sujeito ativo é a pessoa que pode exigir o tributo; não necessariamente coincide com aquela que deve instituí-lo.
- (B) a posterior concessão de anistia altera a natureza da obrigação tributária.
- (C) fato gerador da obrigação tributária ocorre, em situação de fato, desde quando esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
- (D) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o contribuinte, não podendo ser opostos à Fazenda Pública acordos entre particulares para modificá-lo.

52. Sobre a moratória, pode-se concluir que

- (A) pode ser concedida por ato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às contribuições para a seguridade social.
- (B) a concessão de moratória em caráter individual pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto gera direito adquirido.
- (C) a norma paulistana concessiva de moratória deve ser impessoal; não pode discriminar sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) lei paulista pode fazer com que a moratória abranja créditos cujos lançamentos ainda não tenham sido iniciados.

53. Considerado o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre compensação e extinção de tributos.
- (B) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.
- (C) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre consignação em pagamento e conversão em renda.
- (D) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e sobre decadência.

54. Estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis

- (A) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município.
- (B) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município, desde que dentro da circunscrição máxima de 10 quilômetros de raio.
- (C) que, situados na zona rural do Município, sejam objeto de atenção do Município, quanto a serviços de coleta de lixo prestados pela Prefeitura Municipal.
- (D) situados na zona urbana do Município, definida em lei municipal e que possuam pelo menos dois melhoramentos, dentre os quais, sistema de esgotos sanitários, abastecimento de água, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição, construídos e mantidos pelo Poder Público.

## DIREITO CIVIL

55. No que se refere ao casamento religioso com efeitos civis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O casamento religioso que atender às exigências legais para a validade do casamento civil produz efeitos a partir da data de sua inscrição no livro de Registro Civil das Pessoas Naturais.
- (B) Os efeitos civis do casamento religioso serão alcançados após o regular processo de habilitação, que poderá ser prévio ou posterior à celebração do casamento.
- (C) A morte de um dos cônjuges não impedirá o registro civil do casamento religioso realizado validamente, quando o pedido de registro for encaminhado dentro do prazo da lei.
- (D) Será nulo o registro civil do casamento religioso quando já registrado anteriormente o casamento civil de algum dos cônjuges.

56. Os alimentos côngruos são

- (A) aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos.
- (B) aqueles estritamente necessários à sobrevivência do alimentando.
- (C) aqueles que têm como causa a morte do alimentante e são fixados por meio de legado de alimentos, em cédula testamentária.
- (D) de natureza indenizatória, decorrentes de ato ilícito.

57. No que concerne ao protutor, é correto afirmar que

- (A) não está obrigado à prestação de contas.
- (B) ele é nomeado pelo juiz para fiscalizar os atos do tutor.
- (C) a ele incumbe o exercício exclusivo da tutela, mediante aprovação judicial, se os atos de gestão exigirem conhecimentos técnicos, forem complexos ou realizados em lugares distantes do domicílio do tutor.
- (D) não faz jus ao recebimento de uma gratificação arbitrada pelo juiz.



- 58.** Na sucessão legítima, a aceitação da herança pelo herdeiro  
(A) pode ser submetida a termo ou condição.  
(B) pode ser reputada por ineficaz se for verificada a incapacidade sucessória do herdeiro.  
(C) pode abranger apenas alguns bens ou direitos do acervo hereditário.  
(D) é revogável.
- 59.** A exclusão por indignidade  
(A) é feita por testamento, com declaração de causa.  
(B) abrange todos os motivos da deserção.  
(C) está sempre fundada em fatos anteriores à morte do autor da herança.  
(D) alcança os herdeiros legítimos e testamentários.
- 60.** Na ordem de vocação hereditária, os colaterais  
(A) são herdeiros facultativos, até o quarto grau.  
(B) são herdeiros necessários, até o terceiro grau.  
(C) são herdeiros necessários, até o sexto grau.  
(D) não são herdeiros necessários, nem, tampouco, facultativos, podendo ser contemplados, tão somente, por meio de testamento.
- 61.** Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que  
(A) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.  
(B) sua vigência será imediata.  
(C) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.  
(D) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.
- 62.** Nos negócios jurídicos, são vedadas as condições  
(A) puramente potestativas.  
(B) simplesmente potestativas.  
(C) mistas.  
(D) casuais.
- 63.** Dois indivíduos pretendem realizar determinado negócio prejudicial a terceiro ou em fraude à lei. Para escondê-lo, ou dar-lhe aparência diversa, realizam outro negócio. Há, portanto, dois negócios: um deles é o aparente, destinado a enganar; o outro é o oculto, mas verdadeiramente desejado. Nesse caso, há  
(A) dolo.  
(B) simulação absoluta.  
(C) simulação relativa.  
(D) lesão.
- 64.** No âmbito das obrigações divisíveis com pluralidade de sujeitos no polo passivo, nada sendo expressamente disposto em lei, nem no contrato, acerca da natureza e limites da obrigação de cada qual, no aspecto interno presume-se que a obrigação é  
(A) solidária.  
(B) alternativa.  
(C) conjunta.  
(D) fracionária.
- 65.** Nas obrigações de não fazer, incorre-se em mora  
(A) após regular notificação acerca da prática do ato cuja abstenção era exigível, delineando-se a mora *ex persona*.  
(B) somente após regular distribuição de ação em conflito de interesses processual.  
(C) a partir do momento em que se executa o ato de que deveria abster-se, independentemente de qualquer notificação, caracterizando-se a mora *ex re*.  
(D) somente após citação válida em sede de conflito de interesses processual.
- 66.** A lesão e a onerosidade excessiva na teoria geral dos contratos referem-se ao princípio do(a)  
(A) autonomia privada.  
(B) função social do contrato.  
(C) boa-fé objetiva.  
(D) equilíbrio econômico.
- 67.** No comodato precário,  
(A) a mora é *ex re*, de modo que a qualquer tempo afigura-se viável o pedido de reintegração de posse do bem.  
(B) a mora é *ex persona*, impondo-se como condição de procedibilidade à reintegração a prévia notificação do comodatário.  
(C) o comodante poderá retomar a coisa a qualquer tempo, com o uso moderado dos meios necessários, prescindindo de intervenção judicial.  
(D) o comodatário poderá opor a exceção de usucapião, com fundamento na continuidade da posse legítima.
- 68.** Na troca ou permuta de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, o ato é  
(A) ineficaz.  
(B) inexistente.  
(C) anulável.  
(D) nulo.



69. Na celebração de contrato de seguro de um edifício no montante de um milhão de reais, houve distribuição simultânea do risco para cinco seguradores. Trata-se de

- (A) Cosseguro.
- (B) Seguro Sucessivo.
- (C) Resseguro Facultativo.
- (D) Resseguro Automático.

70. A Convenção Condominial tem natureza jurídica de

- (A) ato jurídico em sentido estrito.
- (B) negócio jurídico plurilateral.
- (C) negócio jurídico unilateral.
- (D) negócio jurídico bilateral.

71. Condomínio que existe em virtude da propriedade comum de lindeiros quanto à meação de paredes, cercas, muros e valas entre casas denomina-se:

- (A) Condomínio *in solidum*.
- (B) Condomínio voluntário.
- (C) Condomínio edifício.
- (D) Condomínio necessário.

72. No que se refere às árvores limítrofes, é correto afirmar que os frutos que eventualmente se desprenderem de uma árvore situada em terreno vizinho e vierem a cair em solo particular pertencerão

- (A) em condomínio necessário, em igualdade, aos proprietários confinantes.
- (B) ao proprietário do solo em que caírem, se este for de propriedade particular.
- (C) exclusivamente ao proprietário onde situada a árvore.
- (D) sempre ao Poder Público.

73. Os bens que podem ser objeto de hipoteca são

- (A) todos os bens móveis.
- (B) todos os bens imóveis e seus acessórios, excluídos quaisquer outros.
- (C) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham, os navios e as aeronaves.
- (D) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham. Os navios e aeronaves não poderão ser objeto de hipoteca, porquanto não caracterizam bens imóveis.

74. Cotejando a usucapião extraordinária e ordinária, resulta que aquela dispensa os seguintes requisitos em relação a esta:

- (A) Justo Título e Boa-fé subjetiva.
- (B) apenas o Justo Título, sendo necessária a Boa-fé subjetiva.
- (C) apenas a Boa-fé subjetiva, sendo necessário o Justo Título.
- (D) apenas a Boa-fé objetiva, sendo necessária a subjetiva.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. João pretende cobrar judicialmente Antônio por débito por este contraído. Antes do ajuizamento da demanda, João toma conhecimento de que Antônio faleceu, tendo sido aberto inventário com nomeação de inventariante dativo. João deverá mover a demanda em face

- (A) do cônjuge de Antônio.
- (B) do espólio de Antônio, representado pelo inventariante dativo.
- (C) dos herdeiros e sucessores de Antônio.
- (D) do espólio de Antônio, representado pelo cônjuge sobrevivente.

76. Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,

- (A) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
- (B) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
- (C) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
- (D) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

77. A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução

- (A) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
- (B) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
- (C) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
- (D) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.

78. A impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, considerado bem de família, é oponível em qualquer processo de execução, salvo se movido para

- (A) cobrança de débito decorrente do não pagamento de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- (B) cobrança de débito decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
- (C) cobrança de débito decorrente de contrato de alienação fiduciária.
- (D) cobrança de débito decorrente de relação de consumo.



**79.** Na ação de busca e apreensão de automóvel alienado fiduciariamente em garantia, a comprovação da mora do devedor deve se dar pela juntada com a petição inicial de

(A) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou de termo de protesto do título representativo da dívida, a critério do credor.

(B) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação desta, de termo de protesto do título representativo da dívida.

(C) termo de protesto do título representativo da dívida ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação deste, de notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.

(D) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos e de termo de protesto do título representativo da dívida, cumprindo ao credor apresentar ambos os documentos.

**80.** Na ação de despejo por falta de pagamento, admite-se a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel desde que

(A) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a três meses e preste o autor caução idônea.

(B) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a seis meses, preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato garantido por fiança.

(C) preste o autor caução no valor equivalente a seis meses de aluguel e esteja o contrato garantido por seguro de fiança locatícia.

(D) preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato desprovido de garantia locatícia.

## DIREITO PENAL

**81.** Em relação ao crime de bigamia, pode-se afirmar que se caracteriza quando:

I. contrai alguém, sendo casado, novo casamento;

II. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença ainda não transitada em julgado, novo casamento;

III. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença transitada em julgado, mas não averbada à margem do assento de casamento, novo enlace.

São corretas as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

**82.** O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime

(A) de ação pública condicionada à representação da vítima.

(B) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.

(C) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.

(D) apenado com reclusão em qualquer hipótese.

**83.** Pode-se afirmar que o princípio da legalidade

(A) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.

(B) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.

(C) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.

(D) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.

**84.** Analise as afirmações a seguir.

I. O ato de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui crime contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/90.

II. Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima ou não a filiação, por vedação legal expressa.

III. É cabível a ação mandamental de *habeas data*, a fim de permitir o fornecimento das informações registradas, ou em banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público, relativas ao próprio interessado requerente.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) II.

(B) III.

(C) I e III.

(D) II e III.

**85.** Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo

(A) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.

(B) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.

(C) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.

(D) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.



**86.** No que se refere à prova, no processo penal, pode-se afirmar que:

- I. a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;
- II. é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes;
- III. são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;
- IV. são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras e as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença

- (A) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
- (B) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (C) que absolver sumariamente o acusado.
- (D) que pronunciar ou impronunciar o acusado.

**88.** Pelo instituto da remição,

- (A) computa-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.
- (B) o ofendido concede perdão ao querelado.
- (C) o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.
- (D) o tempo de execução da pena em regime fechado ou semiaberto é reduzido pelo trabalho do condenado.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A simples assinatura de um terceiro constante do anverso de uma nota promissória, abaixo da assinatura do subscritor, é considerada como

- (A) aceite.
- (B) aval.
- (C) endosso.
- (D) fiança.

**90.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a escritura de emissão de debêntures, sem garantia real, deve ser inscrita no (A) registro civil de pessoa jurídica.

- (B) registro de imóveis.
- (C) registro de títulos e documentos.
- (D) registro do comércio.

**91.** Na compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, o título de crédito que documenta o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador é

- (A) a duplicata.
- (B) o conhecimento de transporte.
- (C) a letra de câmbio.
- (D) a nota promissória.

**92.** Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
- (B) A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição; antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.
- (C) O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da cédula de crédito industrial, perde o direito de regresso contra endossadores e avalistas.
- (D) Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real.

**93.** A concessão da recuperação judicial

- (A) depende da apresentação de certidões negativas dos cartórios de protesto.
- (B) impede o protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade do devedor.
- (C) é anotada no Registro Público de Empresas.
- (D) implica novação dos créditos anteriores ao pedido e afastamento do devedor ou seus administradores da condução das atividades empresariais.



## VERSÃO 01 (GABARITO)

1 - D	2 - C	3 - C	4 - D	5 - D	6 - D	7 - B	8 - A	9 - C	10 - C
11 - B	12 - D	13 - D	14 - B	15 - D	16 - A	17 - D	18 - B	19 - A	20 - B
21 - A	22 - C	23 - A	24 - B	25 - C	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - C	32 - A	33 - D	34 - A	35 - D	36 - B	37 - B	38 - C	39 - D	40 - B
41 - A	42 - B	43 - A	44 - D	45 - A	46 - D	47 - B	48 - A	49 - C	50 - D
51 - A	52 - D	53 - B	54 - D	55 - A	56 - A	57 - B	58 - B	59 - D	60 - A
61 - C	62 - A	63 - C	64 - D	65 - C	66 - D	67 - B	68 - C	69 - A	70 - B
71 - D	72 - B	73 - C	74 - A	75 - C	76 - D	77 - B	78 - B	79 - A	80 - D
81 - A	82 - D	83 - B	84 - C	85 - D	86 - A	87 - B	88 - D	89 - B	90 - D
91 - A	92 - C	93 - C	94 - D	95 - B	96 - A	97 - C	98 - D	99 - B	100 - A

## VERSÃO 02

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### REGISTROS PÚBLICOS

**01.** Sobre a escritura de divórcio consensual, é correto afirmar que

(A) qualquer disposição da escritura somente pode ser retificada com a presença das duas partes, ou de seus representantes, e do advogado.

(B) admite-se, na partilha dessa escritura, a aplicação subsidiária das normas relativas à partilha em inventário extrajudicial.

(C) as partes podem ser representadas por procuração lavrada por notário estrangeiro, desde que utilizada no prazo de cento e vinte dias.

(D) a partilha dos bens comuns deve ser realizada quando da lavratura do ato.

**02.** Com relação ao Registro Central de Testamentos (RCT-o), assinale a alternativa que contém a afirmação correta.

(A) A comunicação é obrigatória apenas se houver testamento lavrado e deverá ser realizada até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prática do ato.

(B) A certidão do testamento poderá ser solicitada diretamente no tabelionato onde lavrado o ato notarial.

(C) Qualquer pessoa, independentemente de demonstrar interesse, poderá requerer diretamente ao órgão gestor do RCT-o e dele obter informação sobre a existência ou não de testamento.

(D) O ofício de informação deverá ser respondido no prazo máximo de cinco dias úteis.

**03.** Em relação ao livro de notas, é correto afirmar que

(A) o Tabelião poderá autorizar prepostos, mediante indicação expressa ao fabricante, a receber, em seu nome, livro de notas.

(B) a atualização, junto ao fabricante do livro, do nome dos responsáveis pelas unidades vagas será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) a aquisição será realizada por meio da corregedoria permanente de cada tabelionato.

(D) o fabricante do livro encaminhará semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça inventário completo das entregas realizadas a cada serventia.

**04.** Sobre a certidão de ato notarial, pode-se concluir corretamente que

(A) a emissão de traslado de ato incompleto somente é possível mediante ordem da Corregedoria Permanente.

(B) o papel de segurança de certidão pode ser excepcionalmente repassado entre unidades extrajudiciais, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) é obrigatória a manutenção de classificador próprio para arquivamento dos documentos referentes à requisição e recebimento de papel de segurança.

(D) a utilização da pública-forma é permitida quando há expresse pedido do usuário, devendo essa petição ser arquivada em classificador próprio.

**05.** Do ato de reconhecimento de firmas, é correto concluir que

(A) é obrigatório o uso de etiqueta adesiva na lavratura de reconhecimento de firma por autenticidade, devendo nela constar as assinaturas da parte e do escrevente autorizado.

(B) é possível reconhecimento de firma de uma das partes em documento no qual falte assinatura de todas as outras.

(C) é possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira apenas se apresentada conjuntamente com ele a tradução realizada por tradutor juramentado.

(D) o reconhecimento, por tabelião, de firma de Juiz de Direito, em documento autenticado por Oficial de Justiça, é obrigatório para gerar efeitos na comarca onde o documento será apresentado.

**06.** O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deve ser visado pelo Juiz Corregedor Permanente:

(A) trimestralmente.

(B) quadrimestralmente.

(C) anualmente.

(D) semestralmente.



- 07.** De acordo com a Lei Estadual n.º 11.331, de 26 de dezembro de 2002, os Municípios são
- (A) isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- (B) isentos do pagamento de emolumentos.
- (C) sujeitos ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos emolumentos.
- (D) sujeitos ao pagamento integral do valor dos emolumentos.
- 08.** O prazo para tirada do protesto é, em princípio, de
- (A) 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- (B) 3 (três) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- (C) 5 (cinco) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
- (D) 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
- 09.** Para a lavratura do ato notarial, considera-se atualizada a certidão do Registro de Imóveis expedida há
- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 90 (noventa) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- 10.** Considera-se deficitária, para fins de complementação da renda mínima, a serventia
- (A) de registro civil cuja receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
- (B) cuja receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
- (C) cuja receita líquida não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
- (D) de registro civil cuja receita bruta não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
- 11.** Considerando os parâmetros para definição de valor da base de cálculo, no caso de usufruto, os emolumentos dos atos notariais serão calculados
- (A) sobre a terça parte do valor do imóvel.
- (B) sobre o valor integral do imóvel.
- (C) com redução de 40% (quarenta por cento).
- (D) sobre dois terços do valor do imóvel.
- 12.** No registro de nascimento, não se fará qualquer referência:
- I. à natureza da filiação;
- II. ao lugar e cartório do casamento dos pais;
- III. ao estado civil dos pais.
- Está correto o contido em
- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- 13.** No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado,
- (A) o registro será feito no livro "C Auxiliar" – de registro de natimortos, com os elementos que couberem.
- (B) será dispensado o registro de óbito, fazendo-se a averbação no registro de nascimento.
- (C) serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
- (D) será lavrado o registro de óbito, no livro "C", dispensando-se a lavratura do registro de nascimento.
- 14.** Em relação ao casamento, conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,
- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteiro.
- (B) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteira.
- (C) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteira.
- (D) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
- 15.** O título ou documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente
- (A) só poderá ser pago ou retirado com autorização judicial.
- (B) poderá ser pago pelo devedor, independentemente de autorização judicial.
- (C) poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
- (D) poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
- 16.** Efetuado o pagamento de um título no Tabelionato de Protesto, o dinheiro ou os cheques de liquidação serão postos à disposição do credor ou do apresentante autorizado a receber no
- (A) segundo dia útil depois do pagamento.
- (B) primeiro dia útil depois do pagamento.
- (C) terceiro dia útil depois do pagamento.
- (D) quinto dia útil depois do pagamento.



**17. Sobre prenotação no Registro de Imóveis, analise as seguintes afirmações.**

I. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

II. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão se, decorridos 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

III. Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

IV. Transitada em julgado a decisão que julgou a dúvida procedente, assim que tomar ciência da decisão, o oficial a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, apenas.

**18. Para a averbação de penhora decorrente de execuções fiscais, havendo exigências a cumprir, o Oficial do Registro de Imóveis as comunicará ao Juízo competente no prazo de**

- (A) três dias.
- (B) dez dias.
- (C) cinco dias.
- (D) quinze dias.

**19. Acerca da caução locatícia, analise as seguintes afirmações.**

I. Deve ser considerada como hipoteca e registrada na matrícula do imóvel caucionado.

II. Deve ser registrada na matrícula do imóvel caucionado e averbada na matrícula do imóvel locado.

III. Deve ser averbada na matrícula do imóvel caucionado.

IV. Os emolumentos devidos pelo ato registral serão pagos quando da efetivação de seu cancelamento, ou do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel caucionado, pelos valores vigentes à época do pagamento.

Está correto o contido em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III, apenas.

**20. Com relação às tabelas de custas e emolumentos, analise as seguintes afirmações.**

I. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

II. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, apenas quando tenha havido o depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

III. Para atendimento aos deficientes visuais, deve ser obrigatoriamente disponibilizada pela serventia notarial ou registral tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou, alternativamente, em arquivo sonoro (audioarquivo).

IV. Os oficiais de registros e os notários devem ser sensíveis aos portadores de necessidades especiais e, de acordo com suas possibilidades, podem, facultativamente, disponibilizar tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou em arquivo sonoro (audioarquivo), destinada aos deficientes visuais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

**21. A gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à implementação**

da receita mínima é atualmente exercida pelo(a)

- (A) Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – CGJSP.
- (B) Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG/SP.
- (C) Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP.
- (D) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

**22. O registro e a autenticação dos livros das associações civis são feitos**

- (A) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
- (B) por Tabelião de Notas de livre escolha da entidade.
- (C) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade da sede da entidade.
- (D) pela Junta Comercial do Estado.

**23. Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de “habite-se” e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão reduzidos em:**

I. 75% (setenta e cinco por cento) para os empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II. 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV;

III. 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e até dez salários mínimos;

IV. 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal



superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos.

Está correto o contido em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

**24.** Sobre o livro de Visitas e Correições, pode-se afirmar corretamente que

(A) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo delegado, podendo ser utilizado, para rubrica em todas as suas folhas, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

(B) será aberto e numerado pelo delegado do serviço notarial ou registral, e o termo de abertura será subscrito pelo Juiz Corregedor Permanente, que também autenticará e rubricará todas as suas folhas, podendo utilizar, para tal, processo mecânico de autenticação.

(C) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo Juiz Corregedor Permanente, que poderá utilizar processo mecânico de autenticação para apor sua rubrica em todas as suas folhas.

(D) é utilizado livro-padrão encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado, para lavratura dos termos de visitas e correições realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e das inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**25.** Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatoriamente comunicadas pelo Oficial de Registro de Imóveis ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, na seguinte periodicidade:

- (A) mensalmente.
- (B) trimestralmente.
- (C) bimestralmente.
- (D) semestralmente.

**26.** É competente para autenticar microfilmes apresentados por particulares o

- (A) tabelião de notas.
- (B) oficial do registro civil das pessoas jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
- (C) oficial do registro civil das pessoas naturais em relação às empresas registradas na Junta Comercial do Estado e localizadas no território de sua competência registral.
- (D) oficial do registro de títulos e documentos.

**27.** Com relação à investidura de delegado do serviço notarial e registral, analise as seguintes afirmações.

I. A investidura será deferida ao delegado após a verificação dos requisitos legais e regulamentares, bem como da apresentação de declaração de bens.

II. No ato da investidura, deverão ser apresentadas cópias das apólices dos seguros de responsabilidade civil notarial/registral e de incêndio das instalações do imóvel onde se encontra instalado o respectivo serviço.

III. É competente, para investir o delegado na delegação escolhida em sessão pública, o Juiz Corregedor Permanente do serviço respectivo, que deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria Geral da Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.

**28.** Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, analise as seguintes afirmações.

I. A habilitação matrimonial perante o oficial do registro civil das pessoas naturais poderá ser antes ou depois da celebração pela autoridade ou ministro religioso.

II. O termo ou assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.

III. O registro civil de casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização. Após referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

IV. O casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil poderá ser registrado a qualquer tempo desde que se proceda à prévia habilitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.

**29.** No caso de registro de óbito de pessoa estrangeira, deverá o oficial do registro civil das pessoas naturais enviar cópia ou certidão desse registro para a seguinte instituição:

- (A) Ministério da Justiça.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Embaixada ou Consulado no Brasil do país de nacionalidade do morto.
- (D) Receita Federal do Brasil.

**30.** Quanto ao livro de Visitas do Ministério Público, é um livro

- (A) facultativo para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (B) obrigatório para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (C) obrigatório para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (D) facultativo para todas as unidades de serviços notariais e registrais.



31. As comunicações entre as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado de São Paulo, para fins de anotações de novos registros e averbações nos assentamentos primitivos, são feitas

- (A) por meio eletrônico, via "intranet".
- (B) por meio eletrônico, no e-mail oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado.
- (C) por meio eletrônico, no e-mail oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, desde que a remessa seja devidamente assinada com Certificado Digital ICP-Brasil.
- (D) mediante carta relacionada em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo.

32. Pretendendo lavrar escritura de compra e venda de imóvel, o interessado

- (A) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca da situação do imóvel.
- (B) deve dirigir-se ao tabelião de notas existente na comarca do domicílio do vendedor.
- (C) pode escolher livremente o tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objetos do ato ou negócio.
- (D) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca do domicílio do devedor, fixando-se a competência para eventual ação judicial.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia o texto a seguir para responder à questão de número 33.

A base do *habeas corpus*, uma ação de natureza constitucional, é assegurar a liberdade do indivíduo (direito de ir e vir), ameaçada pelo chamado constrangimento ilegal. Existem três modalidades desta ação: a) o *habeas corpus* preventivo, interposto antes do constrangimento, visa impedir a ocorrência deste último; b) o *habeas corpus* suspensivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumado o constrangimento ilegal e, por fim; c) o *habeas corpus* episódico, cabível quando o constrangimento ilegal é praticado por particular.

33. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) o *habeas corpus* é uma ação de natureza administrativa e não constitucional. A presença do *habeas corpus* na Constituição vigente, de 1988, é absolutamente acidental.
- (B) não existe o *habeas corpus* episódico.
- (C) para impetrar o *habeas corpus* suspensivo é preciso constituir advogado.
- (D) o *habeas corpus* preventivo não existe mais. Trata-se de construção doutrinária largamente aceita até a primeira metade do século XX.

34. A Ação Civil Pública se volta à tutela dos direitos

- (A) difusos, direitos coletivos e interesses individuais heterogêneos.
- (B) difusos, direitos comunitários e interesses individuais homogêneos.
- (C) difusos, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.
- (D) sociais, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

35. Com relação ao *quorum* para a produção de normas pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos integrantes do colegiado.
- (B) Maioria absoluta é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.
- (C) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.
- (D) Maioria qualificada é toda aquela que exige 4/6 dos integrantes do colegiado.

36. Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por

- (A) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.
- (B) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.
- (C) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.
- (D) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.

37. Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.os 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que

- (A) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.
- (B) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.
- (C) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.
- (D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

38. A legislação ordinária produzida sob a vigência de uma dada constituição e que se mostra compatível ou harmônica em face de uma nova constituição é considerada válida em decorrência da

- (A) reconstituição.
- (B) constitucionalidade presumida dos atos lícitos.
- (C) plena legalidade do poder constituinte reformador.
- (D) recepção.

39. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo ações constitucionais chamadas de *writs*. Dentre estas ações, há uma que visa proteger o exercício de um direito constitucional pelo cidadão, tornado inviável pela falta de norma regulamentadora. Trata-se do(a)

- (A) mandado de segurança coletivo.
- (B) mandado de injunção.
- (C) ação de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) *habeas data* extensivo.



40. A competência legislativa disposta na Constituição Federal permite aos entes políticos, em certas matérias e em dadas circunstâncias, legislar concomitantemente sobre as mesmas matérias. É a chamada competência concorrente. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar corretamente que

(A) se o Estado-membro já tiver editado lei sobre dada matéria, a superveniência de lei federal sobre o mesmo tema não interfere na aplicação da lei estadual.

(B) a única matéria em que uma lei municipal não cederá e nem deixará de ser aplicada ante uma legislação federal é a de meio ambiente.

(C) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

(D) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico, é correto afirmar que

(A) no contrato de locação de bem imóvel, aplica-se o regime jurídico de direito público quando a Administração for parte.

(B) ao ocasionar efeitos no contrato, a majoração de tributo realizada por ente de outra esfera administrativa caracteriza fato do príncipe.

(C) o regime jurídico de direito público e o princípio constitucional da igualdade não permitem à Administração o uso de cláusulas exorbitantes.

(D) por razões de interesse público, a regra *rebus sic stantibus* não é aplicada nos contratos administrativos.

42. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva no caso de conduta omissiva.

(B) em regra, o ato estatal e o dano que a vítima sofre são elementos necessários e suficientes para caracterizar a responsabilidade civil do Estado.

(C) a teoria do risco integral é a regra mais utilizada no Brasil

para definir a responsabilidade civil do Estado.

(D) as concessionárias de serviço público respondem objetivamente, mesmo que o prejudicado não seja usuário.

43. Sobre o controle dos atos da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que

(A) o controle existente entre a administração direta e a indireta é não-hierárquico.

(B) ato administrativo discricionário pode ser anulado por análise do seu mérito.

(C) ato administrativo inválido pode ser recusado pelo cidadão, independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.

(D) o Judiciário, ao aplicar o princípio da razoabilidade, pode alterar a pena aplicada pela Administração em processo administrativo disciplinar.

44. Sobre desapropriação, é correto afirmar que o(a)

(A) competência do Chefe do Poder Executivo, na fase declaratória da desapropriação, não é exclusiva.

(B) Município pode, por interesse social, desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária.

(C) Estado de São Paulo não pode desapropriar imóvel, situado em região metropolitana, para fins de política urbana.

(D) competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.

45. Sobre bens públicos, é correto concluir que

(A) bens públicos são insusceptíveis de desapropriação.

(B) bens necessários à prestação de serviço público não podem ser penhorados, exceto se pertencentes à pessoa jurídica de direito privado.

(C) pode ser autorizado discricionariamente o uso privativo de bem público a particular não pertencente à Administração Pública.

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso comum do povo pertencentes à União; portanto, são inalienáveis.

46. Sobre poder de polícia, é correto afirmar que

(A) a multa imposta pela Administração no exercício do poder de polícia pode ser executada diretamente pela via administrativa, devido ao atributo da autoexecutoriedade.

(B) o poder de polícia pode ser delegado a particular por decreto ou outra norma administrativa, desde que específica e clara em seu objeto.

(C) a concessão de licença para construir é um ato administrativo vinculado, derivado do exercício do poder de polícia.

(D) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área.

47. Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que

(A) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.

(B) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.

(C) não se aplica ao servidor estável.

(D) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.

48. O ato administrativo, ainda que discricionário, quando tiver sua prática motivada, fica vinculado aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, o ato praticado é nulo.

Assinale a alternativa correta.

(A) O ato administrativo discricionário não pode ser motivado.

(B) Trata-se da teoria dos motivos determinantes.

(C) Os motivos dos atos administrativos decorrem da lei.

(D) Trata-se do princípio da legalidade.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Sobre a definição de tributo, é correto afirmar que

- (A) é inadmissível que ilícito administrativo, cometido pelo contribuinte, acarrete aumento no valor de tributo devido.
- (B) é admissível o pagamento de tributo mediante a prestação de trabalho ao ente tributante.
- (C) ato praticado por incapaz, sem assistência ou representação, não gera obrigação de pagar tributo.
- (D) o confisco, previsto em norma aduaneira em caso de descaminho, é uma modalidade de tributo.

50. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto concluir que

- (A) o conceito de bem imóvel rural obedece ao critério da destinação.
- (B) é possível a adoção de alíquotas de acordo com a utilização do imóvel.
- (C) o lançamento do imposto, via de regra, dá-se de ofício.
- (D) é possível o Município fiscalizar o tributo, podendo conceder isenção ou outro tipo de redução do imposto.

51. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) fato gerador da obrigação tributária ocorre, em situação de fato, desde quando esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
- (B) a posterior concessão de anistia altera a natureza da obrigação tributária.
- (C) o sujeito ativo é a pessoa que pode exigir o tributo; não necessariamente coincide com aquela que deve instituí-lo.
- (D) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o contribuinte, não podendo ser opostos à Fazenda Pública acordos entre particulares para modificá-lo.

52. Sobre a moratória, pode-se concluir que

- (A) lei paulista pode fazer com que a moratória abranja créditos cujos lançamentos ainda não tenham sido iniciados.
- (B) a concessão de moratória em caráter individual pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto gera direito adquirido.
- (C) a norma paulistana concessiva de moratória deve ser pessoal; não pode discriminar sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) pode ser concedida por ato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às contribuições para a seguridade social.

53. Considerado o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.
- (B) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre compensação e extinção de tributos.
- (C) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre consignação em pagamento e conversão em renda.
- (D) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e sobre decadência.

54. Estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis

- (A) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município.
- (B) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município, desde que dentro da circunscrição máxima de 10 quilômetros de raio.
- (C) situados na zona urbana do Município, definida em lei municipal e que possuam pelo menos dois melhoramentos, dentre os quais, sistema de esgotos sanitários, abastecimento de água, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição, construídos e mantidos pelo Poder Público.
- (D) que, situados na zona rural do Município, sejam objeto de atenção do Município, quanto a serviços de coleta de lixo prestados pela Prefeitura Municipal.

## DIREITO CIVIL

55. No que se refere ao casamento religioso com efeitos civis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os efeitos civis do casamento religioso serão alcançados após o regular processo de habilitação, que poderá ser prévio ou posterior à celebração do casamento.
- (B) O casamento religioso que atender às exigências legais para a validade do casamento civil produz efeitos a partir da data de sua inscrição no livro de Registro Civil das Pessoas Naturais.
- (C) A morte de um dos cônjuges não impedirá o registro civil do casamento religioso realizado validamente, quando o pedido de registro for encaminhado dentro do prazo da lei.
- (D) Será nulo o registro civil do casamento religioso quando já registrado anteriormente o casamento civil de algum dos cônjuges.

56. Os alimentos côngruos são

- (A) de natureza indenizatória, decorrentes de ato ilícito.
- (B) aqueles estritamente necessários à sobrevivência do alimentando.
- (C) aqueles que têm como causa a morte do alimentante e são fixados por meio de legado de alimentos, em cédula testamentária.
- (D) aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos.

57. No que concerne ao protutor, é correto afirmar que

- (A) não está obrigado à prestação de contas.
- (B) a ele incumbe o exercício exclusivo da tutela, mediante aprovação judicial, se os atos de gestão exigirem conhecimentos técnicos, forem complexos ou realizados em lugares distantes do domicílio do tutor.
- (C) ele é nomeado pelo juiz para fiscalizar os atos do tutor.
- (D) não faz jus ao recebimento de uma gratificação arbitrada pelo juiz.



- 58.** Na sucessão legítima, a aceitação da herança pelo herdeiro  
(A) pode ser submetida a termo ou condição.  
(B) é revogável.  
(C) pode abranger apenas alguns bens ou direitos do acervo hereditário.  
(D) pode ser reputada por ineficaz se for verificada a incapacidade sucessória do herdeiro.
- 59.** A exclusão por indignidade  
(A) é feita por testamento, com declaração de causa.  
(B) alcança os herdeiros legítimos e testamentários.  
(C) está sempre fundada em fatos anteriores à morte do autor da herança.  
(D) abrange todos os motivos da deserdação.
- 60.** Na ordem de vocação hereditária, os colaterais  
(A) são herdeiros necessários, até o sexto grau.  
(B) são herdeiros necessários, até o terceiro grau.  
(C) são herdeiros facultativos, até o quarto grau.  
(D) não são herdeiros necessários, nem, tampouco, facultativos, podendo ser contemplados, tão somente, por meio de testamento.
- 61.** Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que  
(A) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.  
(B) sua vigência será imediata.  
(C) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.  
(D) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.
- 62.** Nos negócios jurídicos, são vedadas as condições  
(A) simplesmente potestativas.  
(B) puramente potestativas.  
(C) mistas.  
(D) casuais.
- 63.** Dois indivíduos pretendem realizar determinado negócio prejudicial a terceiro ou em fraude à lei. Para escondê-lo, ou dar-lhe aparência diversa, realizam outro negócio. Há, portanto, dois negócios: um deles é o aparente, destinado a enganar; o outro é o oculto, mas verdadeiramente desejado. Nesse caso, há  
(A) dolo.  
(B) simulação absoluta.  
(C) lesão.  
(D) simulação relativa.
- 64.** No âmbito das obrigações divisíveis com pluralidade de sujeitos no polo passivo, nada sendo expressamente disposto em lei, nem no contrato, acerca da natureza e limites da obrigação de cada qual, no aspecto interno presume-se que a obrigação é  
(A) fracionária.  
(B) alternativa.  
(C) conjunta.  
(D) solidária.
- 65.** Nas obrigações de não fazer, incorre-se em mora  
(A) após regular notificação acerca da prática do ato cuja abstenção era exigível, delineando-se a mora *ex persona*.  
(B) a partir do momento em que se executa o ato de que deveria abster-se, independentemente de qualquer notificação, caracterizando-se a mora *ex re*.  
(C) somente após regular distribuição de ação em conflito de interesses processual.  
(D) somente após citação válida em sede de conflito de interesses processual.
- 66.** A lesão e a onerosidade excessiva na teoria geral dos contratos referem-se ao princípio do(a)  
(A) equilíbrio econômico.  
(B) função social do contrato.  
(C) boa-fé objetiva.  
(D) autonomia privada.
- 67.** No comodato precário,  
(A) a mora é *ex re*, de modo que a qualquer tempo afigura-se viável o pedido de reintegração de posse do bem.  
(B) o comodante poderá retomar a coisa a qualquer tempo, com o uso moderado dos meios necessários, prescindindo de intervenção judicial.  
(C) a mora é *ex persona*, impondo-se como condição de procedibilidade à reintegração a prévia notificação do comodatário.  
(D) o comodatário poderá opor a exceção de usucapião, com fundamento na continuidade da posse legítima.
- 68.** Na troca ou permuta de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, o ato é  
(A) ineficaz.  
(B) inexistente.  
(C) nulo.  
(D) anulável.



- 69.** Na celebração de contrato de seguro de um edifício no montante de um milhão de reais, houve distribuição simultânea do risco para cinco seguradores. Trata-se de
- (A) Seguro Sucessivo.
  - (B) Cosseguro.
  - (C) Resseguro Facultativo.
  - (D) Resseguro Automático.
- 70.** A Convenção Condominial tem natureza jurídica de
- (A) ato jurídico em sentido estrito.
  - (B) negócio jurídico bilateral.
  - (C) negócio jurídico unilateral.
  - (D) negócio jurídico plurilateral.
- 71.** Condomínio que existe em virtude da propriedade comum de lindeiros quanto à meação de paredes, cercas, muros e valas entre casas denomina-se:
- (A) Condomínio *in solidum*.
  - (B) Condomínio voluntário.
  - (C) Condomínio necessário.
  - (D) Condomínio edifício.
- 72.** No que se refere às árvores limítrofes, é correto afirmar que os frutos que eventualmente se desprenderem de uma árvore situada em terreno vizinho e vierem a cair em solo particular pertencerão
- (A) ao proprietário do solo em que caírem, se este for de propriedade particular.
  - (B) em condomínio necessário, em igualdade, aos proprietários confinantes.
  - (C) exclusivamente ao proprietário onde situada a árvore.
  - (D) sempre ao Poder Público.
- 73.** Os bens que podem ser objeto de hipoteca são
- (A) todos os bens móveis.
  - (B) todos os bens imóveis e seus acessórios, excluídos quaisquer outros.
  - (C) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham. Os navios e aeronaves não poderão ser objeto de hipoteca, porquanto não caracterizam bens imóveis.
  - (D) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham, os navios e as aeronaves.
- 74.** Cotejando a usucapião extraordinária e ordinária, resulta que aquela dispensa os seguintes requisitos em relação a esta:
- (A) apenas o Justo Título, sendo necessária a Boa-fé subjetiva.
  - (B) Justo Título e Boa-fé subjetiva.
  - (C) apenas a Boa-fé subjetiva, sendo necessário o Justo Título.
  - (D) apenas a Boa-fé objetiva, sendo necessária a subjetiva.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 75.** João pretende cobrar judicialmente Antônio por débito por este contraído. Antes do ajuizamento da demanda, João toma conhecimento de que Antônio faleceu, tendo sido aberto inventário com nomeação de inventariante dativo. João deverá mover a demanda em face
- (A) do cônjuge de Antônio.
  - (B) dos herdeiros e sucessores de Antônio.
  - (C) do espólio de Antônio, representado pelo inventariante dativo.
  - (D) do espólio de Antônio, representado pelo cônjuge sobrevivente.
- 76.** Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,
- (A) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
  - (B) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
  - (C) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
  - (D) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
- 77.** A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução
- (A) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
  - (B) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
  - (C) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
  - (D) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
- 78.** A impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, considerado bem de família, é oponível em qualquer processo de execução, salvo se movido para
- (A) cobrança de débito decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
  - (B) cobrança de débito decorrente do não pagamento de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
  - (C) cobrança de débito decorrente de contrato de alienação fiduciária.
  - (D) cobrança de débito decorrente de relação de consumo.



**79.** Na ação de busca e apreensão de automóvel alienado fiduciariamente em garantia, a comprovação da mora do devedor deve se dar pela juntada com a petição inicial de

(A) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos e de termo de protesto do título representativo da dívida, cumprindo ao credor apresentar ambos os documentos.

(B) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação desta, de termo de protesto do título representativo da dívida.

(C) termo de protesto do título representativo da dívida ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação deste, de notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.

(D) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou de termo de protesto do título representativo da dívida, a critério do credor.

**80.** Na ação de despejo por falta de pagamento, admite-se a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel desde que

(A) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a três meses e preste o autor caução idônea.

(B) preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato desprovido de garantia locatícia.

(C) preste o autor caução no valor equivalente a seis meses de aluguel e esteja o contrato garantido por seguro de fiança locatícia.

(D) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a seis meses, preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato garantido por fiança.

## DIREITO PENAL

**81.** Em relação ao crime de bigamia, pode-se afirmar que se caracteriza quando:

I. contrai alguém, sendo casado, novo casamento;

II. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença ainda não transitada em julgado, novo casamento;

III. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença transitada em julgado, mas não averbada à margem do assento de casamento, novo enlace.

São corretas as afirmativas

(A) I e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

**82.** O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime

(A) de ação pública condicionada à representação da vítima.

(B) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.

(C) apenado com reclusão em qualquer hipótese.

(D) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.

**83.** Pode-se afirmar que o princípio da legalidade

(A) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.

(B) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.

(C) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.

(D) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.

**84.** Analise as afirmações a seguir.

I. O ato de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui crime contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/90.

II. Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima ou não a filiação, por vedação legal expressa.

III. É cabível a ação mandamental de *habeas data*, a fim de permitir o fornecimento das informações registradas, ou em banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público, relativas ao próprio interessado requerente.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) I e III.

(B) III.

(C) II.

(D) II e III.

**85.** Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo

(A) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.

(B) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.

(C) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.

(D) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.



**86.** No que se refere à prova, no processo penal, pode-se afirmar que:

I. a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;

II. é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes;

III. são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;

IV. são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras e as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença

(A) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.

(B) que pronunciar ou impronunciar o acusado.

(C) que absolver sumariamente o acusado.

(D) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

**88.** Pelo instituto da remição,

(A) computa-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.

(B) o ofendido concede perdão ao querelado.

(C) o tempo de execução da pena em regime fechado ou semiaberto é reduzido pelo trabalho do condenado.

(D) o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A simples assinatura de um terceiro constante do anverso de uma nota promissória, abaixo da assinatura do subscritor, é considerada como

(A) aceite.

(B) fiança.

(C) endosso.

(D) aval.

**90.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a escritura de emissão de debêntures, sem garantia real, deve ser inscrita no (A) registro civil de pessoa jurídica.

(B) registro de imóveis.

(C) registro do comércio.

(D) registro de títulos e documentos.

**91.** Na compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, o título de crédito que documenta o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador é

(A) o conhecimento de transporte.

(B) a duplicata.

(C) a letra de câmbio.

(D) a nota promissória.

**92.** Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da cédula de crédito industrial, perde o direito de regresso contra endossadores e avalistas.

(B) A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição; antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.

(C) A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.

(D) Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real.

**93.** A concessão da recuperação judicial

(A) depende da apresentação de certidões negativas dos cartórios de protesto.

(B) é anotada no Registro Público de Empresas.

(C) impede o protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade do devedor.

(D) implica novação dos créditos anteriores ao pedido e afastamento do devedor ou seus administradores da condução das atividades empresariais.



**94.** Considere as afirmações a seguir.

- I. O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
  - II. A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
  - III. A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito. De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, estão corretas
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II e III, apenas.

**95.** Quando o microempresário ou empresa de pequeno porte efetua o pagamento do título com cheque sem a devida provisão de fundos, os benefícios referentes ao protesto de títulos são automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto pelo prazo de

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 1 (um) mês.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.

**96.** Assinale a alternativa correta.

- (A) É exigida a apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, para a alienação de bem imóvel integrante do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário.
- (B) Os Fundos de Investimento Imobiliário têm personalidade jurídica.
- (C) Os bens integrantes do patrimônio do Fundo de Investimento integram o patrimônio da instituição administradora.
- (D) As quotas dos Fundos de Investimento Imobiliário constituem valores mobiliários, admitida a emissão sob a forma escritural.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**97.** O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os quilombos eram comunidades formadas por índios que resistiram à colonização europeia.
- (B) Os quilombos eram comunidades onde viviam pessoas de origem africana, independente da causa de sua formação.
- (C) Os quilombos eram comunidades formadas por pessoas que resistiram às diversas formas de opressão, tais como a escravidão, a ditadura e as perseguições políticas.
- (D) Os quilombos eram comunidades isoladas formadas por escravos fugidos do cativeiro, sendo que os quilombos maiores, como Palmares, reproduziam a organização social africana, com reis e diversas classes sociais, incluindo escravos.

**98.** O Brasil passou por uma mudança política relevante em 1889.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa mudança.

- (A) A libertação dos escravos, que desagradou os proprietários de terra por um lado e trouxe o apoio dos libertos ao governo por outro.
- (B) A proclamação da república.
- (C) A aproximação com os governos da Argentina e do Uruguai, formando um bloco de comércio e defesa mútua que deu origem, nos dias de hoje, ao Mercosul.
- (D) A queda do governo, causada pelo déficit decorrente da Guerra do Paraguai alguns anos antes.

**99.** Considere as afirmações apresentadas a seguir com relação ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

- I. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigatório para todo delegado do serviço notarial ou registral que tenha prepostos regidos pela CLT.
  - II. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial e registral que tenha prepostos regidos pela CLT para serviços que, pela natureza ou método de trabalho, exponham os trabalhadores a atividades insalubres ou perigosas.
  - III. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial ou registral que tenham mais de 10 (dez) prepostos regidos pela CLT.
  - IV. O delegado deverá anualmente mandar realizar exame periódico para todos os prepostos da unidade de serviço notarial ou registral, atividade que se faz indispensável para identificação de alterações na saúde do funcionário quando comparadas a exames anteriores.
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) I.
  - (B) III e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) II, III e IV.

**100.** A sigla e-PING significa:

- (A) Padrões de Infraestrutura de Governo Eletrônico.
- (B) Padrões de Interoperabilidade Nacional de Governo Eletrônico.
- (C) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.
- (D) Padrões de Infraestrutura Nacional de Governo Eletrônico.



## VERSÃO 02 (GABARITO)

1 - B	2 - B	3 - A	4 - C	5 - B	6 - C	7 - A	8 - D	9 - D	10 - B
11 - A	12 - A	13 - C	14 - D	15 - A	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - B	22 - A	23 - D	24 - A	25 - B	26 - D	27 - D	28 - C	29 - A	30 - B
31 - A	32 - C	33 - B	34 - C	35 - C	36 - D	37 - A	38 - D	39 - B	40 - C
41 - B	42 - D	43 - C	44 - A	45 - C	46 - C	47 - D	48 - B	49 - A	50 - B
51 - C	52 - A	53 - A	54 - C	55 - B	56 - D	57 - C	58 - D	59 - B	60 - C
61 - A	62 - B	63 - D	64 - A	65 - B	66 - A	67 - C	68 - D	69 - B	70 - D
71 - C	72 - A	73 - D	74 - B	75 - B	76 - A	77 - C	78 - A	79 - D	80 - B
81 - B	82 - C	83 - D	84 - A	85 - B	86 - D	87 - D	88 - C	89 - D	90 - C
91 - B	92 - A	93 - B	94 - C	95 - A	96 - D	97 - D	98 - B	99 - C	100 - C

### VERSÃO 03

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### REGISTROS PÚBLICOS

**01.** Sobre a escritura de divórcio consensual, é correto afirmar que

(A) admite-se, na partilha dessa escritura, a aplicação subsidiária das normas relativas à partilha em inventário extrajudicial.

(B) a partilha dos bens comuns deve ser realizada quando da lavratura do ato.

(C) as partes podem ser representadas por procuração lavrada por notário estrangeiro, desde que utilizada no prazo de cento e vinte dias.

(D) qualquer disposição da escritura somente pode ser retificada com a presença das duas partes, ou de seus representantes, e do advogado.

**02.** Com relação ao Registro Central de Testamentos (RCT-o), assinale a alternativa que contém a afirmação correta.

(A) A comunicação é obrigatória apenas se houver testamento lavrado e deverá ser realizada até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prática do ato.

(B) Qualquer pessoa, independentemente de demonstrar interesse, poderá requerer diretamente ao órgão gestor do RCT-o e dele obter informação sobre a existência ou não de testamento.

(C) O ofício de informação deverá ser respondido no prazo máximo de cinco dias úteis.

(D) A certidão do testamento poderá ser solicitada diretamente no tabelionato onde lavrado o ato notarial.

**03.** Em relação ao livro de notas, é correto afirmar que

(A) a aquisição será realizada por meio da corregedoria permanente de cada tabelionato.

(B) o Tabelião poderá autorizar prepostos, mediante indicação expressa ao fabricante, a receber, em seu nome, livro de notas.

(C) a atualização, junto ao fabricante do livro, do nome dos responsáveis pelas unidades vagas será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça.

(D) o fabricante do livro encaminhará semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça inventário completo das entregas realizadas a cada serventia.

**04.** Sobre a certidão de ato notarial, pode-se concluir corretamente que

(A) a emissão de traslado de ato incompleto somente é possível mediante ordem da Corregedoria Permanente.

(B) é obrigatória a manutenção de classificador próprio para arquivamento dos documentos referentes à requisição e recebimento de papel de segurança.

(C) a utilização da pública-forma é permitida quando há expresse pedido do usuário, devendo essa petição ser arquivada em classificador próprio.

(D) o papel de segurança de certidão pode ser excepcionalmente repassado entre unidades extrajudiciais, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.

**05.** Do ato de reconhecimento de firmas, é correto concluir que

(A) é obrigatório o uso de etiqueta adesiva na lavratura de reconhecimento de firma por autenticidade, devendo nela constar as assinaturas da parte e do escrevente autorizado.

(B) o reconhecimento, por tabelião, de firma de Juiz de Direito, em documento autenticado por Oficial de Justiça, é obrigatório para gerar efeitos na comarca onde o documento será apresentado.

(C) é possível reconhecimento de firma de uma das partes em documento no qual falte assinatura de todas as outras.

(D) é possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira apenas se apresentada conjuntamente com ele a tradução realizada por tradutor juramentado.

**06.** O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deve ser visado pelo Juiz Corregedor Permanente:

(A) anualmente.

(B) quadrimestralmente.

(C) semestralmente.

(D) trimestralmente.



- 07.** De acordo com a Lei Estadual n.º 11.331, de 26 de dezembro de 2002, os Municípios são
- (A) isentos do pagamento de emolumentos.
  - (B) sujeitos ao pagamento integral do valor dos emolumentos.
  - (C) sujeitos ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos emolumentos.
  - (D) isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- 08.** O prazo para tirada do protesto é, em princípio, de
- (A) 5 (cinco) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (B) 3 (três) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
  - (C) 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (D) 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- 09.** Para a lavratura do ato notarial, considera-se atualizada a certidão do Registro de Imóveis expedida há
- (A) 5 (cinco) dias.
  - (B) 30 (trinta) dias.
  - (C) 10 (dez) dias.
  - (D) 90 (noventa) dias.
- 10.** Considera-se deficitária, para fins de complementação da renda mínima, a serventia
- (A) de registro civil cuja receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
  - (B) cuja receita líquida não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
  - (C) de registro civil cuja receita bruta não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
  - (D) cuja receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
- 11.** Considerando os parâmetros para definição de valor da base de cálculo, no caso de usufruto, os emolumentos dos atos notariais serão calculados
- (A) sobre o valor integral do imóvel.
  - (B) com redução de 40% (quarenta por cento).
  - (C) sobre a terça parte do valor do imóvel.
  - (D) sobre dois terços do valor do imóvel.
- 12.** No registro de nascimento, não se fará qualquer referência:
- I. à natureza da filiação;
  - II. ao lugar e cartório do casamento dos pais;
  - III. ao estado civil dos pais.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III, apenas.
- 13.** No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado,
- (A) serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
  - (B) será dispensado o registro de óbito, fazendo-se a averbação no registro de nascimento.
  - (C) será lavrado o registro de óbito, no livro "C", dispensando-se a lavratura do registro de nascimento.
  - (D) o registro será feito no livro "C Auxiliar" – de registro de natimortos, com os elementos que couberem.
- 14.** Em relação ao casamento, conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,
- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (B) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (C) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteira.
  - (D) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteira.
- 15.** O título ou documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente
- (A) poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
  - (B) só poderá ser pago ou retirado com autorização judicial.
  - (C) poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
  - (D) poderá ser pago pelo devedor, independentemente de autorização judicial.
- 16.** Efetuado o pagamento de um título no Tabelionato de Protesto, o dinheiro ou os cheques de liquidação serão postos à disposição do credor ou do apresentante autorizado a receber no
- (A) quinto dia útil depois do pagamento.
  - (B) segundo dia útil depois do pagamento.
  - (C) terceiro dia útil depois do pagamento.
  - (D) primeiro dia útil depois do pagamento.



**17.** Sobre prenotação no Registro de Imóveis, analise as seguintes afirmações.

I. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

II. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão se, decorridos 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

III. Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

IV. Transitada em julgado a decisão que julgou a dúvida procedente, assim que tomar ciência da decisão, o oficial a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

**18.** Para a averbação de penhora decorrente de execuções fiscais, havendo exigências a cumprir, o Oficial do Registro de Imóveis as comunicará ao Juízo competente no prazo de

- (A) três dias.
- (B) quinze dias.
- (C) dez dias.
- (D) cinco dias.

**19.** Acerca da caução locatícia, analise as seguintes afirmações.

I. Deve ser considerada como hipoteca e registrada na matrícula do imóvel caucionado.

II. Deve ser registrada na matrícula do imóvel caucionado e averbada na matrícula do imóvel locado.

III. Deve ser averbada na matrícula do imóvel caucionado.

IV. Os emolumentos devidos pelo ato registral serão pagos quando da efetivação de seu cancelamento, ou do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel caucionado, pelos valores vigentes à época do pagamento.

Está correto o contido em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**20.** Com relação às tabelas de custas e emolumentos, analise as seguintes afirmações.

I. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

II. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, apenas quando tenha havido o depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

III. Para atendimento aos deficientes visuais, deve ser obrigatoriamente disponibilizada pela serventia notarial ou registral tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou, alternativamente, em arquivo sonoro (audioarquivo).

IV. Os oficiais de registros e os notários devem ser sensíveis aos portadores de necessidades especiais e, de acordo com suas possibilidades, podem, facultativamente, disponibilizar tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou em arquivo sonoro (audioarquivo), destinada aos deficientes visuais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

**21.** A gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima é atualmente exercida pelo(a)

- (A) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
- (B) Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – CGJSP.
- (C) Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP.
- (D) Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG/SP.

**22.** O registro e a autenticação dos livros das associações civis são feitos

- (A) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade da sede da entidade.
- (B) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
- (C) por Tabelação de Notas de livre escolha da entidade.
- (D) pela Junta Comercial do Estado.

**23.** Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de “habite-se” e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão reduzidos em:

I. 75% (setenta e cinco por cento) para os empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II. 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV;

III. 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e até dez salários mínimos;

IV. 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos.



Está correto o contido em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**24.** Sobre o livro de Visitas e Correições, pode-se afirmar corretamente que

(A) será aberto e numerado pelo delegado do serviço notarial ou registral, e o termo de abertura será subscrito pelo Juiz Corregedor Permanente, que também autenticará e rubricará todas as suas folhas, podendo utilizar, para tal, processo mecânico de autenticação.

(B) é utilizado livro-padrão encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado, para lavratura dos termos de visitas e correições realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e das inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.

(C) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo Juiz Corregedor Permanente, que poderá utilizar processo mecânico de autenticação para apor sua rubrica em todas as suas folhas.

(D) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo delegado, podendo ser utilizado, para rubrica em todas as suas folhas, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

**25.** Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatoriamente comunicadas pelo Oficial de Registro de Imóveis ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, na seguinte periodicidade:

- (A) trimestralmente.
- (B) bimestralmente.
- (C) mensalmente.
- (D) semestralmente.

**26.** É competente para autenticar microfilmes apresentados por particulares o

- (A) tabelião de notas.
- (B) oficial do registro civil das pessoas naturais em relação às empresas registradas na Junta Comercial do Estado e localizadas no território de sua competência registral.
- (C) oficial do registro de títulos e documentos.
- (D) oficial do registro civil das pessoas jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.

**27.** Com relação à investidura de delegado do serviço notarial e registral, analise as seguintes afirmações.

I. A investidura será deferida ao delegado após a verificação dos requisitos legais e regulamentares, bem como da apresentação de declaração de bens.

II. No ato da investidura, deverão ser apresentadas cópias das apólices dos seguros de responsabilidade civil notarial/registral e de incêndio das instalações do imóvel onde se encontra instalado o respectivo serviço.

III. É competente, para investir o delegado na delegação escolhida em sessão pública, o Juiz Corregedor Permanente do serviço respectivo, que deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria Geral da Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.

**28.** Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, analise as seguintes afirmações.

I. A habilitação matrimonial perante o oficial do registro civil das pessoas naturais poderá ser antes ou depois da celebração pela autoridade ou ministro religioso.

II. O termo ou assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.

III. O registro civil de casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização. Após referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

IV. O casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil poderá ser registrado a qualquer tempo desde que se proceda à prévia habilitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.

**29.** No caso de registro de óbito de pessoa estrangeira, deverá o oficial do registro civil das pessoas naturais enviar cópia ou certidão desse registro para a seguinte instituição:

- (A) Embaixada ou Consulado no Brasil do país de nacionalidade do morto.
- (B) Ministério da Justiça.
- (C) Ministério das Relações Exteriores.
- (D) Receita Federal do Brasil.

**30.** Quanto ao livro de Visitas do Ministério Público, é um livro

- (A) facultativo para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (B) facultativo para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (C) obrigatório para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (D) obrigatório para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.



31. As comunicações entre as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado de São Paulo, para fins de anotações de novos registros e averbações nos assentamentos primitivos, são feitas

(A) por meio eletrônico, no e-mail oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, desde que a remessa seja devidamente assinada com Certificado Digital ICP-Brasil.

(B) por meio eletrônico, via "intranet".

(C) por meio eletrônico, no e-mail oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

(D) mediante carta relacionada em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo.

32. Pretendendo lavrar escritura de compra e venda de imóvel, o interessado

(A) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca do domicílio do devedor, fixando-se a competência para eventual ação judicial.

(B) deve dirigir-se ao tabelião de notas existente na comarca do domicílio do vendedor.

(C) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca da situação do imóvel.

(D) pode escolher livremente o tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objetos do ato ou negócio.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia o texto a seguir para responder à questão de número 33.

A base do *habeas corpus*, uma ação de natureza constitucional, é assegurar a liberdade do indivíduo (direito de ir e vir), ameaçada pelo chamado constrangimento ilegal. Existem três modalidades desta ação: a) o *habeas corpus* preventivo, interposto antes do constrangimento, visa impedir a ocorrência deste último; b) o *habeas corpus* suspensivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumado o constrangimento ilegal e, por fim; c) o *habeas corpus* episódico, cabível quando o constrangimento ilegal é praticado por particular.

33. De acordo com o texto, é correto afirmar que

(A) não existe o *habeas corpus* episódico.

(B) o *habeas corpus* preventivo não existe mais. Trata-se de construção doutrinária largamente aceita até a primeira metade do século XX.

(C) para impetrar o *habeas corpus* suspensivo é preciso constituir advogado.

(D) o *habeas corpus* é uma ação de natureza administrativa e não constitucional. A presença do *habeas corpus* na Constituição vigente, de 1988, é absolutamente acidental.

34. A Ação Civil Pública se volta à tutela dos direitos

(A) difusos, direitos comunitários e interesses individuais homogêneos.

(B) difusos, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

(C) difusos, direitos coletivos e interesses individuais heterogêneos.

(D) sociais, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

35. Com relação ao *quorum* para a produção de normas pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

(B) Maioria absoluta é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

(C) Maioria qualificada é toda aquela que exige 4/6 dos integrantes do colegiado.

(D) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos integrantes do colegiado.

36. Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por

(A) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.

(B) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.

(C) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.

(D) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.

37. Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.os 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que

(A) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.

(B) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.

(C) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.

(D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

38. A legislação ordinária produzida sob a vigência de uma dada constituição e que se mostra compatível ou harmônica em face de uma nova constituição é considerada válida em decorrência da

(A) recepção.

(B) constitucionalidade presumida dos atos lícitos.

(C) repristinação.

(D) plena legalidade do poder constituinte reformador.

39. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo ações constitucionais chamadas de *writs*. Dentre estas ações, há uma que visa proteger o exercício de um direito constitucional pelo cidadão, tornado inviável pela falta de norma regulamentadora. Trata-se do(a)

(A) mandado de segurança coletivo.

(B) *habeas data* extensivo.

(C) mandado de injunção.

(D) ação de descumprimento de preceito fundamental.



40. A competência legislativa disposta na Constituição Federal permite aos entes políticos, em certas matérias e em dadas circunstâncias, legislar concomitantemente sobre as mesmas matérias. É a chamada competência concorrente. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar corretamente que

(A) se o Estado-membro já tiver editado lei sobre dada matéria, a superveniência de lei federal sobre o mesmo tema não interfere na aplicação da lei estadual.

(B) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros.

(C) a única matéria em que uma lei municipal não cederá e nem deixará de ser aplicada ante uma legislação federal é a de meio ambiente.

(D) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico, é correto afirmar que

(A) por razões de interesse público, a regra *rebus sic stantibus* não é aplicada nos contratos administrativos.

(B) no contrato de locação de bem imóvel, aplica-se o regime jurídico de direito público quando a Administração for parte.

(C) o regime jurídico de direito público e o princípio constitucional da igualdade não permitem à Administração o uso de cláusulas exorbitantes.

(D) ao ocasionar efeitos no contrato, a majoração de tributo realizada por ente de outra esfera administrativa caracteriza fato do príncipe.

42. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva no caso de conduta omissiva.

(B) a teoria do risco integral é a regra mais utilizada no Brasil para definir a responsabilidade civil do Estado.

(C) as concessionárias de serviço público respondem objetivamente, mesmo que o prejudicado não seja usuário.

(D) em regra, o ato estatal e o dano que a vítima sofre são elementos necessários e suficientes para caracterizar a responsabilidade civil do Estado.

43. Sobre o controle dos atos da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que

(A) ato administrativo discricionário pode ser anulado por análise do seu mérito.

(B) ato administrativo inválido pode ser recusado pelo cidadão, independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.

(C) o controle existente entre a administração direta e a indireta é não-hierárquico.

(D) o Judiciário, ao aplicar o princípio da razoabilidade, pode alterar a pena aplicada pela Administração em processo administrativo disciplinar.

44. Sobre desapropriação, é correto afirmar que o(a)

(A) competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.

(B) competência do Chefe do Poder Executivo, na fase declaratória da desapropriação, não é exclusiva.

(C) Estado de São Paulo não pode desapropriar imóvel, situado em região metropolitana, para fins de política urbana.

(D) Município pode, por interesse social, desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária.

45. Sobre bens públicos, é correto concluir que

(A) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso comum do povo pertencentes à União; portanto, são inalienáveis.

(B) bens necessários à prestação de serviço público não podem ser penhorados, exceto se pertencentes à pessoa jurídica de direito privado.

(C) bens públicos são insusceptíveis de desapropriação.

(D) pode ser autorizado discricionariamente o uso privativo de bem público a particular não pertencente à Administração Pública.

46. Sobre poder de polícia, é correto afirmar que

(A) a concessão de licença para construir é um ato administrativo vinculado, derivado do exercício do poder de polícia.

(B) o poder de polícia pode ser delegado a particular por decreto ou outra norma administrativa, desde que específica e clara em seu objeto.

(C) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área.

(D) a multa imposta pela Administração no exercício do poder de polícia pode ser executada diretamente pela via administrativa, devido ao atributo da autoexecutoriedade.

47. Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que

(A) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.

(B) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.

(C) não se aplica ao servidor estável.

(D) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.

48. O ato administrativo, ainda que discricionário, quando tiver sua prática motivada, fica vinculado aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, o ato praticado é nulo. Assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se do princípio da legalidade.

(B) O ato administrativo discricionário não pode ser motivado.

(C) Os motivos dos atos administrativos decorrem da lei.

(D) Trata-se da teoria dos motivos determinantes.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Sobre a definição de tributo, é correto afirmar que

- (A) ato praticado por incapaz, sem assistência ou representação, não gera obrigação de pagar tributo.
- (B) é inadmissível que ilícito administrativo, cometido pelo contribuinte, acarrete aumento no valor de tributo devido.
- (C) é admissível o pagamento de tributo mediante a prestação de trabalho ao ente tributante.
- (D) o confisco, previsto em norma aduaneira em caso de descaminho, é uma modalidade de tributo.

50. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto concluir que

- (A) o conceito de bem imóvel rural obedece ao critério da destinação.
- (B) é possível o Município fiscalizar o tributo, podendo conceder isenção ou outro tipo de redução do imposto.
- (C) é possível a adoção de alíquotas de acordo com a utilização do imóvel.
- (D) o lançamento do imposto, via de regra, dá-se de ofício.

51. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) a posterior concessão de anistia altera a natureza da obrigação tributária.
- (B) o sujeito ativo é a pessoa que pode exigir o tributo; não necessariamente coincide com aquela que deve instituí-lo.
- (C) fato gerador da obrigação tributária ocorre, em situação de fato, desde quando esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
- (D) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o contribuinte, não podendo ser opostos à Fazenda Pública acordos entre particulares para modificá-lo.

52. Sobre a moratória, pode-se concluir que

- (A) pode ser concedida por ato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às contribuições para a seguridade social.
- (B) a concessão de moratória em caráter individual pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto gera direito adquirido.
- (C) lei paulista pode fazer com que a moratória abranja créditos cujos lançamentos ainda não tenham sido iniciados.
- (D) a norma paulistana concessiva de moratória deve ser impessoal; não pode discriminar sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

53. Considerado o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre compensação e extinção de tributos.
- (B) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e sobre decadência.
- (C) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre consignação em pagamento e conversão em renda.
- (D) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.

54. Estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis

- (A) situados na zona urbana do Município, definida em lei municipal e que possuam pelo menos dois melhoramentos, dentre os quais, sistema de esgotos sanitários, abastecimento de água, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição, construídos e mantidos pelo Poder Público.
- (B) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município, desde que dentro da circunscrição máxima de 10 quilômetros de raio.
- (C) que, situados na zona rural do Município, sejam objeto de atenção do Município, quanto a serviços de coleta de lixo prestados pela Prefeitura Municipal.
- (D) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município.

## DIREITO CIVIL

55. No que se refere ao casamento religioso com efeitos civis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Será nulo o registro civil do casamento religioso quando já registrado anteriormente o casamento civil de algum dos cônjuges.
- (B) Os efeitos civis do casamento religioso serão alcançados após o regular processo de habilitação, que poderá ser prévio ou posterior à celebração do casamento.
- (C) A morte de um dos cônjuges não impedirá o registro civil do casamento religioso realizado validamente, quando o pedido de registro for encaminhado dentro do prazo da lei.
- (D) O casamento religioso que atender às exigências legais para a validade do casamento civil produz efeitos a partir da data de sua inscrição no livro de Registro Civil das Pessoas Naturais.

56. Os alimentos côngruos são

- (A) aqueles que têm como causa a morte do alimentante e são fixados por meio de legado de alimentos, em cédula testamentária.
- (B) aqueles estritamente necessários à sobrevivência do alimentando.
- (C) aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos.
- (D) de natureza indenizatória, decorrentes de ato ilícito.

57. No que concerne ao protutor, é correto afirmar que

- (A) ele é nomeado pelo juiz para fiscalizar os atos do tutor.
- (B) não está obrigado à prestação de contas.
- (C) a ele incumbe o exercício exclusivo da tutela, mediante aprovação judicial, se os atos de gestão exigirem conhecimentos técnicos, forem complexos ou realizados em lugares distantes do domicílio do tutor.
- (D) não faz jus ao recebimento de uma gratificação arbitrada pelo juiz.



- 58.** Na sucessão legítima, a aceitação da herança pelo herdeiro  
(A) pode ser submetida a termo ou condição.  
(B) pode abranger apenas alguns bens ou direitos do acervo hereditário.  
(C) pode ser reputada por ineficaz se for verificada a incapacidade sucessória do herdeiro.  
(D) é revogável.
- 59.** A exclusão por indignidade  
(A) alcança os herdeiros legítimos e testamentários.  
(B) abrange todos os motivos da deserdação.  
(C) está sempre fundada em fatos anteriores à morte do autor da herança.  
(D) é feita por testamento, com declaração de causa.
- 60.** Na ordem de vocação hereditária, os colaterais  
(A) são herdeiros necessários, até o terceiro grau.  
(B) são herdeiros facultativos, até o quarto grau.  
(C) são herdeiros necessários, até o sexto grau.  
(D) não são herdeiros necessários, nem, tampouco, facultativos, podendo ser contemplados, tão somente, por meio de testamento.
- 61.** Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que  
(A) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.  
(B) sua vigência será imediata.  
(C) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.  
(D) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.
- 62.** Nos negócios jurídicos, são vedadas as condições  
(A) mistas.  
(B) simplesmente potestativas.  
(C) puramente potestativas.  
(D) casuais.
- 63.** Dois indivíduos pretendem realizar determinado negócio prejudicial a terceiro ou em fraude à lei. Para escondê-lo, ou dar-lhe aparência diversa, realizam outro negócio. Há, portanto, dois negócios: um deles é o aparente, destinado a enganar; o outro é o oculto, mas verdadeiramente desejado. Nesse caso, há  
(A) simulação relativa.  
(B) simulação absoluta.  
(C) dolo.  
(D) lesão.
- 64.** No âmbito das obrigações divisíveis com pluralidade de sujeitos no polo passivo, nada sendo expressamente disposto em lei, nem no contrato, acerca da natureza e limites da obrigação de cada qual, no aspecto interno presume-se que a obrigação é  
(A) solidária.  
(B) fracionária.  
(C) conjunta.  
(D) alternativa.
- 65.** Nas obrigações de não fazer, incorre-se em mora  
(A) após regular notificação acerca da prática do ato cuja abstenção era exigível, delineando-se a mora *ex persona*.  
(B) somente após regular distribuição de ação em conflito de interesses processual.  
(C) somente após citação válida em sede de conflito de interesses processual.  
(D) a partir do momento em que se executa o ato de que deveria abster-se, independentemente de qualquer notificação, caracterizando-se a mora *ex re*.
- 66.** A lesão e a onerosidade excessiva na teoria geral dos contratos referem-se ao princípio do(a)  
(A) autonomia privada.  
(B) equilíbrio econômico.  
(C) boa-fé objetiva.  
(D) função social do contrato.
- 67.** No comodato precário,  
(A) a mora é *ex persona*, impondo-se como condição de procedibilidade à reintegração a prévia notificação do comodatário.  
(B) a mora é *ex re*, de modo que a qualquer tempo afigura-se viável o pedido de reintegração de posse do bem.  
(C) o comodante poderá retomar a coisa a qualquer tempo, com o uso moderado dos meios necessários, prescindindo de intervenção judicial.  
(D) o comodatário poderá opor a exceção de usucapião, com fundamento na continuidade da posse legítima.
- 68.** Na troca ou permuta de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, o ato é  
(A) ineficaz.  
(B) anulável.  
(C) inexistente.  
(D) nulo.



69. Na celebração de contrato de seguro de um edifício no montante de um milhão de reais, houve distribuição simultânea do risco para cinco seguradores. Trata-se de
- (A) Resseguro Facultativo.
  - (B) Seguro Sucessivo.
  - (C) Cosseguro.
  - (D) Resseguro Automático.
70. A Convenção Condominial tem natureza jurídica de
- (A) negócio jurídico plurilateral.
  - (B) ato jurídico em sentido estrito.
  - (C) negócio jurídico unilateral.
  - (D) negócio jurídico bilateral.
71. Condomínio que existe em virtude da propriedade comum de lindeiros quanto à meação de paredes, cercas, muros e valas entre casas denomina-se:
- (A) Condomínio necessário.
  - (B) Condomínio voluntário.
  - (C) Condomínio edifício.
  - (D) Condomínio *in solidum*.
72. No que se refere às árvores limítrofes, é correto afirmar que os frutos que eventualmente se desprenderem de uma árvore situada em terreno vizinho e vierem a cair em solo particular pertencerão
- (A) em condomínio necessário, em igualdade, aos proprietários confinantes.
  - (B) sempre ao Poder Público.
  - (C) exclusivamente ao proprietário onde situada a árvore.
  - (D) ao proprietário do solo em que caírem, se este for de propriedade particular.
73. Os bens que podem ser objeto de hipoteca são
- (A) todos os bens móveis.
  - (B) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham, os navios e as aeronaves.
  - (C) todos os bens imóveis e seus acessórios, excluídos quaisquer outros.
  - (D) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham. Os navios e aeronaves não poderão ser objeto de hipoteca, porquanto não caracterizam bens imóveis.
74. Cotejando a usucapião extraordinária e ordinária, resulta que aquela dispensa os seguintes requisitos em relação a esta:
- (A) apenas a Boa-fé subjetiva, sendo necessário o Justo Título.
  - (B) apenas o Justo Título, sendo necessária a Boa-fé subjetiva.
  - (C) Justo Título e Boa-fé subjetiva.
  - (D) apenas a Boa-fé objetiva, sendo necessária a subjetiva.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. João pretende cobrar judicialmente Antônio por débito por este contraído. Antes do ajuizamento da demanda, João toma conhecimento de que Antônio faleceu, tendo sido aberto inventário com nomeação de inventariante dativo. João deverá mover a demanda em face
- (A) do cônjuge de Antônio.
  - (B) do espólio de Antônio, representado pelo inventariante dativo.
  - (C) do espólio de Antônio, representado pelo cônjuge sobrevivente.
  - (D) dos herdeiros e sucessores de Antônio.
76. Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,
- (A) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
  - (B) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
  - (C) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
  - (D) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
77. A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução
- (A) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
  - (B) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
  - (C) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
  - (D) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
78. A impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, considerado bem de família, é oponível em qualquer processo de execução, salvo se movido para
- (A) cobrança de débito decorrente do não pagamento de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
  - (B) cobrança de débito decorrente de contrato de alienação fiduciária.
  - (C) cobrança de débito decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
  - (D) cobrança de débito decorrente de relação de consumo.



**79.** Na ação de busca e apreensão de automóvel alienado fiduciariamente em garantia, a comprovação da mora do devedor deve se dar pela juntada com a petição inicial de

(A) termo de protesto do título representativo da dívida ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação deste, de notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.

(B) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação desta, de termo de protesto do título representativo da dívida.

(C) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou de termo de protesto do título representativo da dívida, a critério do credor.

(D) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos e de termo de protesto do título representativo da dívida, cumprindo ao credor apresentar ambos os documentos.

**80.** Na ação de despejo por falta de pagamento, admite-se a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel desde que

(A) preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato desprovido de garantia locatícia.

(B) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a seis meses, preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato garantido por fiança.

(C) preste o autor caução no valor equivalente a seis meses de aluguel e esteja o contrato garantido por seguro de fiança locatícia.

(D) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a três meses e preste o autor caução idônea.

## DIREITO PENAL

**81.** Em relação ao crime de bigamia, pode-se afirmar que se caracteriza quando:

I. contrai alguém, sendo casado, novo casamento;

II. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença ainda não transitada em julgado, novo casamento;

III. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença transitada em julgado, mas não averbada à margem do assento de casamento, novo enlace.

São corretas as afirmativas

(A) I, II e III.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

**82.** O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime

(A) de ação pública condicionada à representação da vítima.

(B) apenado com reclusão em qualquer hipótese.

(C) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.

(D) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.

**83.** Pode-se afirmar que o princípio da legalidade

(A) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.

(B) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.

(C) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.

(D) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.

**84.** Analise as afirmações a seguir.

I. O ato de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui crime contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/90.

II. Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima ou não a filiação, por vedação legal expressa.

III. É cabível a ação mandamental de *habeas data*, a fim de permitir o fornecimento das informações registradas, ou em banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público, relativas ao próprio interessado requerente.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) II.

(B) III.

(C) II e III.

(D) I e III.

**85.** Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo

(A) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.

(B) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.

(C) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.

(D) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.



**86.** No que se refere à prova, no processo penal, pode-se afirmar que:

I. a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;

II. é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes;

III. são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;

IV. são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras e as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença

(A) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.

(B) que absolver sumariamente o acusado.

(C) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

(D) que pronunciar ou impronunciar o acusado.

**88.** Pelo instituto da remição,

(A) o tempo de execução da pena em regime fechado ou semiaberto é reduzido pelo trabalho do condenado.

(B) o ofendido concede perdão ao querelado.

(C) o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.

(D) computa-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A simples assinatura de um terceiro constante do anverso de uma nota promissória, abaixo da assinatura do subscritor, é considerada como

(A) aval.

(B) aceite.

(C) endosso.

(D) fiança.

**90.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a escritura de emissão de debêntures, sem garantia real, deve ser inscrita no

(A) registro civil de pessoa jurídica.

(B) registro do comércio.

(C) registro de títulos e documentos.

(D) registro de imóveis.

**91.** Na compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, o título de crédito que documenta o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador é

(A) a nota promissória.

(B) o conhecimento de transporte.

(C) a letra de câmbio.

(D) a duplicata.

**92.** Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.

(B) A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição; antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.

(C) Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real.

(D) O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da cédula de crédito industrial, perde o direito de regresso contra endossadores e avalistas.

**93.** A concessão da recuperação judicial

(A) é anotada no Registro Público de Empresas.

(B) impede o protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade do devedor.

(C) depende da apresentação de certidões negativas dos cartórios de protesto.

(D) implica novação dos créditos anteriores ao pedido e afastamento do devedor ou seus administradores da condução das atividades empresariais.



**94.** Considere as afirmações a seguir.

I. O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.

II. A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

III. A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, estão corretas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III, apenas.

(D) I e III, apenas.

**95.** Quando o microempresário ou empresa de pequeno porte efetua o pagamento do título com cheque sem a devida provisão de fundos, os benefícios referentes ao protesto de títulos são automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto pelo prazo de

(A) 1 (um) mês.

(B) 3 (três) anos.

(C) 1 (um) ano.

(D) 5 (cinco) anos.

**96.** Assinale a alternativa correta.

(A) Os bens integrantes do patrimônio do Fundo de Investimento integram o patrimônio da instituição administradora.

(B) Os Fundos de Investimento Imobiliário têm personalidade jurídica.

(C) As quotas dos Fundos de Investimento Imobiliário constituem valores mobiliários, admitida a emissão sob a forma escritural.

(D) É exigida a apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, para a alienação de bem imóvel integrante do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**97.** O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

(A) Os quilombos eram comunidades isoladas formadas por escravos fugidos do cativeiro, sendo que os quilombos maiores, como Palmares, reproduziam a organização social africana, com reis e diversas classes sociais, incluindo escravos.

(B) Os quilombos eram comunidades onde viviam pessoas de origem africana, independente da causa de sua formação.

(C) Os quilombos eram comunidades formadas por índios que resistiram à colonização europeia.

(D) Os quilombos eram comunidades formadas por pessoas que resistiram às diversas formas de opressão, tais como a escravidão, a ditadura e as perseguições políticas.

**98.** O Brasil passou por uma mudança política relevante em 1889. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa mudança.

(A) A proclamação da república.

(B) A queda do governo, causada pelo déficit decorrente da Guerra do Paraguai alguns anos antes.

(C) A aproximação com os governos da Argentina e do Uruguai, formando um bloco de comércio e defesa mútua que deu origem, nos dias de hoje, ao Mercosul.

(D) A libertação dos escravos, que desagradou os proprietários de terra por um lado e trouxe o apoio dos libertos ao governo por outro.

**99.** Considere as afirmações apresentadas a seguir com relação ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

I. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigatório para todo delegado do serviço notarial ou registral que tenha prepostos regidos pela CLT.

II. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial e registral que tenha prepostos regidos pela CLT para serviços que, pela natureza ou método de trabalho, exponham os trabalhadores a atividades insalubres ou perigosas.

III. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial ou registral que tenham mais de 10 (dez) prepostos regidos pela CLT.

IV. O delegado deverá anualmente mandar realizar exame periódico para todos os prepostos da unidade de serviço notarial ou registral, atividade que se faz indispensável para identificação de alterações na saúde do funcionário quando comparadas a exames anteriores.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) I.

(B) II, III e IV.

(C) III e IV.

(D) I e IV.

**100.** A sigla e-PING significa:

(A) Padrões de Interoperabilidade Nacional de Governo Eletrônico.

(B) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

(C) Padrões de Infraestrutura de Governo Eletrônico.

(D) Padrões de Infraestrutura Nacional de Governo Eletrônico.



### VERSÃO 03 (GABARITO)

1 - A	2 - D	3 - B	4 - B	5 - C	6 - A	7 - D	8 - C	9 - B	10 - D
11 - C	12 - C	13 - A	14 - A	15 - B	16 - D	17 - B	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - B	23 - C	24 - D	25 - A	26 - C	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - B	32 - D	33 - A	34 - B	35 - A	36 - C	37 - C	38 - A	39 - C	40 - D
41 - D	42 - C	43 - B	44 - B	45 - D	46 - A	47 - A	48 - D	49 - B	50 - C
51 - B	52 - C	53 - D	54 - A	55 - D	56 - C	57 - A	58 - C	59 - A	60 - B
61 - D	62 - C	63 - A	64 - B	65 - D	66 - B	67 - A	68 - B	69 - C	70 - A
71 - A	72 - D	73 - B	74 - C	75 - D	76 - B	77 - A	78 - C	79 - C	80 - A
81 - D	82 - B	83 - C	84 - D	85 - A	86 - B	87 - C	88 - A	89 - A	90 - B
91 - D	92 - D	93 - A	94 - B	95 - C	96 - C	97 - A	98 - A	99 - D	100 - B

### VERSÃO 04

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### REGISTROS PÚBLICOS

**01.** Sobre a escritura de divórcio consensual, é correto afirmar que

(A) qualquer disposição da escritura somente pode ser retificada com a presença das duas partes, ou de seus representantes, e do advogado.

(B) a partilha dos bens comuns deve ser realizada quando da lavratura do ato.

(C) admite-se, na partilha dessa escritura, a aplicação subsidiária das normas relativas à partilha em inventário extrajudicial.

(D) as partes podem ser representadas por procuração lavrada por notário estrangeiro, desde que utilizada no prazo de cento e vinte dias.

**02.** Com relação ao Registro Central de Testamentos (RCT-o), assinale a alternativa que contém a afirmação correta.

(A) A certidão do testamento poderá ser solicitada diretamente no tabelionato onde lavrado o ato notarial.

(B) Qualquer pessoa, independentemente de demonstrar interesse, poderá requerer diretamente ao órgão gestor do RCT-o e dele obter informação sobre a existência ou não de testamento.

(C) A comunicação é obrigatória apenas se houver testamento lavrado e deverá ser realizada até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prática do ato.

(D) O ofício de informação deverá ser respondido no prazo máximo de cinco dias úteis.

**03.** Em relação ao livro de notas, é correto afirmar que

(A) a aquisição será realizada por meio da corregedoria permanente de cada tabelionato.

(B) a atualização, junto ao fabricante do livro, do nome dos responsáveis pelas unidades vagas será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) o fabricante do livro encaminhará semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça inventário completo das entregas realizadas a cada serventia.

(D) o Tabelião poderá autorizar prepostos, mediante indicação expressa ao fabricante, a receber, em seu nome, livro de notas.

**04.** Sobre a certidão de ato notarial, pode-se concluir corretamente que

(A) é obrigatória a manutenção de classificador próprio para arquivamento dos documentos referentes à requisição e recebimento de papel de segurança.

(B) o papel de segurança de certidão pode ser excepcionalmente repassado entre unidades extrajudiciais, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.

(C) a utilização da pública-forma é permitida quando há expresse pedido do usuário, devendo essa petição ser arquivada em classificador próprio.

(D) a emissão de traslado de ato incompleto somente é possível mediante ordem da Corregedoria Permanente.

**05.** Do ato de reconhecimento de firmas, é correto concluir que

(A) é possível reconhecimento de firma de uma das partes em documento no qual falte assinatura de todas as outras.

(B) o reconhecimento, por tabelião, de firma de Juiz de Direito, em documento autenticado por Oficial de Justiça, é obrigatório para gerar efeitos na comarca onde o documento será apresentado.

(C) é possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira apenas se apresentada conjuntamente com ele a tradução realizada por tradutor juramentado.

(D) é obrigatório o uso de etiqueta adesiva na lavratura de reconhecimento de firma por autenticidade, devendo nela constar as assinaturas da parte e do escrevente autorizado.

**06.** O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deve ser visado pelo Juiz Corregedor Permanente:

(A) trimestralmente.

(B) anualmente.

(C) semestralmente.

(D) quadrimestralmente.



- 07.** De acordo com a Lei Estadual n.º 11.331, de 26 de dezembro de 2002, os Municípios são
- (A) isentos do pagamento de emolumentos.
  - (B) sujeitos ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos emolumentos.
  - (C) isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
  - (D) sujeitos ao pagamento integral do valor dos emolumentos.
- 08.** O prazo para tirada do protesto é, em princípio, de
- (A) 3 (três) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
  - (B) 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (C) 5 (cinco) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
  - (D) 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- 09.** Para a lavratura do ato notarial, considera-se atualizada a certidão do Registro de Imóveis expedida há
- (A) 30 (trinta) dias.
  - (B) 10 (dez) dias.
  - (C) 5 (cinco) dias.
  - (D) 90 (noventa) dias.
- 10.** Considera-se deficitária, para fins de complementação da renda mínima, a serventia
- (A) cuja receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
  - (B) cuja receita líquida não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
  - (C) de registro civil cuja receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
  - (D) de registro civil cuja receita bruta não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
- 11.** Considerando os parâmetros para definição de valor da base de cálculo, no caso de usufruto, os emolumentos dos atos notariais serão calculados
- (A) sobre o valor integral do imóvel.
  - (B) sobre dois terços do valor do imóvel.
  - (C) com redução de 40% (quarenta por cento).
  - (D) sobre a terça parte do valor do imóvel.
- 12.** No registro de nascimento, não se fará qualquer referência:
- I. à natureza da filiação;
  - II. ao lugar e cartório do casamento dos pais;
  - III. ao estado civil dos pais.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
- 13.** No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado,
- (A) o registro será feito no livro "C Auxiliar" – de registro de natimortos, com os elementos que couberem.
  - (B) serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
  - (C) será lavrado o registro de óbito, no livro "C", dispensando-se a lavratura do registro de nascimento.
  - (D) será dispensado o registro de óbito, fazendo-se a averbação no registro de nascimento.
- 14.** Em relação ao casamento, conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,
- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (B) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteira.
  - (C) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
  - (D) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteira.
- 15.** O título ou documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente
- (A) poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
  - (B) poderá ser pago pelo devedor, independentemente de autorização judicial.
  - (C) só poderá ser pago ou retirado com autorização judicial.
  - (D) poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
- 16.** Efetuado o pagamento de um título no Tabelionato de Protesto, o dinheiro ou os cheques de liquidação serão postos à disposição do credor ou do apresentante autorizado a receber no
- (A) quinto dia útil depois do pagamento.
  - (B) segundo dia útil depois do pagamento.
  - (C) terceiro dia útil depois do pagamento.
  - (D) primeiro dia útil depois do pagamento.



**17.** Sobre prenotação no Registro de Imóveis, analise as seguintes afirmações.

I. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

II. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão se, decorridos 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

III. Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

IV. Transitada em julgado a decisão que julgou a dúvida procedente, assim que tomar ciência da decisão, o oficial a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.

**18.** Para a averbação de penhora decorrente de execuções fiscais, havendo exigências a cumprir, o Oficial do Registro de Imóveis as comunicará ao Juízo competente no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) três dias.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.

**19.** Acerca da caução locatícia, analise as seguintes afirmações.

I. Deve ser considerada como hipoteca e registrada na matrícula do imóvel caucionado.

II. Deve ser registrada na matrícula do imóvel caucionado e averbada na matrícula do imóvel locado.

III. Deve ser averbada na matrícula do imóvel caucionado.

IV. Os emolumentos devidos pelo ato registral serão pagos quando da efetivação de seu cancelamento, ou do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel caucionado, pelos valores vigentes à época do pagamento.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**20.** Com relação às tabelas de custas e emolumentos, analise as seguintes afirmações.

I. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

II. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, apenas quando tenha havido o depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

III. Para atendimento aos deficientes visuais, deve ser obrigatoriamente disponibilizada pela serventia notarial ou registral tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou, alternativamente, em arquivo sonoro (audioarquivo).

IV. Os oficiais de registros e os notários devem ser sensíveis aos portadores de necessidades especiais e, de acordo com suas possibilidades, podem, facultativamente, disponibilizar tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou em arquivo sonoro (audioarquivo), destinada aos deficientes visuais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.

**21.** A gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima é atualmente exercida pelo(a)

- (A) Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP.
- (B) Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – CGJSP.
- (C) Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG/SP.
- (D) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

**22.** O registro e a autenticação dos livros das associações civis são feitos

- (A) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade da sede da entidade.
- (B) por Tabelião de Notas de livre escolha da entidade.
- (C) pela Junta Comercial do Estado.
- (D) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.

**23.** Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de “habite-se” e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão reduzidos em:

I. 75% (setenta e cinco por cento) para os empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II. 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV;

III. 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e até dez salários mínimos;

IV. 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos.



Está correto o contido em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**24.** Sobre o livro de Visitas e Correições, pode-se afirmar corretamente que

(A) será aberto e numerado pelo delegado do serviço notarial ou registral, e o termo de abertura será subscrito pelo Juiz Corregedor Permanente, que também autenticará e rubricará todas as suas folhas, podendo utilizar, para tal, processo mecânico de autenticação.

(B) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo Juiz Corregedor Permanente, que poderá utilizar processo mecânico de autenticação para apor sua rubrica em todas as suas folhas.

(C) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo delegado, podendo ser utilizado, para rubrica em todas as suas folhas, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

(D) é utilizado livro-padrão encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado, para lavratura dos termos de visitas e correições realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e das inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**25.** Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatoriamente comunicadas pelo Oficial de Registro de Imóveis ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, na seguinte periodicidade:

- (A) mensalmente.
- (B) bimestralmente.
- (C) semestralmente.
- (D) trimestralmente.

**26.** É competente para autenticar microfilmes apresentados por particulares o

- (A) oficial do registro de títulos e documentos.
- (B) tabelião de notas.
- (C) oficial do registro civil das pessoas naturais em relação às empresas registradas na Junta Comercial do Estado e localizadas no território de sua competência registral.
- (D) oficial do registro civil das pessoas jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.

**27.** Com relação à investidura de delegado do serviço notarial e registral, analise as seguintes afirmações.

I. A investidura será deferida ao delegado após a verificação dos requisitos legais e regulamentares, bem como da apresentação de declaração de bens.

II. No ato da investidura, deverão ser apresentadas cópias das apólices dos seguros de responsabilidade civil notarial/registral e de incêndio das instalações do imóvel onde se encontra instalado o respectivo serviço.

III. É competente, para investir o delegado na delegação escolhida em sessão pública, o Juiz Corregedor Permanente do serviço respectivo, que deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria Geral da Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

**28.** Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, analise as seguintes afirmações.

I. A habilitação matrimonial perante o oficial do registro civil das pessoas naturais poderá ser antes ou depois da celebração pela autoridade ou ministro religioso.

II. O termo ou assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.

III. O registro civil de casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização. Após referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

IV. O casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil poderá ser registrado a qualquer tempo desde que se proceda à prévia habilitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

**29.** No caso de registro de óbito de pessoa estrangeira, deverá o oficial do registro civil das pessoas naturais enviar cópia ou certidão desse registro para a seguinte instituição:

- (A) Embaixada ou Consulado no Brasil do país de nacionalidade do morto.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Receita Federal do Brasil.
- (D) Ministério da Justiça.

**30.** Quanto ao livro de Visitas do Ministério Público, é um livro

- (A) obrigatório para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (B) facultativo para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (C) obrigatório para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (D) facultativo para todas as unidades de serviços notariais e registrais.



31. As comunicações entre as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado de São Paulo, para fins de anotações de novos registros e averbações nos assentamentos primitivos, são feitas

(A) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, desde que a remessa seja devidamente assinada com Certificado Digital ICP-Brasil.

(B) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

(C) mediante carta relacionada em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo.

(D) por meio eletrônico, via "intranet".

32. Pretendendo lavrar escritura de compra e venda de imóvel, o interessado

(A) deve dirigir-se ao tabelião de notas existente na comarca do domicílio do vendedor.

(B) pode escolher livremente o tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objetos do ato ou negócio.

(C) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca da situação do imóvel.

(D) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca do domicílio do devedor, fixando-se a competência para eventual ação judicial.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia o texto a seguir para responder à questão de número 33.

A base do *habeas corpus*, uma ação de natureza constitucional, é assegurar a liberdade do indivíduo (direito de ir e vir), ameaçada pelo chamado constrangimento ilegal. Existem três modalidades desta ação: a) o *habeas corpus* preventivo, interposto antes do constrangimento, visa impedir a ocorrência deste último; b) o *habeas corpus* suspensivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumado o constrangimento ilegal e, por fim; c) o *habeas corpus* episódico, cabível quando o constrangimento ilegal é praticado por particular.

33. De acordo com o texto, é correto afirmar que

(A) o *habeas corpus* é uma ação de natureza administrativa e não constitucional. A presença do *habeas corpus* na Constituição vigente, de 1988, é absolutamente acidental.

(B) o *habeas corpus* preventivo não existe mais. Trata-se de construção doutrinária largamente aceita até a primeira metade do século XX.

(C) não existe o *habeas corpus* episódico.

(D) para impetrar o *habeas corpus* suspensivo é preciso constituir advogado.

34. A Ação Civil Pública se volta à tutela dos direitos

(A) sociais, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

(B) difusos, direitos comunitários e interesses individuais homogêneos.

(C) difusos, direitos coletivos e interesses individuais heterogêneos.

(D) difusos, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.

35. Com relação ao *quorum* para a produção de normas pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos integrantes do colegiado.

(B) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

(C) Maioria qualificada é toda aquela que exige 4/6 dos integrantes do colegiado.

(D) Maioria absoluta é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.

36. Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por

(A) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.

(B) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.

(C) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.

(D) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.

37. Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.os 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que

(A) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.

(B) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

(C) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.

(D) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.

38. A legislação ordinária produzida sob a vigência de uma dada constituição e que se mostra compatível ou harmônica em face de uma nova constituição é considerada válida em decorrência da

(A) repristinação.

(B) recepção.

(C) constitucionalidade presumida dos atos lícitos.

(D) plena legalidade do poder constituinte reformador.

39. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo ações constitucionais chamadas de *writs*. Dentre estas ações, há uma que visa proteger o exercício de um direito constitucional pelo cidadão, tornado inviável pela falta de norma regulamentadora. Trata-se do(a)

(A) mandado de injunção.

(B) *habeas data* extensivo.

(C) ação de descumprimento de preceito fundamental.

(D) mandado de segurança coletivo.



40. A competência legislativa disposta na Constituição Federal permite aos entes políticos, em certas matérias e em dadas circunstâncias, legislar concomitantemente sobre as mesmas matérias. É a chamada competência concorrente. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar corretamente que

(A) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

(B) se o Estado-membro já tiver editado lei sobre dada matéria, a superveniência de lei federal sobre o mesmo tema não interfere na aplicação da lei estadual.

(C) a única matéria em que uma lei municipal não cederá e nem deixará de ser aplicada ante uma legislação federal é a de meio ambiente.

(D) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico, é correto afirmar que

(A) o regime jurídico de direito público e o princípio constitucional da igualdade não permitem à Administração o uso de cláusulas exorbitantes.

(B) no contrato de locação de bem imóvel, aplica-se o regime jurídico de direito público quando a Administração for parte.

(C) ao ocasionar efeitos no contrato, a majoração de tributo realizada por ente de outra esfera administrativa caracteriza fato do príncipe.

(D) por razões de interesse público, a regra *rebus sic stantibus* não é aplicada nos contratos administrativos.

42. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

(A) as concessionárias de serviço público respondem objetivamente, mesmo que o prejudicado não seja usuário.

(B) a responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva no caso de conduta omissiva.

(C) a teoria do risco integral é a regra mais utilizada no Brasil para definir a responsabilidade civil do Estado.

(D) em regra, o ato estatal e o dano que a vítima sofre são elementos necessários e suficientes para caracterizar a responsabilidade civil do Estado.

43. Sobre o controle dos atos da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que

(A) o Judiciário, ao aplicar o princípio da razoabilidade, pode alterar a pena aplicada pela Administração em processo administrativo disciplinar.

(B) ato administrativo discricionário pode ser anulado por análise do seu mérito.

(C) o controle existente entre a administração direta e a indireta é não-hierárquico.

(D) ato administrativo inválido pode ser recusado pelo cidadão, independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.

44. Sobre desapropriação, é correto afirmar que o(a)

(A) competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.

(B) Município pode, por interesse social, desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária.

(C) competência do Chefe do Poder Executivo, na fase declaratória da desapropriação, não é exclusiva.

(D) Estado de São Paulo não pode desapropriar imóvel, situado em região metropolitana, para fins de política urbana.

45. Sobre bens públicos, é correto concluir que

(A) bens necessários à prestação de serviço público não podem ser penhorados, exceto se pertencentes à pessoa jurídica de direito privado.

(B) pode ser autorizado discricionariamente o uso privativo de bem público a particular não pertencente à Administração Pública.

(C) bens públicos são insusceptíveis de desapropriação.

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso comum do povo pertencentes à União; portanto, são inalienáveis.

46. Sobre poder de polícia, é correto afirmar que

(A) a multa imposta pela Administração no exercício do poder de polícia pode ser executada diretamente pela via administrativa, devido ao atributo da autoexecutoriedade.

(B) a concessão de licença para construir é um ato administrativo vinculado, derivado do exercício do poder de polícia.

(C) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área.

(D) o poder de polícia pode ser delegado a particular por decreto ou outra norma administrativa, desde que específica e clara em seu objeto.

47. Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que

(A) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.

(B) não se aplica ao servidor estável.

(C) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.

(D) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.

48. O ato administrativo, ainda que discricionário, quando tiver sua prática motivada, fica vinculado aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, o ato praticado é nulo.

Assinale a alternativa correta.

(A) Os motivos dos atos administrativos decorrem da lei.

(B) O ato administrativo discricionário não pode ser motivado.

(C) Trata-se da teoria dos motivos determinantes.

(D) Trata-se do princípio da legalidade.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Sobre a definição de tributo, é correto afirmar que

- (A) ato praticado por incapaz, sem assistência ou representação, não gera obrigação de pagar tributo.
- (B) é admissível o pagamento de tributo mediante a prestação de trabalho ao ente tributante.
- (C) o confisco, previsto em norma aduaneira em caso de descaminho, é uma modalidade de tributo.
- (D) é inadmissível que ilícito administrativo, cometido pelo contribuinte, acarrete aumento no valor de tributo devido.

50. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto concluir que

- (A) é possível a adoção de alíquotas de acordo com a utilização do imóvel.
- (B) é possível o Município fiscalizar o tributo, podendo conceder isenção ou outro tipo de redução do imposto.
- (C) o lançamento do imposto, via de regra, dá-se de ofício.
- (D) o conceito de bem imóvel rural obedece ao critério da destinação.

51. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o contribuinte, não podendo ser opostos à Fazenda Pública acordos entre particulares para modificá-lo.
- (B) a posterior concessão de anistia altera a natureza da obrigação tributária.
- (C) fato gerador da obrigação tributária ocorre, em situação de fato, desde quando esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
- (D) o sujeito ativo é a pessoa que pode exigir o tributo; não necessariamente coincide com aquela que deve instituí-lo.

52. Sobre a moratória, pode-se concluir que

- (A) pode ser concedida por ato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às contribuições para a seguridade social.
- (B) lei paulista pode fazer com que a moratória abranja créditos cujos lançamentos ainda não tenham sido iniciados.
- (C) a norma paulistana concessiva de moratória deve ser impessoal; não pode discriminar sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) a concessão de moratória em caráter individual pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto gera direito adquirido.

53. Considerado o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre compensação e extinção de tributos.
- (B) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre consignação em pagamento e conversão em renda.
- (C) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.
- (D) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e sobre decadência.

54. Estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis

- (A) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município.
- (B) situados na zona urbana do Município, definida em lei municipal e que possuam pelo menos dois melhoramentos, dentre os quais, sistema de esgotos sanitários, abastecimento de água, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição, construídos e mantidos pelo Poder Público.
- (C) que, situados na zona rural do Município, sejam objeto de atenção do Município, quanto a serviços de coleta de lixo prestados pela Prefeitura Municipal.
- (D) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município, desde que dentro da circunscrição máxima de 10 quilômetros de raio.

## DIREITO CIVIL

55. No que se refere ao casamento religioso com efeitos civis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A morte de um dos cônjuges não impedirá o registro civil do casamento religioso realizado validamente, quando o pedido de registro for encaminhado dentro do prazo da lei.
- (B) Os efeitos civis do casamento religioso serão alcançados após o regular processo de habilitação, que poderá ser prévio ou posterior à celebração do casamento.
- (C) O casamento religioso que atender às exigências legais para a validade do casamento civil produz efeitos a partir da data de sua inscrição no livro de Registro Civil das Pessoas Naturais.
- (D) Será nulo o registro civil do casamento religioso quando já registrado anteriormente o casamento civil de algum dos cônjuges.

56. Os alimentos côngruos são

- (A) aqueles estritamente necessários à sobrevivência do alimentando.
- (B) aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos.
- (C) aqueles que têm como causa a morte do alimentante e são fixados por meio de legado de alimentos, em cédula testamentária.
- (D) de natureza indenizatória, decorrentes de ato ilícito.

57. No que concerne ao protutor, é correto afirmar que

- (A) não está obrigado à prestação de contas.
- (B) não faz jus ao percebimento de uma gratificação arbitrada pelo juiz.
- (C) a ele incumbe o exercício exclusivo da tutela, mediante aprovação judicial, se os atos de gestão exigirem conhecimentos técnicos, forem complexos ou realizados em lugares distantes do domicílio do tutor.
- (D) ele é nomeado pelo juiz para fiscalizar os atos do tutor.



- 58.** Na sucessão legítima, a aceitação da herança pelo herdeiro  
(A) pode ser reputada por ineficaz se for verificada a incapacidade sucessória do herdeiro.  
(B) pode ser submetida a termo ou condição.  
(C) pode abranger apenas alguns bens ou direitos do acervo hereditário.  
(D) é revogável.
- 59.** A exclusão por indignidade  
(A) é feita por testamento, com declaração de causa.  
(B) abrange todos os motivos da deserdação.  
(C) alcança os herdeiros legítimos e testamentários.  
(D) está sempre fundada em fatos anteriores à morte do autor da herança.
- 60.** Na ordem de vocação hereditária, os colaterais  
(A) não são herdeiros necessários, nem, tampouco, facultativos, podendo ser contemplados, tão somente, por meio de testamento.  
(B) são herdeiros necessários, até o terceiro grau.  
(C) são herdeiros necessários, até o sexto grau.  
(D) são herdeiros facultativos, até o quarto grau.
- 61.** Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que  
(A) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.  
(B) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.  
(C) sua vigência será imediata.  
(D) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.
- 62.** Nos negócios jurídicos, são vedadas as condições  
(A) casuais.  
(B) simplesmente potestativas.  
(C) mistas.  
(D) puramente potestativas.
- 63.** Dois indivíduos pretendem realizar determinado negócio prejudicial a terceiro ou em fraude à lei. Para escondê-lo, ou dar-lhe aparência diversa, realizam outro negócio. Há, portanto, dois negócios: um deles é o aparente, destinado a enganar; o outro é o oculto, mas verdadeiramente desejado. Nesse caso, há  
(A) dolo.  
(B) simulação relativa.  
(C) simulação absoluta.  
(D) lesão.
- 64.** No âmbito das obrigações divisíveis com pluralidade de sujeitos no polo passivo, nada sendo expressamente disposto em lei, nem no contrato, acerca da natureza e limites da obrigação de cada qual, no aspecto interno presume-se que a obrigação é  
(A) solidária.  
(B) alternativa.  
(C) fracionária.  
(D) conjunta.
- 65.** Nas obrigações de não fazer, incorre-se em mora  
(A) a partir do momento em que se executa o ato de que deveria abster-se, independentemente de qualquer notificação, caracterizando-se a mora *ex re*.  
(B) somente após regular distribuição de ação em conflito de interesses processual.  
(C) após regular notificação acerca da prática do ato cuja abstenção era exigível, delineando-se a mora *ex persona*.  
(D) somente após citação válida em sede de conflito de interesses processual.
- 66.** A lesão e a onerosidade excessiva na teoria geral dos contratos referem-se ao princípio do(a)  
(A) autonomia privada.  
(B) função social do contrato.  
(C) equilíbrio econômico.  
(D) boa-fé objetiva.
- 67.** No comodato precário,  
(A) a mora é *ex re*, de modo que a qualquer tempo afigura-se viável o pedido de reintegração de posse do bem.  
(B) o comodatário poderá opor a exceção de usucapião, com fundamento na continuidade da posse legítima.  
(C) o comodante poderá retomar a coisa a qualquer tempo, com o uso moderado dos meios necessários, prescindindo de intervenção judicial.  
(D) a mora é *ex persona*, impondo-se como condição de procedibilidade à reintegração a prévia notificação do comodatário.
- 68.** Na troca ou permuta de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, o ato é  
(A) anulável.  
(B) inexistente.  
(C) ineficaz.  
(D) nulo.



69. Na celebração de contrato de seguro de um edifício no montante de um milhão de reais, houve distribuição simultânea do risco para cinco seguradores. Trata-se de
- (A) Resseguro Automático.
  - (B) Seguro Sucessivo.
  - (C) Resseguro Facultativo.
  - (D) Cosseguro.
70. A Convenção Condominial tem natureza jurídica de
- (A) ato jurídico em sentido estrito.
  - (B) negócio jurídico unilateral.
  - (C) negócio jurídico plurilateral.
  - (D) negócio jurídico bilateral.
71. Condomínio que existe em virtude da propriedade comum de lindeiros quanto à meação de paredes, cercas, muros e valas entre casas denomina-se:
- (A) Condomínio *in solidum*.
  - (B) Condomínio necessário.
  - (C) Condomínio edilício.
  - (D) Condomínio voluntário.
72. No que se refere às árvores limítrofes, é correto afirmar que os frutos que eventualmente se desprenderem de uma árvore situada em terreno vizinho e vierem a cair em solo particular pertencerão
- (A) em condomínio necessário, em igualdade, aos proprietários confinantes.
  - (B) exclusivamente ao proprietário onde situada a árvore.
  - (C) ao proprietário do solo em que caírem, se este for de propriedade particular.
  - (D) sempre ao Poder Público.
73. Os bens que podem ser objeto de hipoteca são
- (A) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham, os navios e as aeronaves.
  - (B) todos os bens imóveis e seus acessórios, excluídos quaisquer outros.
  - (C) todos os bens móveis.
  - (D) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham. Os navios e aeronaves não poderão ser objeto de hipoteca, porquanto não caracterizam bens imóveis.
74. Cotejando a usucapião extraordinária e ordinária, resulta que aquela dispensa os seguintes requisitos em relação a esta:
- (A) apenas a Boa-fé objetiva, sendo necessária a subjetiva.
  - (B) apenas o Justo Título, sendo necessária a Boa-fé subjetiva.
  - (C) apenas a Boa-fé subjetiva, sendo necessário o Justo Título.
  - (D) Justo Título e Boa-fé subjetiva.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. João pretende cobrar judicialmente Antônio por débito por este contraído. Antes do ajuizamento da demanda, João toma conhecimento de que Antônio faleceu, tendo sido aberto inventário com nomeação de inventariante dativo. João deverá mover a demanda em face
- (A) dos herdeiros e sucessores de Antônio.
  - (B) do espólio de Antônio, representado pelo inventariante dativo.
  - (C) do cônjuge de Antônio.
  - (D) do espólio de Antônio, representado pelo cônjuge sobrevivente.
76. Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,
- (A) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
  - (B) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
  - (C) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
  - (D) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
77. A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução
- (A) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
  - (B) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
  - (C) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
  - (D) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
78. A impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, considerado bem de família, é oponível em qualquer processo de execução, salvo se movido para
- (A) cobrança de débito decorrente do não pagamento de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
  - (B) cobrança de débito decorrente de relação de consumo.
  - (C) cobrança de débito decorrente de contrato de alienação fiduciária.
  - (D) cobrança de débito decorrente de fiança concedida em contrato de locação.



**79.** Na ação de busca e apreensão de automóvel alienado fiduciariamente em garantia, a comprovação da mora do devedor deve se dar pela juntada com a petição inicial de

(A) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação desta, de termo de protesto do título representativo da dívida.

(B) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou de termo de protesto do título representativo da dívida, a critério do credor.

(C) termo de protesto do título representativo da dívida ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação deste, de notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.

(D) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos e de termo de protesto do título representativo da dívida, cumprindo ao credor apresentar ambos os documentos.

**80.** Na ação de despejo por falta de pagamento, admite-se a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel desde que

(A) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a três meses e preste o autor caução idônea.

(B) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a seis meses, preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato garantido por fiança.

(C) preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato desprovido de garantia locatícia.

(D) preste o autor caução no valor equivalente a seis meses de aluguel e esteja o contrato garantido por seguro de fiança locatícia.

## DIREITO PENAL

**81.** Em relação ao crime de bigamia, pode-se afirmar que se caracteriza quando:

I. contrai alguém, sendo casado, novo casamento;

II. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença ainda não transitada em julgado, novo casamento;

III. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença transitada em julgado, mas não averbada à margem do assento de casamento, novo enlace.

São corretas as afirmativas

(A) II e III, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II e III.

**82.** O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime

(A) apenado com reclusão em qualquer hipótese.

(B) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.

(C) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.

(D) de ação pública condicionada à representação da vítima.

**83.** Pode-se afirmar que o princípio da legalidade

(A) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.

(B) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.

(C) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.

(D) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.

**84.** Analise as afirmações a seguir.

I. O ato de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui crime contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/90.

II. Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima ou não a filiação, por vedação legal expressa.

III. É cabível a ação mandamental de *habeas data*, a fim de permitir o fornecimento das informações registradas, ou em banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público, relativas ao próprio interessado requerente.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) II.

(B) I e III.

(C) III.

(D) II e III.

**85.** Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo

(A) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.

(B) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.

(C) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.

(D) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.



**86.** No que se refere à prova, no processo penal, pode-se afirmar que:

- I. a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;
- II. é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes;
- III. são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;
- IV. são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras e as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**87.** Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença

- (A) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (B) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
- (C) que absolver sumariamente o acusado.
- (D) que pronunciar ou impronunciar o acusado.

**88.** Pelo instituto da remição,

- (A) computa-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.
- (B) o tempo de execução da pena em regime fechado ou semiaberto é reduzido pelo trabalho do condenado.
- (C) o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.
- (D) o ofendido concede perdão ao querelado.

#### DIREITO COMERCIAL

**89.** A simples assinatura de um terceiro constante do anverso de uma nota promissória, abaixo da assinatura do subscritor, é considerada como

- (A) aceite.
- (B) endosso.
- (C) aval.
- (D) fiança.

**90.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a escritura de emissão de debêntures, sem garantia real, deve ser inscrita no

- (A) registro do comércio.
- (B) registro de imóveis.
- (C) registro de títulos e documentos.
- (D) registro civil de pessoa jurídica.

**91.** Na compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, o título de crédito que documenta o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador é

- (A) a letra de câmbio.
- (B) o conhecimento de transporte.
- (C) a duplicata.
- (D) a nota promissória.

**92.** Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
- (B) O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da cédula de crédito industrial, perde o direito de regresso contra endossadores e avalistas.
- (C) A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição; antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.
- (D) Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real.

**93.** A concessão da recuperação judicial

- (A) depende da apresentação de certidões negativas dos cartórios de protesto.
- (B) impede o protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade do devedor.
- (C) implica novação dos créditos anteriores ao pedido e afastamento do devedor ou seus administradores da condução das atividades empresariais.
- (D) é anotada no Registro Público de Empresas.



**94.** Considere as afirmações a seguir.

I. O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.

II. A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

III. A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, estão corretas

(A) I, II e III.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

**95.** Quando o microempresário ou empresa de pequeno porte efetua o pagamento do título com cheque sem a devida provisão de fundos, os benefícios referentes ao protesto de títulos são automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto pelo prazo de

(A) 1 (um) mês.

(B) 5 (cinco) anos.

(C) 3 (três) anos.

(D) 1 (um) ano.

**96.** Assinale a alternativa correta.

(A) Os Fundos de Investimento Imobiliário têm personalidade jurídica.

(B) As quotas dos Fundos de Investimento Imobiliário constituem valores mobiliários, admitida a emissão sob a forma escritural.

(C) Os bens integrantes do patrimônio do Fundo de Investimento integram o patrimônio da instituição administradora.

(D) É exigida a apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, para a alienação de bem imóvel integrante do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**97.** O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

(A) Os quilombos eram comunidades formadas por índios que resistiram à colonização europeia.

(B) Os quilombos eram comunidades isoladas formadas por escravos fugidos do cativeiro, sendo que os quilombos maiores, como Palmares, reproduziam a organização social africana, com reis e diversas classes sociais, incluindo escravos.

(C) Os quilombos eram comunidades onde viviam pessoas de origem africana, independente da causa de sua formação.

(D) Os quilombos eram comunidades formadas por pessoas que resistiram às diversas formas de opressão, tais como a escravidão, a ditadura e as perseguições políticas.

**98.** O Brasil passou por uma mudança política relevante em 1889.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa mudança.

(A) A libertação dos escravos, que desagradou os proprietários de terra por um lado e trouxe o apoio dos libertos ao governo por outro.

(B) A queda do governo, causada pelo déficit decorrente da Guerra do Paraguai alguns anos antes.

(C) A proclamação da república.

(D) A aproximação com os governos da Argentina e do Uruguai, formando um bloco de comércio e defesa mútua que deu origem, nos dias de hoje, ao Mercosul.

**99.** Considere as afirmações apresentadas a seguir com relação ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

I. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigatório para todo delegado do serviço notarial ou registral que tenha prepostos regidos pela CLT.

II. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial e registral que tenha prepostos regidos pela CLT para serviços que, pela natureza ou método de trabalho, exponham os trabalhadores a atividades insalubres ou perigosas.

III. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial ou registral que tenham mais de 10 (dez) prepostos regidos pela CLT.

IV. O delegado deverá anualmente mandar realizar exame periódico para todos os prepostos da unidade de serviço notarial ou registral, atividade que se faz indispensável para identificação de alterações na saúde do funcionário quando comparadas a exames anteriores.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) I e IV.

(B) I.

(C) III e IV.

(D) II, III e IV.

**100.** A sigla e-PING significa:

(A) Padrões de Infraestrutura Nacional de Governo Eletrônico.

(B) Padrões de Interoperabilidade Nacional de Governo Eletrônico.

(C) Padrões de Infraestrutura de Governo Eletrônico.

(D) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

**VERSÃO 04 (GABARITO)**

1 - C	2 - A	3 - D	4 - A	5 - A	6 - B	7 - C	8 - B	9 - A	10 - A
11 - D	12 - B	13 - B	14 - C	15 - C	16 - D	17 - C	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - B	24 - C	25 - D	26 - A	27 - B	28 - B	29 - D	30 - C
31 - D	32 - B	33 - C	34 - D	35 - B	36 - A	37 - D	38 - B	39 - A	40 - A
41 - C	42 - A	43 - D	44 - C	45 - B	46 - B	47 - C	48 - C	49 - D	50 - A
51 - D	52 - B	53 - C	54 - B	55 - C	56 - B	57 - D	58 - A	59 - C	60 - D
61 - B	62 - D	63 - B	64 - C	65 - A	66 - C	67 - D	68 - A	69 - D	70 - C
71 - B	72 - C	73 - A	74 - D	75 - A	76 - C	77 - D	78 - D	79 - B	80 - C
81 - C	82 - A	83 - A	84 - B	85 - C	86 - C	87 - A	88 - B	89 - C	90 - A
91 - C	92 - B	93 - D	94 - A	95 - D	96 - B	97 - B	98 - C	99 - A	100 - D

Os recursos ou impugnações contra o gabarito da Prova de Seleção, bem como contra o conteúdo das questões deverão ser apresentados à Comissão de Concurso no prazo de **02 (dois) dias** a partir desta publicação e protocolizados exclusivamente junto à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, situada na Praça Pedro Lessa, nº 61, 1º andar, CEP 01032-030, São Paulo – SP, sob pena de não serem conhecidos, conforme disposto nos subitens 10.2 e 10.5, do item 10, do Edital nº 01/2012.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.  
São Paulo, 17 de julho de 2012.

**(a) RICARDO CINTRA TORRES DE CARVALHO – DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 8º CONCURSO**

**SEÇÃO II****CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA****Subseção III - Entrada e Cadastramento de Autos****DIMA 3****PROCESSOS ENTRADOS EM 13/07/2012**

0000002-95.2011.8.26.0450; Apelação; Comarca: Piracaia; Vara: 2ª. Vara Judicial; Ação: Dúvida; Nº origem: 450.11.000002-0; Assunto: Registro de Imóveis; Apelante: Maria Aparecida Marques Pires; Advogado: Ari Fernandes Cardoso (OAB: 65113/SP); Advogada: Renata Padilha (OAB: 301975/SP); Apelado: Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Piracaia;

0038866-60.2011.8.26.0562; Apelação; Comarca: Santos; Vara: 10ª. Vara Cível; Ação: Dúvida; Nº origem: 562.01.2011.038866-7/000000-000; Assunto: REGISTROS PÚBLICOS; Apelante: Benedito Ribeiro dos Santos Filho; Advogado: Valdir Ribeiro Aguiar (OAB: 84846/SP); Apelado: 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santos;

**PROCESSOS ENTRADOS EM 16/07/2012**

0000039-43.2012.8.26.0562; Apelação; Comarca: Santos; Vara: 10ª. Vara Cível; Ação: Dúvida; Nº origem: 562.01.2012.000039-3/000000-000; Assunto: Registro de Imóveis; Apelante: Gercino Manoel da Silva; Advogada: Daniela Baddini de Paula Rangel Moura (OAB: 180166/SP); Apelado: 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santos;

**SEÇÃO III****MAGISTRATURA****Subseção I - MOVIMENTO DOS MAGISTRADOS****DIMA 2****DIMA 4.2.1 - DESIGNAÇÕES CAPITAL****JUÍZES DE DIREITO AUXILIARES DA CAPITAL**

Dra. ANA PAULA MACÉA ORTIGOSA, cessando a designação para auxiliar, 31ª Vara Cível - Capital de 01/08/2012 a 30/08/2012.

Dra. ANA PAULA MACÉA ORTIGOSA, cessando a designação para auxiliar na realização da fiscalização dos Leilões "Hastas Públicas", no Fórum João Mendes Júnior de 01/08/2012 a 30/08/2012.